

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

JACQUELINE DE ANDRADE

TRABALHO E EDUCAÇÃO:
um estudo sobre o adoecimento dos docentes contratados na Educação Básica Municipal
em Uberlândia-MG: 2010-2018

UBERLÂNDIA/MG

2019

JACQUELINE DE ANDRADE

TRABALHO E EDUCAÇÃO:

um estudo sobre o adoecimento dos docentes contratados na Educação Básica Municipal em Uberlândia-MG: 2010-2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU) como requisito a obtenção ao título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Santana Previtalli

Linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

UBERLÂNDIA/MG

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A553 Andrade, Jacqueline de, 1976-
2019 TRABALHO E EDUCAÇÃO: Um estudo sobre o adoecimento dos
docentes contratados na Educação Básica Municipal em
Uberlândia-MG: 2010-2018 [recurso eletrônico] / Jacqueline de
Andrade. - 2019.

Orientadora: Fabiane Santana Previtali.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2564>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Previtali, Fabiane Santana, 1970-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

JACQUELINE DE ANDRADE

TRABALHO E EDUCAÇÃO:

**um estudo sobre o adoecimento dos docentes contratados na Educação
Básica Municipal em Uberlândia-MG: 2010-2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU) como requisito a obtenção ao título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali

Linha de pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação.

Avaliada e Aprovada em Uberlândia, 18 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali - UFU - Orientadora



Prof. Dr. Robson Luis de França - UFU



Prof. Dr. Cilson César Fagiani - UNIUBE

Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária.

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de desafios e obstáculos que precisamos superar, com certeza a conclusão do Mestrado em Educação foi um desses desafios que, enfim, superei...

Agradeço ao Senhor Jesus por ter me fortalecido todos os dias na conclusão deste ideal.

A minha mãe Marlene que me deu força e ao meu pai Manoel que me incentivou, além de terem plantado no meu coração a semente de que tudo é possível à pessoa que luta e sonha. A minha vovó Maria, meu exemplo de mulher guerreira e ao vovô João, que tenho certeza onde estiver está me apoiando e alegre com a minha realização.

As minhas amigas Maura e Edvandra, pois me apoiaram e me incentivaram a seguir em frente em todas as etapas. Maura, com certeza nosso encontro não foi por acaso, sua amizade e companheirismo durante o Mestrado o tornou uma tarefa mais leve.

Aos professores do curso que compartilharam seu conhecimento, em especial a minha orientadora Fabiane Santana Previtali, que considero uma eterna companheira de profissão, ainda realizaremos muitos trabalhos no campo da pesquisa juntas.

A Universidade Federal de Uberlândia, em especial aos colegas do Instituto de Ciências, por terem me concedido o afastamento integral para cursar o Mestrado.

A Prefeitura Municipal de Uberlândia, em especial aos servidores da Secretaria de Administração, do Núcleo de Medicina do Trabalho, da Secretaria de Educação e do Núcleo de Registro de Pessoal por terem colaborado com todos os dados para a realização da pesquisa.

Ao discente Euler Neto, que me auxiliou na elaboração dos gráficos e tabelas.

Mas, principalmente, agradeço aos meus filhos Matheus e Klaria, e ao meu marido Luiz Ricardo, que além de me apoiarem, sabem da minha imensa alegria em continuar estudando.

Não se deve ir atrás de objetivos fáceis, é preciso buscar o que só pode ser alcançado por meio dos maiores esforços.

Albert Einstein

RESUMO

O presente trabalho consiste na concretização de uma pesquisa de Mestrado pertencente ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa intitulada “Trabalho, Sociedade e Educação”. Trata-se de um estudo que insere-se no âmbito das investigações sobre as relações entre trabalho, educação e adoecimento, particularmente o adoecimento dos professores e professoras contratados da Educação básica da rede Municipal da cidade Uberlândia, no período de 2010 a 2018. O estudo baseou-se no método do materialismo histórico dialético, realizando uma revisão bibliográfica sobre a temática a ser abordada, contando com análise de dissertações, artigos e textos de autores clássicos e atuais, além de análise documental sobre as Leis Federal (Constituição e LDB) e Municipal de Uberlândia (Lei nº 9626, de 22 de outubro de 2007 e Lei nº 11.967, de 29 de setembro de 2014) e dos indicadores do INEP, IBGE e dos registros médicos fornecidos pelo Núcleo de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Uberlândia. A hipótese do trabalho é de que devido a todas as mudanças às quais o professor é submetido, incluindo-se as pressões diárias para que exerça seu trabalho, e atenda aos propósitos de eficiência da acumulação capitalista, sob condições precárias de trabalho, em particular o trabalho do/a professor/a contratado, o adoecimento desses profissionais é visivelmente sentido nas instituições escolares. Essa pesquisa se justifica por afirmar que para a criação de políticas públicas eficientes, que procurem resolver os problemas apresentados no mundo do trabalho, são necessários estudos que apresentem os dados reais, analisados de forma sistemática e coerente. Foi desenvolvida no sentido de colaborar com pesquisas futuras e análises que sejam possíveis para propor melhorias aos trabalhadores da educação.

Palavras-chave: Trabalho docente. Adoecimento. Educação.

ABSTRACT

The present work consists in the accomplishment of a Masters research belonging to the Stricto Sensu Graduate Program in Education of the Federal University of Uberlândia, in the research line entitled “Work, Society and Education”. This is a study that is part of investigations on relations between work, education and illness, particularly the illness of teachers and hired teachers of basic education of the municipal network of the city of Uberlândia, from 2010 to 2018. This study was based on the dialectical historical materialism method, performing a literature review on the approached theme, with the analysis of dissertations, articles and texts of classic and current authors, as well as documentary analysis on the Federal Laws (Constitution and LDB - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*) and Municipal laws of Uberlândia (Law No. 9626 of October 22, 2007 and Law No. 11,967 of September 29, 2014) and INEP - *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* - and IBGE - *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* - indicators and medical records provided by the Occupational Medicine Center of the Uberlândia City Hall. The hypothesis of the work is that with all changes to which the teacher is subjected, including daily pressures to perform his work, and meet the purposes of efficiency of capitalist accumulation under precarious working conditions, in particular the work of the hired teacher, the illness of these professionals is visibly felt in the school institutions. This research is justified by stating that for the creation of efficient public policies that seek to solve the problems presented in the world of work, studies that present the real data, systematically and coherently analyzed, are required. It was developed to collaborate with future research and analysis that is possible to propose improvements to education workers.

Keywords: Teaching work. Sickness. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
CFM	Conselho Federal de Medicina
CID	Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NGP	Nova Gestão Pública
OIT	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCDE	Organização Internacional do Trabalho
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ranking (2017) e Série Histórica do Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formais em Uberlândia.....	45
Gráfico 2 - Ranking (2017) e Série Histórica do Pessoal Ocupado em Uberlândia.....	46
Gráfico 3 - Ranking (2017) e Série Histórica da População ocupada (Assalariada) em Uberlândia.....	46
Gráfico 4 - Ranking (2017) e Série Histórica da População com rendimento até 1/2 salário mínimo em Uberlândia.....	46
Gráfico 5 - Ranking (2016) e Série Histórica do PIB per capita em Uberlândia.....	47
Gráfico 6 - Ranking (2017) e Série Histórica sobre a Mortalidade Infantil em Uberlândia.....	48
Gráfico 7 - Estabelecimentos de Educação Básica por dependência administrativa.....	52
Gráfico 8 - Estabelecimentos de Educação Básica, por dependência administrativa e localização geográfica (Zona Urbana).....	52
Gráfico 9 - Estabelecimentos de Educação Básica, por dependência administrativa e localização geográfica (Zona Rural).....	53
Gráfico 10 - Estabelecimentos da Educação Infantil, no perímetro urbano, por dependência administrativa.....	53
Gráfico 11 - Estabelecimentos da educação infantil, na zona rural, por dependência administrativa.....	54
Gráfico 12 - Estabelecimentos de ensino fundamental, por dependência administrativa.....	54
Gráfico 13 - Número de matrículas da educação básica, por localização.....	55
Gráfico 14 - Matrículas da educação básica no perímetro urbano, por dependência administrativa.....	56
Gráfico 15 - Matrículas da educação básica na zona rural em Uberlândia, por dependência administrativa.....	56
Gráfico 16 - Número de Professores/as da Educação Básica em Uberlândia.....	57
Gráfico 17 - Escolaridade e formação acadêmica dos/as professores/as da Educação básica de Uberlândia.....	58
Gráfico 18 - Professores/as da educação básica de Uberlândia com Ensino Superior (Licenciatura e Sem Licenciatura).....	58
Gráfico 19 - Professores/as da educação básica de Uberlândia com Especialização, Mestrado, Doutorado e Sem Pós-Graduação.....	59
Gráfico 20 - Professores/as da educação básica, por dependência administrativa.....	60
Gráfico 21 - Professores/as da Educação básica Pública, por regime de contratação em Uberlândia.....	61
Gráfico 22 - Professores/as da Educação básica pública, concursado/efetivo/estável, por dependência administrativa.....	62
Gráfico 23 - Professores na Educação Básica pública, com contrato temporário, por dependência administrativa.....	62
Gráfico 24 - Alunos matriculados por turma na Rede Municipal de ensino (2010-2018).....	67
Gráfico 25 - Efetivações e Contratações no período de 2001-2018.....	72
Gráfico 26 - Números de atestados registrados por idades dos/as professores/as no momento do registro dos atestados.....	75
Gráfico 27 - Número de atestados protocolados por professores/as contratados/as por ano (2010-2018).....	76
Gráfico 28 - Frequência absoluta de atestados protocolados por professores/as contratados/as por mês (2010-2018).....	77
Gráfico 29 - Frequência relativa de atestados protocolados por professores/as contratados/as por mês (2010-2018).....	77
Gráfico 30 - Frequência absoluta de atestados apresentados por categoria de servidor contratado por ano.....	79
Gráfico 31 - Frequência relativa de dias de duração dos atestados entre os anos de 2010-2018.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices da Educação Básica em Uberlândia.....	51
Tabela 2 - Frequência relativa de matrículas da Educação Básica por localidade e dependência administrativa.....	55
Tabela 3 - Frequência dos/as professores/as da Educação Básica em Uberlândia, por sexo e idade....	57
Tabela 4 - Variação da quantidade de professores/as efetivados/as e contratados/as no período de 2001-2018	71
Tabela 5 - As maiores incidências por categoria CID-10 de doenças apresentadas por professores/as contratados/as no período de 2010-2018.....	73
Tabela 6 - As vinte maiores ocorrências de doenças nos/as professores/as contratados no período de 2010-2018	73
Tabela 7 - Frequência relativa de doenças apresentadas pelos/as professores/as contratados/as durante os períodos de maior incidência de entrega de atestados (2010-2018)	78
Tabela 8 - Frequência absoluta de atestados apresentados por servidores contratados, nos meses de maior incidência de registros de atestados (2010-2018)	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais aspectos das produções	23
Quadro 2 - Legislações na educação	33
Quadro 3 - Classificações da CID-10.....	50
Quadro 4 - Escolas da Rede Municipal de Ensino por localização e modalidades de ensino oferecidas	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Estrutura da Dissertação	5
CAPÍTULO I – A INTER-RELAÇÃO ENTRE MUNDO DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E ADOECIMENTO.....	11
1.1 O trabalho	11
1.2 A relação entre trabalho e educação	16
1.3 Pensando o trabalho, a educação e as formas de adoecimento.....	20
1.4 Analisando o adoecimento dos/as Professores/as e suas possíveis causas, a partir de publicações recentes	22
CAPÍTULO II – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, O TRABALHO DOCENTE E AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	26
2.1 A história da educação no Brasil, avanços e retrocessos	26
2.2 O trabalho docente.....	35
2.3 A educação básica no Brasil.....	39
CAPÍTULO III – O ADOECIMENTO DOS/AS PROFESSORES/AS CONTRATADOS/AS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM UBERLÂNDIA ...	43
3.1 Um pouco da história de Uberlândia.....	43
3.2 A formação administrativa da cidade Uberlândia	44
3.3 Dados gerais do panorama da cidade de Uberlândia.....	45
3.3.1 A população de Uberlândia	45
3.3.2 O trabalho e os rendimentos da população em Uberlândia	45
3.3.3 A economia	47
3.3.4 A saúde.....	47
3.4 Código Internacional de doenças - CID 10	48
3.4.1 Objetivos da CID.....	49
3.4.2 Onde usar o CID 10.....	49
3.4.3 Os códigos da CID 10 e suas classificações.....	50
3.5 A educação básica em Uberlândia.....	51

3.6 Os/as professores da Educação Básica em Uberlândia	57
3.7 A educação básica da rede municipal em Uberlândia	63
3.8 Os/as professores/as contratados/as da rede municipal de ensino em Uberlândia .	68
3.9 O adoecimento dos/as professores/as contratados/as da Rede Municipal de Ensino em Uberlândia	72
CONCLUSÃO	81
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	93
Apêndice A – Rede Federal de Educação Básica em Uberlândia	93
Apêndice B - Rede Estadual de Educação Básica em Uberlândia	93
Apêndice C - Rede Privada de Educação Básica em Uberlândia	96
Apêndice D – Ofício 1/2018 enviado a PMU	101
Apêndice E – Ofício 1/2019 enviado a PMU	102

INTRODUÇÃO

Segundo Marx (2013), o trabalho é, essencialmente, um processo entre o homem e a natureza. Nesse processo, o homem, por meio de sua própria ação, medeia, regula e controla sua relação e suas interações com a natureza. Para o autor, o ser humano utiliza sua força física, corporal, para transformar a natureza, a fim de apropriar-se da matéria natural de forma produzir algo útil para sua própria vida.

Ainda segundo Marx (2013), ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Não se trata, nesse caso, das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho não se confunde com os tempos primitivos em que o trabalho humano se encontrava em sua primeira forma instintiva. Pressupõe-se o trabalho em uma forma em que pertence exclusivamente ao homem, ou seja, a consciência do próprio trabalho, como todo o planejamento e arquitetura que lhe são ontologicamente peculiares.

Para Saviani (2007), há uma relação de coincidência entre trabalho e educação, pois, ao mesmo tempo que o ser humano trabalha ele educa a si mesmo e aos demais. Conforme Saviani (2007), com o surgimento da sociedade de classes a educação escolar passa a ser institucionalizada sob a responsabilidade do Estado. Destaca-se que a relação entre a educação e o trabalho está em uma “via de mão dupla”, sendo relacionada, por um lado, ao controle que o Estado e os capitalistas desejam exercer sobre a classe trabalhadora e, por outro, a uma alternativa para que a classe trabalhadora tenha conhecimento necessário para se libertar desse controle.

Segundo Saviani (1997), a escola é, pois, um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto. Conseqüentemente, a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é feito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária.

De acordo com o autor, os detentores do capital exigem uma nova educação a fim de terem um professor ágil, leve e flexível que, a partir de uma formação inicial ligeira, de curta duração e a baixo custo, prosseguiria sua qualificação no exercício docente lançando mão da reflexão sobre sua própria prática. Ele seria apoiado eventualmente por cursos rápidos, ditos também “oficinas” que, recorrendo aos meios informáticos, transmitiriam em doses homeopáticas as habilidades que o tornariam competente nas pedagogias da “inclusão

excludente”, do “aprender a aprender” e da “qualidade total”. Ainda, segundo o autor, pede-se aos professores que, no espírito da “qualidade total”, não apenas ministrem aulas, mas também participem da elaboração do projeto pedagógico das escolas; da vida da comunidade, animando-a e respondendo às suas demandas; da gestão da escola; e também suprimindo suas dificuldades específicas (SAVIANI, 2008a).

Para que a escola sirva aos propósitos da ideologia burguesa, o Estado vem modificando através de implementação de políticas públicas educacionais a formação dos professores e as condições do trabalho docente na educação básica. No que tange à formação, Nogueira (2003) aponta que:

As políticas de formação de professores, a partir de 1995, têm como objetivo central ajustar o perfil do professor e a formação docente às demandas do “novo” mercado de trabalho, em um período marcado por novos padrões de produção, no interior da reestruturação da forma de acumulação capitalista. (NOGUEIRA, 2003, p. 22)

Quanto às condições de trabalho, Hypolito (1991) ressalta a precarização do trabalho desde os aspectos físico-materiais até as condições de trabalho e carreira, que são degradantes.

Para o autor:

São recorrentes os diagnósticos mostrando as condições dessa escola e do trabalho nela realizado. O professorado dessa escola está submerso em condições precárias de trabalho e formação. As condições de trabalho, desde os aspectos físico-materiais às condições de salário e carreira, são degradantes. Prédios escolares caindo, sem manutenção, falta de material e recursos didáticos, retratam o cotidiano da escola. (HYPOLITO, 1991, p. 4)

Nesse contexto, de reestruturação da acumulação capitalista, destaca-se a proliferação da contratação pelo Estado, no âmbito da Nova Gestão Pública (NGP) (PREVITALI; FAGIANI, 2018), de professores terceirizados em detrimento dos professores efetivos, contribuindo ainda mais para o processo de precarização das condições de trabalho.

De acordo com Pereira et al (2017) apud Normand (2013):

A profissão docente está sendo reconfigurada sob a perspectiva da nova gestão pública no contexto da reforma inglesa da terceira via. Trata-se da transferência dos mecanismos e artifícios da administração privada no cenário público, dando nova dinâmica na gestão/administração, centrando no gerencialismo a modalidade de gestão, gerando um novo quadro de profissionais, obrigados à produção de resultados sob a ótica da excelência no

desempenho. (PEREIRA et al, 2017 apud NORMAND, 2013, s/p)

Santos e Melo (2015) elucidam que a globalização da economia tornou o contexto de trabalho competitivo, impondo maior grau para o trabalhador desde a formação e capacitação até a execução das tarefas. A necessidade de concentração e atenção do trabalhador para realizar suas atividades e a pressão imposta pela organização são fatores que interferem significativamente para a ocorrência da doença ocupacional.

O presente estudo insere-se no âmbito das investigações sobre as relações entre trabalho, educação e adoecimento, particularmente o adoecimento dos professores contratados da Educação básica da rede Municipal da cidade Uberlândia, no período de 2010 a 2018.

A hipótese do trabalho é que, com todas as mudanças às quais o professor é submetido, incluindo-se as pressões diárias para que exerça seu trabalho, e atenda aos propósitos de eficiência acumulação capitalista, sob condições precárias de trabalho, em particular o trabalho do/a professor/a contratado, o adoecimento desses profissionais é visivelmente sentido nas instituições escolares.

Essa pesquisa se justifica por afirmar que, para que sejam criadas políticas públicas eficientes, que procurem resolver os problemas apresentados no mundo do trabalho, são necessários estudos que apresentem os dados reais, analisados de forma sistemática e coerente. Foi desenvolvida no sentido de colaborar com pesquisas futuras e análises que sejam possíveis para propor melhorias aos trabalhadores da educação.

Ressalta-se ainda que a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) autorizou o Núcleo de Medicina do Trabalho a fornecer todos os dados referentes a registros de afastamentos dos professores da rede municipal de ensino, incluindo os professores efetivos e contratados.

O estudo baseou-se no método do materialismo histórico-dialético. Este, enquanto enfoque metodológico, busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. Esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, que reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência mediata das coisas e atingir a sua essência (GOMIDE, 2012).

Para elucidar a pesquisa, o primeiro passo foi realizar uma revisão bibliográfica, sobre

a temática a ser abordada, contando com análise de dissertações e textos de autores clássicos e atuais (Karl Marx, Harry Braverman, Demerval Saviani, Ricardo Antunes, José Carlos Lombardi, entre outros). Foi feita também uma análise documental sobre as Leis Federal (Constituição e LDB) e Municipais (Lei nº 9626, de 22 de outubro de 2007 e Lei nº 11.967, de 29 de setembro de 2014) e dos indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos registros médicos fornecidos pelo Núcleo de Medicina do Trabalho da PMU referentes aos afastamentos dos professores e professoras da rede pública municipal no período 2010-2018.

Os dados foram solicitados via MI/01/2018, datado de 24/10/2018¹, e MI/01/2019, datado de 21/02/2019², ambos protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Uberlândia ao Núcleo de Medicina do Trabalho da PMU. Em resposta ao MI/01/2018, o Núcleo de Medicina do Trabalho fez a entrega de um CD contendo duas planilhas separadas por professores efetivos e contratados. Os registros constam a partir de 1993 dos professores efetivos e a partir de 2010 dos professores contratados. As planilhas contêm os registros dos prontuários clínicos dos professores da rede pública municipal sem a identificação nominal, os CIDs³ registrados nestes prontuários, data de nascimento dos professores na data do registro do afastamento, data do registro do afastamento, tempo de total dos referidos afastamentos dos professores efetivos e contratados, e classificação quanto à contratação, de acordo com exigência de escolaridade para exercício da função. Quanto ao MI/01/2019, o Núcleo entregou ofício contendo os seguintes dados:

- Quantidade total de professores efetivos no período de 2000 a 2018.
- Quantidade total de professores contratados no período de 2000 a 2018.
- Quantidade de professores efetivos que estavam atuando por ano no período de 2000 a 2018.
- Quantidade de professores contratados que estavam atuando por ano no período de 2000 a 2018.

A pesquisa caracteriza-se por ser de abordagem quantitativa, enquanto organiza e sistematiza os indicadores analisados, e qualitativa, buscando entender os motivos que causam

¹ Documento Ofício/01/2018 consta dos Anexos da Pesquisa, juntamente com o protocolo de petição ao Orgão.

² Documento Ofício/01/2019 consta dos Anexos da Pesquisa, juntamente com o protocolo de petição ao Orgão, e resposta ao mesmo.

³ Sobre o CID, na seção 3.4 haverá uma descrição sobre o Código Internacional de Doenças.

o adoecimento docente dos/as professores/as contratados da educação básica, na rede municipal de ensino. Sobre a abordagem quantitativa e qualitativa, Marconi, Lakatos (2003) esclarecem:

A mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofre mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade. Por sua vez, a mudança qualitativa seria a passagem de uma qualidade ou de um estado para outro. O importante é lembrar que a mudança qualitativa não é obra do acaso, pois decorre necessariamente da mudança quantitativa (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 104).

Segundo Malhotra (2001, p. 155), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”. Segundo Oliveira (2011), a pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa. “As perspectivas quantitativas e qualitativas não se opõem então e podem até parecer complementares, cada uma ajudando a sua maneira o pesquisador a cumprir sua tarefa, que é a de extrair as significações essenciais da mensagem” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 225).

A pesquisa buscou identificar os possíveis impactos das mudanças no trabalho docente do professor do/a professor/a contratado, sobre a reestruturação produtiva capitalista que impactaram no adoecimento destes professores, inclusive apresentando as alterações nos números de contratações.

Em alguns momentos da pesquisa foram correlacionados dados dos professores efetivos com os professores contratados, para que existam parâmetros de análises qualitativas. Porém, a pesquisa teve como foco os professores contratados, em função do aumento de contratações dos professores nessa modalidade de contrato de trabalho.

Estrutura da Dissertação

A dissertação está estruturada em três capítulos acrescidos de introdução e conclusão. O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica para demonstrar a inter-relação entre mundo do trabalho, educação e adoecimento. O trabalho enquanto um processo em que o homem modifica a natureza, e ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Esclarece a diferença entre o trabalho do homem com o trabalho dos animais, tendo em vista que o homem

primeiro pensa, faz um projeto antes de executar o trabalho, ou seja, o trabalho é um projeto concebido. Apresenta-se que o trabalho cria um ambiente social e está diretamente ligado à formação do ser social. Discute-se as contradições do trabalho, vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Concomitantemente a essas contradições demonstra-se o processo de alienação do trabalho no capitalismo, como forma de exploração do trabalhador e a criação da divisão do trabalho que gera a divisão social do trabalho. Conclui-se que, no sistema capitalista, para o homem “ser” ele tem que “ter”.

O capítulo I prossegue apresentando a relação entre trabalho e educação, sendo que a educação é um direito de todos e dever do Estado, citam Marx e Engels como defensores do ensino gratuito e público e o trabalho enquanto princípio educativo. Demonstra também que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, e complementa esclarecendo que existem dois caminhos em o trabalho entra no campo da educação.

A educação está situada na categoria do trabalho não material e não se reduz somente ao ensino, mas participa da natureza própria do fenômeno educativo e do processo entre homem e sociedade, atuando diretamente nas mudanças sociais através de inovações tecnológicas que são criadas também com o sentido de manutenção no sistema capitalista.

Conclui-se o capítulo com a apresentação de que o novo trabalhador atualmente é cobrado de ser cada vez mais escolarizado e qualificado para se manter na sociedade atual.

Uma vez que trabalho e educação têm uma relação entre si, a demanda excessiva sobre o trabalhador faz com que ele apresente uma degradação elevada do seu quadro de saúde. Cabe ressaltar que o adoecimento intimamente ligados às transformações na relação capital versus trabalho e apresenta efeitos físicos e psicológicos nas organizações e na vida dos trabalhadores. Os trabalhadores aceitam todas as imposições do sistema capitalista, devido ao receio de perder o seu trabalho. As doenças ocupacionais afetam tanto o trabalhador como família, amigos, colegas de trabalho, entre outros.

As políticas públicas educacionais no Brasil vão no caminho da precarização do trabalho docente, transformando a profissão docente em uma das mais desgastantes, e o adoecimento generalizado é muito observado em função a vários fatores de instabilidade. Os problemas de saúde dos docentes são estudados por diversos autores que buscaram decifrar os efeitos que os docentes podiam estar sofrendo devido a racionalização de seus trabalhos, além de demonstrarem também as características estressantes do trabalho.

Os professores tendem a mascarar as doenças e estas somente são notadas a partir de seus afastamentos. Além disso, vários professores são readaptados em trabalhos que não são

inerentes à sua formação. As inovações tecnológicas novamente são apresentadas em sua ambiguidade, pois apesar de serem criadas para melhorar as condições de trabalho, estranhamente significam novos problemas aos trabalhadores. Enfim, os estudos sobre adoecimentos normalmente não levam em conta a grande massa de trabalhadores informais, terceirizados e contratados.

No segundo capítulo será apresentada a história da educação no Brasil, seus avanços e retrocessos, o trabalho docente e a educação básica. A história da educação no Brasil traz a trajetória da educação, desde o Brasil colônia, com a Companhia de Jesus, na qual os responsáveis eram os jesuítas. Esta educação tinha o objetivo de recrutar fiéis e servidores, além de assegurar a conversão da população indígena à fé católica; ou seja, uma educação totalmente voltada à formação da elite dirigente. A Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil em 1759 pelo Marquês de Pombal, que implantou as aulas régias. Assim, pela primeira vez o Estado tentou assumir os encargos da Educação, porém ficou estagnado por 13 anos até as primeiras providências do Estado para substituição dos educadores jesuítas. Com a chegada de D. João IV, ocorreram mudanças e a criação de órgãos destinados à formação universitária, sendo que a educação primária foi “esquecida”.

Com a implantação do Ato Institucional de 1834, foi descentralizada a responsabilidade da educação, sendo que o poder central se responsabilizou pelo ensino superior e as províncias sobre o ensino primário e médio. Novamente o ensino primário ficou prejudicado, pois as províncias não recebiam os tributos para subsidiar a educação. Em 1920 surge o movimento de cunho pedagógico da Escola Nova, que defendia o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório. Entre os anos de 1920 e 1929 são instauradas novas reformas educacionais. Porém, somente em 1940 a atenção governamental volta-se ao ensino primário e secundário. Em 1945, com a derrubada do Governo de Vargas, a igreja e os donos de escolas começam a disputar os recursos do Estado para a educação privada, alegando que a escola pública não ensina. Na década de 1960 é criada a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a classe média percebe que a única forma de ascensão social é por meio da Educação, porém o sistema educacional não consegue atender a demanda da classe média. Em 1968 é instituído o Ato Institucional nº 5 (o famoso AI-5) com várias leis proibitivas no âmbito educacional, todas criadas por um grupo minoritário de pessoas.

Em 1990 é instaurada a nova LDB e acontece a Conferência Mundial de Educação para Todos, que define amplo conjunto de desafios para os diversos países ao redor do mundo. Após o ano de 2003, com o início do Governo Lula, são implantadas medidas para o alcance da

qualidade da educação através de justiça social. Em 2008 é aprovada a Lei do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica. Em 2015 é implantado o Programa de Residência Pedagógica, e em 2019 são feitas algumas alterações na LDB. Portanto, esta parte do capítulo traz um levantamento sobre o histórico da educação, incluindo detalhes específicos dos acontecimentos.

O trabalho docente é apresentado conforme sua definição por autores como Libâneo (2006) e Hypolito (1991). Hypolito (1991) continua esclarecendo a transformação da escola de um modelo tradicional, na qual o poder de decisão pertencia ao professor para a escola em um modelo técnico-burocrático, com divisão de tarefas e perda da autonomia do professor. Shiroma (2018) apresenta ainda que os neoliberais consideravam que os problemas educacionais provêm da ineficácia da “gestão”, não da falta de recursos, e deflagram um período de profissionalização dos professores e gestores.

A discussão no capítulo II, continua mostrando que para avaliar os professores, foram aplicados testes aos alunos. O trabalho do docente transformou-se em multi, compreendendo a atuação em sala de aula, a gestão, planejamento, entre outros. O processo de trabalho docente foi penetrado pela lógica do capital, os docentes passaram a ser submetidos a autoridade das organizações burocráticas, tanto no setor público como no privado. O Estado iniciou a tentativa de formar professores líderes, dentro de uma perspectiva gerencialista onde este professor executa as atividades sem saber a razão porque são executadas. Inicia-se aqui, a análise sobre a ambiguidade do trabalho docente, entre o profissionalismo e a proletarização; onde o profissionalismo do trabalho docente está segundo sua especificidade, que não se presta facilmente à padronização, a fragmentação extrema das tarefas, nem a substituição da atividade humana pela das máquinas, ainda que esta última seja tão cara aos profetas da tecnologia. Já a proletarização é o processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou menos sucessivamente, o controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de sua atividade.

A discussão prossegue apresentando o trabalho docente e suas relações de gênero e de categoria coletiva: De gênero, pois existe uma feminização da profissão e relação de categoria coletiva por se tratar de uma das categorias mais volumosa e organizada. Porém, o professor muitas vezes é obrigado a assumir variadas funções que estão além da sua formação, favorecendo a intensificação e a precarização do trabalho docente. Os professores se sentem obrigados a responder as exigências pedagógicas e administrativas. Para finalizar, os autores esclarecem os motivos da diminuição do aumento do quadro de professores/as efetivos/as em

comparação ao quadro de professores/as temporários/as, além da precarização clara da categoria.

A educação básica no Brasil inicia esta parte do capítulo apresentando que a educação básica é inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Em seguida explica-se a divisão da educação básica e superior e as subdivisões da Educação básica com todas as suas modalidades. Ressalta-se que os docentes da educação básica no Brasil em sua maioria são pessoas com experiência de trabalho.

Acrescenta-se sobre as condições salariais dos/as professores/as da educação básica, porém esclarece-se sobre o problema enfrentado pelos/as professores/as no final da carreira sem a possibilidade de crescimento salarial.

O segundo capítulo finaliza explicando a importância da formação inicial dos/as professores/as, pois sua atuação coloca-se, assim, entre a exclusão social e a transformação. Além de que formar professores para a educação básica significa, antes de mais nada, tomar a própria educação básica como objeto preferencial de estudo.

No terceiro capítulo, “O adoecimento dos/as professores/as contratados/as da rede municipal de ensino em Uberlândia”, será desenvolvida a pesquisa, com os dados e análises pertinentes. Neste capítulo, além de apresentar os dados da pesquisa propriamente dita, serão apresentados dados para uma análise geral sobre a educação básica em Uberlândia. Inicia-se trazendo a história da cidade de Uberlândia, com detalhes desde o “Sertão da Farinha Podre” até a fundação da cidade. O capítulo traz a formação administrativa, com os atos legais desta fundação, conforme os dados do IBGE.

Em seguida, traz o panorama geral apresentando alguns dados do IBGE sobre a população, o trabalho e os rendimentos, a economia e a saúde. Há uma parte dedicada a explicar o Código Internacional de Doenças (CID-10), pois a pesquisa foi em parte relacionada às doenças registradas com referência a este código.

O estudo sobre a educação básica em Uberlândia se inicia demonstrando os dados do IBGE, com os índices gerais da cidade tais como: taxa de escolarização, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), matrículas, docentes e número de estabelecimentos. Para se ter uma visão geral da Educação básica em Uberlândia, são apresentadas algumas características das escolas da Educação Básica no âmbito das redes Federais, Estaduais e Privadas, ainda nos anexos, são incluídos os quadros com nomes dessas escolas e suas respectivas modalidades de ensino. Também são analisados os dados do INEP de 2018 apresentando gráficos comentados sobre os estabelecimentos de ensino da educação

básica, da educação infantil e do ensino fundamental e a frequência das matrículas; todos esses dados por dependência administrativa e por localização geográfica.

Sobre os/as professores da Educação básica são apresentados os dados como quantidade de professores da educação básica, por modalidade de ensino; a frequência por sexo/idade das pessoas que atuam na educação básica; a formação escolar; e os regimes de contratação desses/as professores/as.

Neste ponto do capítulo, incia-se com a apresentação dos dados da Educação básica Municipal, sendo que são relacionadas todas as escolas municipais, por localização e modalidades de ensino, e analisados os dados sobre as matrículas por turmas na rede Municipal, no período de 2010 a 2018. Sobre os/as professores/as contratados/as da rede municipal de ensino, apresenta-se partes da legislação que rege os contratos, em seguida analisa-se a variação entre o número de contratações e efetivações no período de 2001-2018.

Finalmente, o adoecimento dos/as professores/as é analisado de acordo com os dados fornecidos pelo Núcleo de Medicina do Trabalho da PMU: os números de atestados registrados por idades; as maiores incidências por categoria CID de doenças; e as vinte maiores ocorrências de doenças. Os anos de maiores índices de registros de atestados, por frequência relativa e absoluta, são apresentados e, conseqüentemente, as doenças que mais acometem os/as professores/as nestes meses. Finaliza-se com a análise dos atestados registrados por categoria funcional.

Além destas partes, a pesquisa contará também com os apendências onde serão incluídas cópias dos documentos com as solicitações da pesquisa.

CAPÍTULO I – A INTER-RELAÇÃO ENTRE MUNDO DO TRABALHO, EDUCAÇÃO E ADOECIMENTO

1.1 O trabalho

Para Marx o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013).

O autor Engels (2004), faz uma comparação entre o homem e os demais animais e apresenta a diferença entre eles, sobre o resultado do trabalho, quando diz:

[...] o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 2004, p. 28).

Em Marx (2004), o autor corrobora com a afirmação de Engels(2004), esclarecendo também que:

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (MARX, 2004b, p. 85).

Mais precisamente, contudo, o que caracteriza o processo de trabalho humano para Marx não é apenas o uso de ferramentas, mas também a sua criação ou fabricação, e por essa razão ele corrobora a definição de Benjamin Franklin do ser humano como um animal que faz ferramentas. Existe uma conexão entre a criação consciente ou deliberada e o uso das

ferramentas e o fato de que somente o trabalho humano é uma atividade vital consciente. Parece que somente os seres humanos podem ter o conceito correto de uma ferramenta e, assim, fazer ou utilizar essas ferramentas com uma explícita consciência de fazê-lo, porque somente a pessoa tem um conceito da própria atividade produtiva, entendendo que ela pode se diferenciar de outros processos naturais, e conscientemente opor-se eles (OLIVEIRA, 2010, apud WOOD, 2004).

Braverman (1980) defende que o trabalho é, antes de mais nada, concebido como um projeto, pois por meio da significação humana, o homem se altera e altera o mundo como resultante desse processo.

Hackman e Oldhan (1976) apontam características que dão sentido ao trabalho humano: a variedade das tarefas, o que exige uma variedade de competências; a identidade do trabalho e o significado do trabalho, dado seu papel fundamental em relação ao bem-estar e com atividade individual ou grupal, seja na sua organização, seja no ambiente social que cria.

Antunes (2006) afirma que o trabalho é a categoria central para a formação do ser social, para a compreensão do sentido do processo de humanização e libertação, sendo fundamental na vida humana porque é condição para sua existência social desde o mundo antigo, além de ser compreendido por meio das contradições de expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão.

Portanto, é possível entender que o trabalho tem um lado que pode ser considerado positivo, mas não se pode ocultar os pontos negativos deste mesmo trabalho. Nos manuscritos econômicos filosóficos, foi isto que Marx (2005) quis dizer com a seguinte passagem:

É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios para os ricos, mas produz choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e cretinice para os trabalhadores. (MARX, 2005, p. 113)

Nos moldes capitalistas, o trabalho adquire outro significado, de alienação, se tornando uma mercadoria, ou seja, venda da força de trabalho em troca de um salário. A força de trabalho passa a significar acumulação de capital e as relações sociais transformam-se em relações de exploração. O trabalho perde sua característica de elemento de socialização e de alicerce de toda atividade do homem, sendo que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, iguala-se a uma mercadoria e limita-se a depender das condições postas pelo capitalista, que paga um

salário ilusório ao que é realmente produzido por este trabalhador. Nesse contexto, o trabalhador torna-se alienado, na medida em que ele produz um objeto e não pode possuí-lo, pelo fato desse objeto ser possuído por outro homem. Como consequência o trabalhador aliena-se da própria atividade produtiva e também de si próprio, tendo como resultado deste processo a propriedade privada, que, por sua vez está diretamente relacionada à desapropriação do objeto do trabalhador e o esforço deste em possuí-lo (BERNARDO, 1998, SANTOS, 2015).

O autor Elster (1989), esclarece a alienação do trabalhador, quando este é submetido crença de apropriação legítima da propriedade, quando diz:

A alienação acrescenta à exploração a crença, por parte dos trabalhadores, de que o capitalista tem um direito legítimo ao excedente, por causa de sua propriedade legítima dos meios de produção. A propriedade, por sua vez, é tida como legítima porque deriva de uma apropriação legítima do excedente em um momento anterior. A eficácia da exploração capitalista se apóia em sua capacidade de perpetuar as condições sob as quais aparece como moralmente legítima. Marx nos diz que o reconhecimento, pelo trabalhador, dos produtos como seus e o julgamento de que a separação do trabalho e do produto é injusta são o começo do fim do capitalismo. A alienação, nesse sentido, não oferece aos trabalhadores uma motivação para abolir o capitalismo; ela embota a motivação (ELSTER, 1989).

Para Marcuse (1988) o trabalhador está alienado do seu produto e, ao mesmo tempo, alienado de si mesmo. Seu próprio trabalho não é mais seu, e o fato de que se torne propriedade de outro anuncia uma expropriação que atinge a essência mesma do homem. O trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a auto-realização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer para sua satisfação e prazer.

Marx (2005), afirma que o trabalho alienado rouba do homem sua vantagem sobre o animal, uma vez que ele não reconhece mais seu objeto de trabalho:

É exatamente na atuação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica ativa. Por meio dela, a natureza nasce como a sua obra e a sua realidade. Em consequência, o elemento do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem: ao não se produzir somente intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num modo por ele criado. Na medida em que o trabalho alienado tira do homem o elemento da sua produção, rouba-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico. (MARX, 2005, p. 117)

Maffi (2004) citando Marx e esclarecendo sobre o valor da mercadoria e suas contradições, diz que a riqueza da sociedade em que predomina o modo de produção capitalista aparece como um enorme acúmulo de mercadorias. A teoria do valor, desenvolvida pelos clássicos, esclarece que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Aqui se inicia a contradição, onde a mercadoria é vista a um só tempo onde se apresenta como objeto útil, valor de uso e valor de troca. Quando na verdade, no mercado se encontra uma mercadoria muito especial, a força de trabalho, que, como valor de troca, tem seu valor determinado pelo tempo socialmente necessário à sua reprodução.

Para se entender a complexidade do trabalho em nossa sociedade, Ricardo Antunes apresenta a distinção entre o trabalho abstrato e o concreto. Segundo ele, trabalho abstrato é o sentido genérico do trabalho, enquanto dispêndio de força produtiva, física ou social, determinada pela sociedade; já o trabalho concreto seria o trabalho criativo, no sentido de que cria coisas efetivamente úteis e necessárias. Antunes acredita que, para se efetuar o salto para além do capital, teremos de superar a fase do trabalho abstrato e tornar nossa sociedade produtora de coisas úteis, “na construção de uma organização societária que caminhe para a realização do reino da liberdade, momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano” (HELOANI, 2016, p. 75 apud ANTUNES, 1998, p.81)

Em Marx (2004), é analisado ainda, o contexto sobre o trabalho produtivo dentro do processo capitalista:

Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresenta-se-nos como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para o executante [...]. (MARX, 2004, p.109)

Todavia o autor Hypolito afirma que mesmo o trabalho do professor da escola pública não valorizando diretamente o capital, pode ser considerado produtivo, para ele a questão é em como este trabalho está submetido à forma capitalista de organização:

Por isso, o trabalho do professor da escola privada certamente é produtivo, pois o dono de escolas acumula capital através da exploração de mais-valia. Quanto à escola pública a discussão é mais delicada. No entanto, muitos

acham que o Estado, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, age diretamente para a acumulação do capital. Contudo, em considerando-se a acumulação do capital a partir da produção imediata de mais-valia, o trabalho do professor de escola pública não deve ser considerado como produtivo, mas enquanto partícipe da acumulação mediata do capital este trabalho poderia ser considerado como produtivo. (HYPOLITO, 1991, p.6)

Segundo Braverman (1980) na divisão social do trabalho cada sociedade é alocada em uma ocupação conforme apropriada a certo ramo de produção. A subdivisão do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e o trabalhador não consegue acompanhar qualquer processo completo de produção. “No capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada, caótica e anarquicamente, pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle.” (BRAVERMAN, 1980, p.72)

No *Capital*, Marx (2004b) afirma que a divisão do trabalho, somente beneficia o capitalista:

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (MARX, 2004c, p. 503).

O autor Márkus (1974) afirma que a divisão do trabalho, desde seu aparecimento e seu domínio social completo, corresponde ao desenvolvimento a exploração do homem pelo homem e da sociedade de classes; baseada nas classes, a diferenciação das atividades se transforma em uma hierarquia social, tanto no que concerne à participação na produção global da sociedade quanto nas possibilidades de decisão na gestão dos negócios comuns, na consideração atribuída às posições sociais,

Pode-se considerar que a divisão do trabalho, é mais uma forma de alienação do trabalhador. “A divisão do trabalho, sob o capitalismo, isola o homem nos limites de uma atividade limitada, imprimindo ao desenvolvimento da personalidade uma direção unilateral, que toma às vezes a forma de uma monstruosa especialização. Longe de se desenvolver universalmente, o homem apega-se à sua esfera de ação e, preso à sua particularidade, limita e mutila o seu ser (VÁZQUEZ, 1968, p.320).

Segundo Fagiani e Previtali (2014) apud Braverman (1981), o meio de impedir o controle do processo de trabalho pelos trabalhadores é a dissociação entre concepção e

execução, isto é, entre trabalho intelectual e trabalho manual. O resultado dessa dissociação foi a desqualificação do trabalhador, dada a nova natureza que o trabalho adquire, reduzido a tarefas simplificadas e rotineiras, cada vez mais especializadas e sem conteúdo. Reforça-se, assim, para o autor, o perfil de um trabalhador desqualificado, que pode aprender em algumas semanas a produzir determinado bem, algo que antes demorava anos para acontecer.

Para o autor Pappeheim (1967), o homem aprendeu a diferenciar entre os meios e fins, não se importando que o seu trabalho seja feito por amor, mas com a única finalidade alcançar as vantagens que o pagamento pelo seu trabalho podem lhe trazer. O trabalho não somente daquelas pessoas que estão sujeitas à monotonia da linha de montagem tornou-se altamente despersonalizado. A satisfação que a maioria das pessoas encontra no trabalho não está relacionada às atividades ocupacionais que executam; a encontram principalmente no envelope de pagamento, com o equivalente ao valor pago pelo um número de horas.

Vásquez (1968) considera que, na sociedade capitalista, o ter se impõe ao ser, no qual a apropriação verdadeiramente humana cede lugar à apropriação privada, ou posse de objetos. Essa apropriação se apresenta como uma posse de objetos; por sua vez, uma despossessão humana, um empobrecimento humano do sujeito. O sujeito privado assim de seu ser especificamente humano, acaba por se converter em um objeto a mais. Para ser o homem tem que ter e possuir. Existe uma identificação entre ser e possuir.

O trabalho deve ser considerado enquanto princípio educativo, de acordo com Frigotto (2009), porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade).

1.2 A relação entre trabalho e educação

Brandão (1981) apresenta que a educação vira ensino, no momento em que a aldeia se transforma em escola e “todos” que detem o saber tornam-se educadores. Isso só é possível porque a sociedade separa o que faz, o que se sabe, e o que se faz com o que se sabe. Algumas categorias de especialistas sociais indicam o invento da pedagogia, pois se inicia o processo de saber e o ensinar a saber.

Na Seção I do Capítulo III da Constituição de 1988, intitulada “Da Educação”, diz em seu artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,**

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, grifos do autor).

De acordo com Lombardi (2011) não encontramos em Marx textos dedicados exclusivamente à educação. No entanto, partes de suas obras fazem apontamentos sobre o tema, com a perspectiva do ensino gratuito e público, em que há a indicação das características do ensino no aspecto intelectual, na atividade física e em fundamentos científicos de todos os processos de produção. Citando Marx e Engels, o autor apresenta que há a necessidade do domínio intelectual e da compreensão científica dos processos, permitindo ao indivíduo o conhecimento daquilo que faz, além de envolver princípios de produção, técnicas e tecnologias. Em outra dimensão, aponta que o trabalho não deve ser excluído da realidade das crianças, não como nas formas da época, com a superexploração, mas com vistas a permitir o contato e o conhecimento, pois entendia que, nessa relação, seriam possíveis as ideias inovadoras e se daria uma educação revolucionária das classes trabalhadoras. A teoria materialista da mudança das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias fazem mudar os homens e que o educador necessita, por sua vez, ser educado. Tem, portanto, que distinguir na sociedade suas partes, uma das quais colocada acima dela. A coincidência da mudança das circunstâncias com a da atividade humana, ou mudança dos próprios homens, pode ser concebida e entendida racionalmente como prática revolucionária.

Para Saviani (2011) a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Ainda, o autor considera que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.

De acordo com Pedroso *et al* (2017, p.139) “o homem não nasce homem, ele forma-se homem na medida em que o ato de trabalhar é também um ato de aprender e ensinar”

O autor Manacorda (1989) apresenta que o trabalho entra no campo da educação por dois caminhos:

O trabalho entra, de fato, no campo da educação por dois caminhos, que ora se ignoram, ora se entrelaçam, ora se chocam: o primeiro caminho é o desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas sociais (em suma, da revolução industrial), o segundo é a moderna “descoberta da criança”. O primeiro caminho é muito duro e exigente: precisa de homens capazes de produzir ‘de acordo com as máquinas’, precisa colocar algo de novo no velho aprendizado artesanal, precisa de especializações modernas. O segundo

caminho exalta o tema da espontaneidade da criança, da necessidade de aderir à evolução de sua psique, solicitando a educação sensório-motora e intelectual através de formas adequadas, do jogo, da livre-atividade, do desenvolvimento afetivo, da socialização. Portanto, a instrução técnico-profissional promovida pelas indústrias ou pelos Estados e a educação ativa das escolas novas, de um lado, dão-se as costas, mas do outro lado, ambas se baseiam num mesmo elemento formativo, o trabalho, e visam o mesmo objetivo formativo, o homem capaz de produzir ativamente. (MANACORDA, 1989, p. 305)

Monasta (2010, p. 12) esclarece que “a educação é um campo no qual a teoria e a prática, a cultura e a política, inevitavelmente, se confundem; em que a pesquisa e a descoberta teórica se misturam com a ação social e política.” O mesmo autor apresentando Gramsci acrescenta ainda:

A utilização ideológica da cultura e da ciência, muitas vezes, leva à “neutralização” dos efeitos educativos e políticos do desenvolvimento cultural e à “justificativa” do poder político por meio de teorias domesticadas que, por isso, podem ser definidas como “ideologias”. A definição da totalidade dessa “educação” quando se opera a tradicional desintegração entre as disciplinas e os campos de investigação cultural, segue paralelamente ao crescimento das crianças e de sua escolarização, desde o jardim de infância até a universidade. (MONASTA, 2010, p.12)

Segundo Duarte (2007) a educação é um processo mediador entre a vida do indivíduo e a sociedade (e, portanto, a história). Para o autor não é possível analisar crítica e historicamente o processo pedagógico sem a mediação de uma teoria na qual a formação do indivíduo seja concebida enquanto um processo essencialmente histórico e social.

“A educação é vulgarmente considerada um importante instrumento impulsionador da transformação social. Segundo a teoria liberal, a educação foi sempre considerada uma via para a mobilidade social e a chave de progresso individual e social” (EMEDIATO, 1978, p. 2017).

Oliveira (2010) citando e concordando com Florestan Fernandes considera que qualquer que seja o grau de instabilidade do sistema social, para haver continuidade das formas sociais de existência, as escolas terão de preencher regularmente um mínimo de funções sociais construtivas na perpetuação de extensas parcelas da herança social e desempenhar, por conseguinte, certas influências estáticas vitais. As mudanças sociais no sistema educacional (seja para criar um mínimo de espírito crítico generalizado ou para o seu bloqueio) precisam ser provocadas.

Para o autor Emediato (1978), sustenta que as mudanças tem que ocorrer dentro das organizações, e afirma:

Na sociedade capitalista, o foco da mudança educacional se assenta nas organizações educacionais, enquanto na sociedade revolucionária e socialista incide nas relações educativas que trespassam toda a sociedade. A maior parte das reformas capitalistas da educação caracteriza-se por mudanças de organização no seio das escolas. No contexto das revoluções socialistas, as mudanças na educação, que incluem a reorganização das escolas, são provocadas pela mobilização social. Isto leva a uma importante discussão acerca do conceito de educação.... A concepção funcionalista da educação, predominante em países como o Brasil, sustenta que a igualdade, o crescimento individual e a integração social dependem das mudanças sociais que ocorrem nas esferas social e econômica. As modificações tecnológicas são consideradas pelos estruturo-funcionalistas como a base da mudança social. Consequentemente, a mobilidade profissional e os salários são vistos como fortemente dependentes dos processos de industrialização e racionalização da estrutura econômica em geral.(EMEDIATO, 1978, p. 209-210)

As inovações tecnológicas são criadas para atender as mudanças sociais, porém se prestam também pela constante manutenção do lucro na sociedade capitalista. Assim, as inovações tecnológicas possibilitam cada vez mais a perda do controle do processo do trabalho pelo trabalhador.

Segundo Fagiani e Previtali (2014, p.53), concordando com Tomaney (1996) e Faria (2008), “os autores neo-schumpeterianos⁴, consideram que a tecnologia assume uma posição de independência e autonomia sobre as relações sociais e institucionais, conferindo um caráter determinista e de neutralidade à explicação de um processo que não é somente técnico, mas de transformação social”.

A luta por especialização é incentivada pela ideia de que o novo trabalhador deve ser mais escolarizado e qualificado. A nova educação orienta-se pelo conceito de multifuncionalidade, flexibilidade e empregabilidade, tendo como consequência um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que cada um é responsável por buscar suas competências a serem alcançadas, segundo o ideário neoliberal, com o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão (MACIEL; PREVITALI, 2011).

As novas relações laborais têm imposto aos trabalhadores um intenso e cuidadoso monitoramento eletrônico por meio das análises constantes de índices de produtividade, de desempenho, de satisfação, entre outras, sendo apresentadas sob a celebração da qualificação

⁴ Na visão de autores neo-schumpeterianos, com destaque para Freeman e Perez (1988) e Perez (2002), a difusão de uma tecnologia está associada ao potencial que ela tem de transformar os setores da economia, assim como induzir à formação de novos setores, levando ao desenvolvimento de um novo paradigma técnico-econômico e constituindo um novo ciclo de desenvolvimento.

do trabalhador e de sua maior inserção intelectual no trabalho (PREVITALI, FAGIANI, 2015).

1.3 Pensando o trabalho, a educação e as formas de adoecimento

Para Lourenço (2008) adoecer é uma agressão à saúde e se constitui mais pelos aspectos de ordem subjetiva, sem exteriorizações físicas importantes. Pode ser considerado um processo que evidencia que algo não vai bem, assim nem sempre é seguida de uma doença propriamente dita, apesar dos sintomas e representa os efeitos psico-patológicos da nova organização e gestão do trabalho na vida das pessoas.

As significativas alterações relativas à organização e gestão do trabalho, à proteção social, bem como avanços na compreensão sobre seus efeitos na saúde do trabalhador, acarretam mudanças que se inserem no modo de ser, de viver dos trabalhadores e de sua família. Essas alterações mantêm as antigas e novas configurações de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho e refletem expressões de trauma e violência na vida do trabalhador e de sua família. Essas expressões estão vinculadas às transformações na relação capital versus trabalho (BELLINI, RODRIGUES, 2010).

Ainda segundo estes autores, a instabilidade do emprego e as condições em que o trabalhador exerce suas atividades laborais geram novas situações de vulnerabilidades, fazendo com que o trabalhador, em decorrência da necessidade de sobreviver, aceite empregos que o deixam exposto a ambientes insalubres, colocando em risco sua saúde.

Para Burton (2002), a presença de dores e limitações, decorrentes da doença, contribui para o surgimento de sintomas depressivos e de ansiedade, acompanhados de angústia e medo em relação a um futuro incerto. Todos os sintomas afetam o trabalhador, fazendo com ele perca um pouco da sua identidade e ganha insegurança no ambiente de trabalho, familiar e social. Apesar de o trabalhador ser normalmente a pessoa mais diretamente afetada, as doenças ocupacionais também afetam familiares, colegas de trabalho, vizinhos, amigos, entre outros.

Os problemas de saúde dos docentes têm sido estudados a partir dos anos 1960, na Europa, e no Brasil, a partir da década de 1970. Na década de 1980, vários autores centraram suas reflexões sobre a educação chamando a atenção para a figura do docente e buscaram decifrar os efeitos que podiam estar sofrendo pela racionalização de seus trabalhos (ROCHA, 2008).

Os autores Assunção e Oliveira, (2009) apresentam que as políticas públicas educacionais do Brasil são movidas por valores de universalização, desde o início da década de 1990, às custas da precarização do sistema educacional e da intensificação do trabalho docente,

concluem que:

O sofrimento no trabalho, associado ao adoecimento em estudos específicos, está sempre ligado a um conflito entre a vontade de bem fazer o seu trabalho, de acordo com as novas regras implícitas da profissão, e a pressão que os leva a certas regras para aumentar a sua produtividade. O processo de intensificação do trabalho vivido pelos docentes das escolas públicas brasileiras na atualidade pode, além de comprometer a saúde desses trabalhadores, pôr em risco a qualidade da educação e os fins últimos da escola, na medida em que tais profissionais se encontram em constante situação de ter de eleger o que consideram central e o que pode ficar em segundo plano diante de um contexto de sobrecarga e hipersolicitação, cujas fontes estão nas infindáveis e crescentes demandas que lhes chegam dia após dia. (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 366-367)

Segundo Forattini e Lucena (2015, p.34), “a profissão docente é uma das mais desgastantes conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que a considera de alto risco físico e mental.” Os autores observaram que “o adoecimento generalizado do ser humanos dentro do âmbito dos processos improdutivos da sociedade, como professores, profissionais autônomos, enfermeiros, médicos, advogados etc, por colherem, cada qual, a sua parcela de participação em uma sociedade voltada ao lucro e à valorização dos objetos e não dos seres humanos.” (FORATTINI, LUCENA, 2015, p. 34-35)

As características mais estressantes do trabalho docente, segundo Delcor *et al* (2004), são: trabalho repetitivo, intensa concentração em uma mesma tarefa por um longo período, volume excessivo de trabalho, ritmo acelerado, interrupção das tarefas antes de serem concluídas, tempo insuficiente para realização das tarefas, falta de interesse dos colegas de trabalho, exposição a hostilidades, conflitos com os colegas de trabalho e inexistência de processo democrático.

Quando analisaram o estresse e seu reflexo na saúde do professor, Cantos, Silva e Nunes (2005, p.18) consideraram:

O estresse gerado pela necessidade de cumprir o compromisso laboral só é aliviado quando a tarefa é executada e a pessoa se sente aparentemente revigorada, levando à manutenção do organismo em permanente situação de estresse velado. É importante avaliar o componente situacional que gera determinada tensão, bem como as variações de cada trabalhador, a maneira como reage frente a um importante acontecimento estressante adquirido, é claro, no mundo do trabalho alienado.(CANTOS, SILVA e NUNES, 2005, p.18)

Segundo Nóvoa (1999, p. 22), “as consequências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos: elevados índices de absenteísmo e abandono, desmotivação pessoal, insatisfação profissional traduzida em uma atitude de desinvestimento e indisposição constante, recursos de desculpabilização e ausência de reflexão crítica sobre a ação profissional, etc.”

O autor Paparelli (2010) relata que existem professores “disfarçados” de secretários, tratam-se de professores que foram readaptados, afastados de suas funções de origem por motivo de saúde. Por vezes não conseguem a aposentaria por invalidez, podem desenvolver qualquer outra atividade, permanecem trabalhando na escola. Esses professores acabam sendo vistos com “desconfiança, dó ou desprezo pelos demais.”

Para Lemos (2005) os professores tendem a buscar a automedicação para controle da dor e dos desconfortos que os impedem de trabalhar temporariamente. O “adoecimento torna-se conhecido [na instituição] quando o docente se vê obrigado a se afastar de suas atividades didáticas, assegurado por licença médica que fundamente a necessidade de sua substituição em sala de aula” (BORSOI, 2012, p. 97).

Os incrementos tecnológicos baseados na automação e na informatização dos processos de trabalho que, a princípio, poderiam melhorar as condições de trabalho, estranhamente, têm significado em novos problemas. Há um discurso ideológico de redução de custos da produção e aumento da produtividade acompanhada dos incrementos modernizadores tanto no campo objetivo, dos ambientes e organização do trabalho, quanto no subjetivo, dos denominados recursos humanos. Os incrementos variam entre as novas formas de controle/vigilância como o cumprimento de metas e pressão para produzir, e a ameaça declarada e real do desemprego (LOURENÇO, 2008).

1.4 Analisando o adoecimento dos/as Professores/as e suas possíveis causas, a partir de publicações recentes

De acordo com os autores Penteadó e Neto (2019), após fazerem revisão narrativa sobre as publicações científicas atribuídas à problemática do mal-estar, sofrimento e adoecimento de professores, tanto no campo da educação como na saúde coletiva, apresentaram um quadro resumo que traz a categorização dos aspectos principais abordados nas produções. Os aspectos identificados guardam relações entre si, tendo em vista identificar sua invisibilidade e/ou visibilidade no campo educacional, particularmente nos cenários que dizem respeito às

pesquisas, às políticas públicas, às práticas de cuidado/promoção da saúde e aos contextos de formação e do trabalho docente.

Quadro 1 - Principais aspectos das produções

Conteúdo Aspectos	Descrição
Epidemiologia	As publicações em geral afirmam a elevada prevalência de problemas relacionados à saúde mental e vocal e ao sistema locomotor.
Naturalização da problemática na docência	Os estudos afirmam que os professores são apartados dos estudos sobre corpo e saúde e apresentam interpretações distorcidas dos problemas de saúde, como integrantes da caracterização profissional e traços da docência.
Políticas públicas	Por um lado, as reformas educacionais e as influências dos processos de intensificação, flexibilização e precarização do trabalho no mal-estar docente; por outra via, o problema da falta de políticas públicas e de práticas de cuidado e promoção da saúde e do bem-estar dos professores.
Organização do trabalho docente	Organização do trabalho docente fazendo do contexto educacional um espaço de trabalho adoecedor, lugar de conflitos entre afeto/razão, autonomia e controle, com as relações sociais entre professores e demais agentes do campo educacional envolvendo dificuldades de interação e de admitir, aos colegas e superiores, os problemas enfrentados na profissão. Há falta de apoio e de partilha entre os colegas e falta de reconhecimento do trabalho docente por gestores e outras instâncias hierárquicas superiores; por outro lado, há a afirmação da importância das relações sociais no trabalho docente e da rede de apoio e suporte social para potencializar a qualidade do trabalho e promover a saúde e o bem-estar dos professores.
Identidade docente	Identidade profissional docente na tensão entre aspectos individuais e coletivos, subjetivos e sociais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de Penteadó e Neto 2019.

Barbieri (2014), após realizar um levantamento bibliográfico, alertou que os três principais determinantes e causas para o desenvolvimento de doenças e distúrbios causadores de afastamento de professores da educação básica foram:

- a) longas jornadas de trabalho; b) número excessivo de alunos por sala e; c) posição de trabalho incômoda (ficar em pé). Seguidos por: a) tarefas extraclasse; b) exposição a poeira e giz; c) movimentos repetitivos; d) nível elevado de ruídos no ambiente; e) falta de materiais e equipamentos adequados; f) salas inadequadas; g) ritmo acelerado de trabalho; h) ambiente intranquilo e estressante; i) problemas com alunos (ameaças verbais e físicas);j) baixa remuneração; k) atividade em mais de uma escola; l) uso excessivo da voz; m) exigência de atualização e preparação constantes; n) pressão da direção; m) falta de autonomia no planejamento das atividades e; o) insatisfação no desempenho das atividades. (BARBIERI, 2014, p.1)

Barbieri (2014) concorda com Gasparini, Barreto e Assunção (2005, apud COSTA; GERMANO, 2007), quando afirmam que os dados de afastamento, por vezes, não são capazes de expressar todos os problemas de saúde vividos pelos servidores, tampouco é possível estabelecer associações diretas destes problemas com o trabalho por eles desenvolvidos.

Todavia é possível analisar pelos dados dos afastamentos as causas em comum das variadas doenças que mais acometem os/as professores/as.

Segundo, Souza, (2015,), o termo burnout é uma composição dos termos Burn(queima) e Out (exterior). Esta doença, que consome física e emocionalmente a quem dela é acometida, tem sido muito recorrente em profissionais que mantêm relação constante e direta com outras pessoas (médicos, professores, atendentes públicos, funcionários de departamento de pessoal, recursos humanos, etc).

Os fatores causadores de afastamentos dos/as professores/as causam o adoecimento, conseqüentemente desenvolvem doenças que podem ser associadas a Síndrome de Burnout. Os sintomas mais comuns desta síndrome, segundo Benevides-Pereira (2001) são:

Psicossomáticos: enxaquecas, dores de cabeça, insônia, gastrites e úlceras; diarreias, crises de asma, palpitações, hipertensão, maior frequência de infecções, dores musculares e/ou cervicais; alergias, suspensão ciclo menstrual. Comportamentais: absenteísmo, isolamento, violência, drogadição, incapacidade de relaxar, mudanças bruscas de humor, comportamento de risco. Emocionais: impaciência, distanciamento afetivo, sentimento de solidão, sentimento de alienação, irritabilidade, ansiedade, dificuldade de concentração, sentimento de impotência, desejo de abandonar emprego; decréscimo do rendimento no trabalho, baixa autoestima; dúvidas de sua própria capacidade e sentimento de onipotência. Defensivos: negação das emoções, ironia, atenção seletiva, hostilidade, apatia e desconfiança. (BENEVIDES-PEREIRA, 2001, p.32-33)

Segundo Oliveira, Assunção, 2009, o professor, extenuado no processo de intensificação do trabalho, teria a sua saúde fragilizada e estaria mais susceptível ao adoecimento. Pode-se supor, ainda, que a hipersolicitação em regime de urgência o teria levado a ultrapassar ou a deixar de reconhecer o seu próprio limite, expondo-o aos riscos de

adoecimento.

No próximo capítulo serão abordados a história da Educação, o trabalho docente e as particularidades da Educação Básica.

CAPÍTULO II – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, O TRABALHO DOCENTE E AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 A história da educação no Brasil, avanços e retrocessos

No período colonial o Brasil era composto uma sociedade latifundiária e escravocrata sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, sendo que não necessitava de pessoas estudadas que pudessem pretender a governar. Segundo Ribeiro (1993), da educação estava excluído o povo, e graças à Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente:

O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos. A educação elementar foi inicialmente formada para os curumins, mais tarde estendeu-se aos filhos dos colonos. Havia também os núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo. (RIBEIRO, 1993, p. 15)

Para entender o contexto da Educação oferecida pelos jesuítas, Albuquerque (1993) relata que no século XVIII, por exemplo, a obra educativa dos jesuítas se estendia do Pará a São Paulo, com 17 colégios e seminários, 25 residências e 36 missões, sem contar os seminários menores e as escolas de alfabetização presentes em quase todo o território.

No período de 1750 a 1777, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, enquanto ministro de Portugal, implantou reformas; em 1759 expulsou do Brasil a Companhia de Jesus, tirou o poder educacional da Igreja e colocou-o nas mãos do Estado, criando, assim, um ensino pelo e para o Estado, implantando as Aulas Régias. Segundo Oliveira (2004), o Estado tentou assumir, pela primeira vez, os encargos da educação, mas os mestres leigos das aulas e escolas régias, recém-criadas, se revelaram incapazes de assimilar toda modernidade que norteava a iniciativa pombalina. Da expulsão até as primeiras providências para substituição dos educadores jesuítas decorreram 13 anos.

O Brasil passa por uma mudança com chegada de D. João IV, sendo que destaca-se a criação do Museu Real, do Jardim Botânico, da Biblioteca Pública e da Imprensa Régia, além

da Academia Real da Marinha, a Academia Real Militar (depois transformada em Escola Militar de Aplicação). Os cursos médico-cirúrgicos do Rio de Janeiro e da Bahia foram o embrião das primeiras Faculdades de Medicina, e ainda a presença da Missão Cultural Francesa, que possibilitou a criação da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Portanto, o ensino primário foi esquecido e a população em geral continuou iletrada e sem acesso aos grandes centros de saber, sendo que a educação ficou reduzida a algumas poucas escolas e aulas régias (OLIVEIRA, 2004; RIBEIRO, 1993).

Segundo estes autores, o Ato Institucional de 1834 descentralizou a responsabilidade educacional. Ao poder central ficou o direito de promover e regulamentar a educação no Rio de Janeiro e a educação superior em todo o Império, com exceção do Colégio Pedro II, nomeado em homenagem ao nosso segundo governante imperial, que deveria servir de modelo às escolas provinciais. Às províncias caberia o direito de legislar e controlar o ensino primário e médio. Porém, a falta de recursos e falho sistema de arrecadação tributária com fins educacionais impossibilitaram as províncias de manter o ensino primário e médio, abrindo caminho para que as entidades particulares, especialmente a Igreja, o assumissem, contribuindo ainda mais para alta seletividade e elitismo educacional. O autor Oliveira (2004) conclui sobre a situação do ensino, ao final do Império:

Ao final do Império, o quadro geral do ensino era o seguinte: poucas escolas primárias (com 250 mil alunos para um país com cerca de 14 milhões de habitantes, dois quais 85% eram analfabetos), liceus provinciais nas capitais, colégios particulares nas principais cidades, alguns cursos normais e os cursos superiores que forjavam o projeto elitista (para formação de administradores, políticos, jornalistas e advogados), que acabou se transformando num elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial. (OLIVEIRA, 2004, p. 949)

A primeira Constituição da República, de 1891, instituiu o sistema federativo de governo, e conseqüentemente, a descentralização do ensino. Em seu artigo 35, itens 3º e 4º, reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal. Aos estados competia prover e legislar sobre a educação primária, além do ensino profissional (que compreendia, na época, as escolas normais de nível médio para moças e as escolas técnicas para rapazes). Era a consagração do sistema dual que vinha do regime anterior, ampliando a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional) (OLIVEIRA, 2004).

Ribeiro (1983) esclarece que, nos anos iniciais da República, várias reformas educacionais visando a inovação do ensino foram propostas, porém não foram suficientes para que os problemas educacionais fossem resolvidos. A década de 1920 traz a queda da oligarquia, com a crise do modelo agrário-comercial-exportador e o impulso a industrialização com o modelo nacional-desenvolvimentista, fortalecendo a classe burguesa, assim como seus pensamentos e ideologia, influenciando toda a organização escolar desse período. Surge o movimento de cunho pedagógico Escola Nova, que no Brasil defendia o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a organização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, sendo que enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. De 1920 a 1929 houve as reformas educacionais a nível primário, sendo que em Minas Gerais foram a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em 1927. Nestas reformas, a Educação é totalmente desvinculada do contexto histórico, mas se acredita que ela é um fator determinante na mudança social.

Ainda segundo o autor, em 1930 havia o conflito entre dois grupos de classe dominante – a oligarquia cafeeira e a burguesia industrial – que culmina com o fim da chamada República Velha e a tomada do poder por Getúlio Vargas. Além de um conflito de ideologias sobre a educação entre os conservadores (que representavam a aristocracia rural) católicos que procuram impedir as inovações propostas pelos pioneiros que estão ligados à burguesia em ascensão. Neste ano é criado o Ministério da Educação e Saúde. De 1931 a 1937, as divergências permanecem na área da educação e em determinado ponto confundem-se as reivindicações educacionais com interesses políticos. O governo de Getúlio Vargas aproveita esse antagonismo para se solidificar no poder, procurando atender tanto um grupo quanto o outro (RIBEIRO, 1983).

A Constituição de 1934 dedica um capítulo à Educação e atribui à União a competência privativa de traçar as diretrizes educacionais do país. Criam-se os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, determina-se um mínimo de verbas a serem aplicadas para o ensino, há reconhecimento da Educação como direito de todos, obrigatoriedade do ensino primário, assistência social e bolsas de estudo aos alunos (RIBEIRO, 1983).

O ano de 1937 foi marcado pela instauração do Estado Novo, regime ditatorial de tendências fascistas. Após o golpe dado por Getúlio Vargas, outorgou-se uma nova constituição.

Quanto à Educação (...) declara ser a arte, a ciência e o ensino livres à iniciativa individual e à de associação ou pessoas coletivas públicas e particulares; mantém a gratuidade do ensino primário (...) dá providências ao programa de política escolar em termos do ensino pré-vocacional e

profissional (...) estabelece, no mesmo artigo, o regime de cooperação entre a indústria e o Estado. (RIBEIRO, 1981, p. 120)

Nota-se que na década 1940 a atenção governamental, referente à Educação, voltou-se para o ensino primário e secundário. Ribeiro afirma:

Durante o Estado Novo, aumentaram-se as verbas destinadas à Educação e houve uma tentativa de se traçar uma política educacional de âmbito nacional Criaram-se órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e o Serviço Nacional de Radiofusão Educativa (1939). Com o desenvolvimento industrial, havia a necessidade de uma formação mínima ao operariado, e de maneira rápida e prática. Assim foi criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – através do Decreto-Lei nº 4048, de 22 de Janeiro de 1942, com finalidade de ministrar um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial. O SENAI era dirigido pela Confederação Nacional das Indústrias e mantido pelas contribuições das empresas a ela filiadas. (RIBEIRO, 1983, p. 23)

Em 1945 Getúlio Vargas é derrubado do poder e o Brasil passa por um período democrático, sendo que eleições livres são realizadas e o general Eurico Gaspar Dutra é eleito. A contraposição de ideias entre católicos e liberais, presente no Estado Novo, teve um novo momento na década de 50. A educação particular foi defendida pelos donos de escolas e Igreja, indicando que a escola pública “não educava” e defendiam:

Somente a escola confessional estava apta a educar, ou seja, a desenvolver a inteligência e formar o caráter, a partir de uma filosofia integral de vida, inexistente na escola pública. Os “católicos” defendiam a subvenção pública às escolas particulares, o direito das famílias na formação integral de seus filhos e baseavam-se na doutrina católica do papa Pio XII, além de considerarem os defensores da escola pública como comunistas, e, portanto, inimigos de Deus, da família e da Pátria. (RIBEIRO, 1983, p. 25)

Os defensores da escola pública fundamentavam suas ideias na doutrina liberal-pragmática de educar para ajustar o indivíduo à sociedade (RIBEIRO, 1983).

Durante a década de 1960 muitos eventos abalaram o sistema sócio-educacional brasileiro. Dentre alguns, pode-se citar: a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 4.024/61); debates, reivindicações e lutas no campo político-social contra a ideologia de desenvolvimento então vigente, que colocava a escola como responsável pela formação da mão-de-obra preparada, visando o “desenvolvimento” do país; golpe militar de 1964; e a figura do educador Paulo Freire, trazendo novos ideais de seu método

de alfabetização (ARANHA, 1996).

Ribeiro (1993) relata que a classe média percebera que a Educação era o único caminho que lhe asseguraria a ascensão social, pois se antes ela conseguia se desenvolver e manter pequenos estabelecimentos através da poupança-investimento-poupança, agora, com a chegada das grandes empresas multinacionais e as dificuldades de investimentos, assumir cargos administrativos empresariais era forma de ascensão social e financeira. O sistema educacional, porém, não acompanhou a mudança econômica: a classe média vai à procura do ensino superior, passa nos exames, tem direito à matrícula, mas não existe a vaga. A classe operária passa a exigir o ensino elementar médio para seus filhos, pois o mercado de trabalho solicitava pessoal mais qualificado. O autor prossegue informando que o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 (o famoso AI-5), foi instituído para extinguir todas as liberdades individuais do cidadão e deu plenos poderes ao presidente da República. Outros decretos e leis também foram instituídos: o Decreto-lei 477/69 proibia o corpo docente e o corpo discente de qualquer manifestação política, com perigo de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional; o Decreto-lei 574/69, que proibía as instituições de reduzir suas vagas, permitindo, no entanto, que estas fossem redistribuídas pelos cursos; a Lei 5741/69, que estabelecia vagas limitadas no nível superior; a Lei 5540/68 referente à reforma universitária; e a Lei 5692/71, destinada aos 1º e 2º graus. A lei da reforma do ensino superior foi redigida em apenas sessenta dias, sem se fazer consultas às bases. Não se fez discussões nem debates e não se pediu propostas aos docentes ou aos estudantes, que eram os que se beneficiariam com a lei.

Borges (2005) relata sobre a situação das universidades neste período:

Dentro do âmbito universitário, logo após o golpe, o terror foi implantado imediatamente, com invasões ao campus de universidades, perseguições a docentes e discentes contrários ao Regime, demissões e aposentadorias sumárias. Ocorreu a cooptação de alguns professores e técnicos, os quais desejavam “mostrar serviço” aos governos militares. Algumas universidades, como o caso da USP, forneceram diversos “quadros” aos escalões do governo. (BORGES, 2005, p. 19)

O país passava por uma modernização, pois adotava como modelo um país desenvolvido, no caso os Estados Unidos, è importava tecnologia, muitas vezes superada, mas não se apossava do “know-how”, o que tornou o Brasil mais dependente do que já era. A Lei 5692/71, que trouxe a reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, tinha como principal preocupação a profissionalização. Seu objetivo era dar ao nível médio uma terminalidade profissional, de modo a atenuar as pressões exercidas pelos estudantes que não conseguiam ser aprovados nos

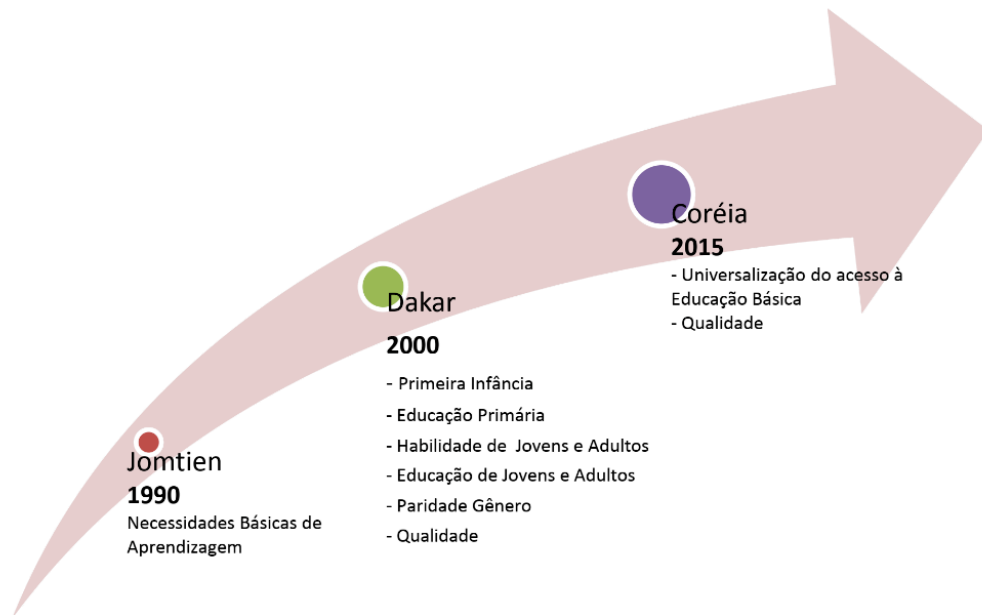
vestibulares. Os que precisassem trabalhar abandonariam as escolas ao concluir o secundário, já que possuíam uma especialização e poderiam enfrentar o mercado de trabalho. Anos mais tarde viria a Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, alterando substancialmente dispositivos da Lei 5692/71. Durante esse momento histórico, os cortes orçamentários passam a ser aplicados à Educação, sendo que o governo federal reduz progressivamente os recursos para a área (RIBEIRO, 1983, SAVIANI, 2008b).

Não só as leis desse período, mas todas as reformas referentes à Educação foram feitas por um grupo minoritário que achava ser isto ou aquilo melhor ou pior para a sociedade que iria desfrutar do ensino. Alguns até poderiam estar imbuídos de um sincero sentimento salvador, porém as reformas não proporcionaram avanços de peso na Educação no Brasil (RIBEIRO, 1983).

Durante os anos 1990 – no governo Fernando Henrique Cardoso – é instaurada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), aprovada por alto, da mesma forma que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE), sem considerar todos os esforços, pesquisas e estudos realizados pela classe de educadores e demais sujeitos comprometidos com uma medida que compreendia a mudança qualitativa da nossa Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

A Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), realizada em 1990, definiu um amplo conjunto de desafios que vêm sendo enfrentados de modos diversos pelos sistemas educacionais ao redor do mundo. Este chamamento global à ação foi renovado em 2000, na Cúpula Mundial de Educação (Dakar, Senegal), quando as metas estabelecidas anteriormente foram avaliadas e redimensionadas, considerando os desafios de um novo milênio. Em 2015 aconteceu novamente a conferência na Coreia, em 2015, estabelecendo novos compromissos para médio e longo prazo, conforme a Figura 1.

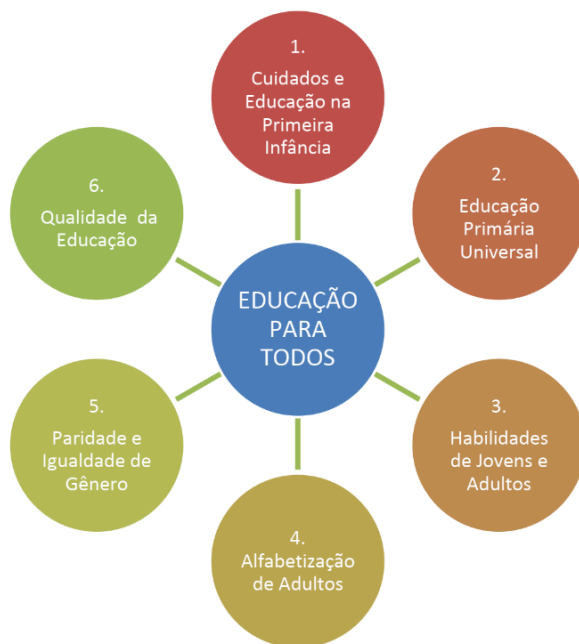
Figura 1 – Metas da Cúpula Mundial de Educação



Fonte: BRASIL, 2014.

Durante o Marco de Ação de Dakar, foi instituído o Programa Educação para Todos, que tem seus objetivos sintetizados apresentados na figura 2 abaixo.

Figura 2 - Programa Educação para Todos



Fonte: BRASIL, 2014.

Segundo Shiroma (2018) os experts das organizações multilaterais divulgam que, para

se alcançar as metas da Educação para Todos, os países precisavam monitorar os resultados de aprendizagem dos alunos e investir na aferição da qualidade do professor. O interesse em influenciar a formulação das políticas para a formação docente pode ser entendido como uma manifestação fenomênica deste processo cujas determinações econômicas ficam ocultas aos educadores, gestores e grande público. A autora considera que as organizações multilaterais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fórum Econômico Mundial e Banco Mundial, planejam intervenções orquestradas na educação, e em especial nas políticas docentes, com menos espaço para os currículos e cursos de formação de professores que se dedicaram a pensar essas articulações entre educação, economia política e trabalho no capitalismo.

Após o ano de 2003, período em que se inicia a gestão do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, caracterizou-se na área educacional pela continuidade das políticas educacionais da década anterior (descentralização/centralização/valorização das evidências, aprofundamento da avaliação, manutenção da política de financiamento por meio de Fundos e estabelecimentos de Metas Educacionais). A ênfase das medidas adotadas entre os anos de 2003 e 2010 foram: a) o alcance da qualidade de Ensino através da justiça social; e b) a universalização da educação básica, por meio da oferta do Ensino Médio (JEFREY, 2012).

As principais legislações e ações federais ocorridas na Educação no período de 2003-2010 foram:

Quadro 2 - Legislações na educação

Legislações	Ações Federais
Lei: 11.09/ 2006 Programa Universidade para Todos – PROUNI Lei: 11.274/2006 Ampliação do Ensino Fundamental de 9 anos Emenda Constitucional n. 53/2007 Institui o FUNDEB Lei: 11.494/2007 FUNDEB Decreto n. 6094/2007 Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – PDE Emenda Constitucional n. 59/2009 Institui a obrigatoriedade das matrículas na Educação Básica dos 4 aos 17 anos *Prazo para a implementação 2016	Avaliação ENADE (2004) Prova Brasil (2005) PROUNI (2006) Ensino Fundamental de 9 anos (2006) FUNDEB (2007) IDEB (2007) Índice de Desenvolvimento da Educação PDE (2007) Plano de Desenvolvimento da Educação ENEM (2009)

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir Jeffrey (2015).

Em 2008 foi estabelecido através da Lei nº 11.738, em cumprimento ao que determina

a Constituição Federal, no artigo 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica. O piso é reajustado anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009 (BRASIL, 2019).

A Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica do governo Temer (PMDB), após o golpe de 2016, apresenta as medidas polêmicas como a criação de uma “Base Nacional de Formação Docente” para nortear o currículo da formação de professores, sem distinguir claramente sua função em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, e a implantação do “Programa de Residência Pedagógica” (SHIROMA, 2018).

Em 2019 foram aprovadas quatro leis que fazem alterações na LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: a Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019 altera, para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa; a Lei nº 13.803, de 10 de janeiro de 2019, que altera dispositivo para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; a Lei Nº 13.826, de 13 de maio de 2019, que altera para dispor sobre a divulgação de resultado de processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação; e a Lei Nº 13.868, de 3 de setembro de 2019, que altera as Leis 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias (FIRMINO, 2019).

Os autores Abrucio e Simielli concluem sobre a educação:

Os desafios postos à educação brasileira, no entanto, ainda são imensos. Eles estão vinculados à atratividade da carreira do professor, à qualidade do capital humano presente na política educacional, à construção de um modelo de gestão escolar e de redes bem-sucedido, à cooperação entre os entes federativos, à invenção de uma escola diferente e adaptada ao século XXI, ao maior interesse e mobilização da sociedade e, primordialmente, à opção pela educação como principal mecanismo para reduzir as desigualdades históricas do país e produzir uma sociedade mais justa. (ABRUCIO, SIMIELLI, 2015, p. 20).

2.2 O trabalho docente

Segundo Libâneo (2006), o trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe e na vida cultural e política. O trabalho docente é uma atividade social, porque contribui para a formação cultural e científica do povo, tarefa indispensável para outras conquistas democráticas.

Para Hypolito, o termo “processo de trabalho docente” significa:

Refere-se a todas as ações, formas objetivas e subjetivas de organização, planejamento e avaliação do que é realizado nas práticas docentes em diferentes instituições escolares, nos diversos níveis de escolarização. Trata-se, portanto, dos fins e dos meios de todas as ações docentes, tanto em nível de sala de aula – trabalho pedagógico – quanto em nível de organização escolar – gestão do trabalho. Implica, pois, em formas de controle sobre o trabalho e no grau de autonomia em relação ao que é ensinado – fins da educação – e como é ensinado – controle técnico. (HYPOLITO, 2010, s/p)

Segundo o autor, no Brasil a escola transitou de um modelo tradicional, que se caracterizava pela autonomia do professor em relação ao ensino e à organização escolar e por processos burocráticos praticamente inexistentes, para um modelo técnico-burocrático, caracterizado pela redução da autonomia do professor em relação ao ensino e a organização da escola com divisão de tarefas, formas de controle e hierarquização, tidos como modernos. Ainda segundo o autor, o modelo técnico-burocrático apresenta as seguintes características: a fragmentação do trabalho na escola; a hierarquização de funções com a concentração de poder nas mãos de alguns especialistas; forte controle sobre os professores, funcionários e alunos; perda de autonomia por parte do professor sobre o seu trabalho; funcionários que não se sentem comprometidos com a ação educativa da escola; saber cada vez mais fragmentado; várias instâncias pedagógico-administrativas espalhadas e hierarquizadas por todo o sistema de ensino.

Para Shiroma (2018), na área da educação os neoliberais semearam um diagnóstico de que os problemas educacionais resultavam da “ineficácia” da gestão. Argumentavam que não faltavam recursos para a área, apenas eram mal geridos; faltavam, portanto, profissionais eficazes dotados de competências para gerenciá-los. Deflagrou-se um período de profissionalização de gestores e professores. A autora também relata que as avaliações externas

tiveram um papel propulsor na degradação da imagem das instituições públicas educacionais, veiculando sua precariedade em jornais e revistas semanais de grande circulação nacional. Os testes em larga escala foram aplicados a alunos de todos os níveis; mas o alvo não eram os estudantes, eram os professores. Os fracos resultados nos testes serviram de justificativa para recomendar a profissionalização dos docentes, monitoramento e estabelecimento de padrões.

Para Oliveira (2004) o trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos e à discussão coletiva do currículo e da avaliação.

Para Hypolito (1991) o processo de trabalho escolar estava sendo penetrado por uma lógica capitalista e o modelo de organização vigente tende, mesmo que com novas conformações, a ser generalizável e dominante em nossa sociedade. No entanto, há que se considerar que existem várias escolas em nossa sociedade: o conteúdo de classe da escola se expressa não só em uma distribuição diferenciada do conhecimento, como também na organização do trabalho escolar. O tipo de escola possibilitado para cada classe social, por cumprir funções sociais diferentes, pelo menos em relação aos alunos, possivelmente apresenta formas de organização diferentes.

Segundo Enguita (1991), os docentes estão submetidos à autoridade de organizações burocráticas, sejam públicas ou privadas, recebem salários que podem caracterizar-se como baixos e perderam praticamente toda capacidade de determinar os fins de seu trabalho. Não obstante, seguem desempenhando algumas tarefas de alta qualificação – em comparação com o conjunto dos trabalhadores assalariados – e conservam grande parte do controle sobre seu processo de trabalho. De certa forma, pode-se dizer que tanto eles como a sociedade em geral e seus empregadores em particular têm aceitado os termos de um pacto: autonomia em troca de baixos salários.

O Estado lançou vários programas de formação inicial, continuada, atualização e certificação, sendo que a perspectiva gerencial procura transformar o professor em líder. A perspectiva gerencialista visa desenhar um líder que saiba mais como fazer as coisas do que pensar de forma mais ampla nas razões pelas quais aquela execução está sendo requisitada. Neste momento pode-se perceber a ambiguidade do trabalho docente entre a profissionalização e a proletarianização (ENGUITA, 1991, SHIROMA, 2018).

Ainda Enguita (1991) explica a profissionalização do trabalho docente, segundo sua especificidade que não se presta facilmente à padronização, a fragmentação extrema das tarefas,

nem à substituição da atividade humana pela das máquinas, ainda que esta última seja tão cara aos profetas da tecnologia. Outros fatores relevantes, que com efeito vão na mesma direção, são a igualdade de nível de formação entre os docentes e as profissões liberais, a crescente atenção social dada à problemática da educação, ao menos em longo prazo, e a enorme importância do setor público frente ao privado.

Sobre a proletarização Enguita (1991) e Hypolito (1991) explicam que é o processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou menos sucessivamente, o controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de sua atividade. No caso dos/as professores/as, eles têm perdido progressivamente a capacidade de decidir qual seria o resultado de seu trabalho, pois este lhe chega já previamente estabelecido em forma de disciplinas, horários, programas, normas de avaliação etc. Esta perda de autonomia pode ser considerada também como um processo de desqualificação do posto de trabalho. Ou seja, vendo limitadas suas possibilidades de tomar decisões, o docente já não precisa das capacidades e dos conhecimentos necessários para fazê-lo. A desqualificação vê-se reforçada, além disso, pela divisão do trabalho docente, que reflete duplamente na parcelarização do conhecimento e das funções da escola.

Hypolito (1991) acrescenta outro elemento que é fundamental para o entendimento do trabalho do professor e da sua constituição enquanto um coletivo: a relação de gênero. Considera que a conformação do professor em trabalhador assalariado coincide com a feminização da profissão, sendo que hoje a grande maioria do professorado é constituída por mulheres. A educação sempre foi uma das áreas em que o trabalho, segundo a lógica da ideologia patrival, é adequado para as mulheres por ser uma extensão do trabalho doméstico.

Enquanto um coletivo os/as professores/as forma uma das categorias mais numerosas do serviço público, portanto a folha de pagamento da educação, juntamente com a da saúde, representa fatia significativa do orçamento público. Também, uma das mais organizadas categorias que, quando resistem, constituem obstáculos às reformas (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007).

Oliveira (2004) concorda com Noronha (2001), afirmando que o professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional e da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (OLIVEIRA, 2004 apud NORONHA, 2001).

Nóva (1992), citando Apple & Jungck (1990), apresenta mais argumentos que esclarecem a intensificação do trabalho dos/as professores/a, conseqüentemente a precarização deste, e determina fatores que modificam o trabalho docente:

A intensificação leva os professores a seguir por atalhos, a economizar esforços, a realizar apenas o essencial para cumprir a tarefa que têm entre mãos; obriga os professores a apoiar-se cada vez mais nos especialistas, a esperar que lhes digam o que fazer, iniciando-se um processo de depreciação da experiência e das capacidades adquiridas ao longo dos anos. A qualidade cede o lugar à quantidade. [...] Perdem-se competências colectivas à medida que se conquistam competências administrativas. Finalmente, é a estima profissional que está em jogo, quando o próprio trabalho se encontra dominado por outros actores (NÓVA, 1992 apud APPLE & JUNGCK, 1990, p. 156).

Segundo Oliveira (2004), as mudanças mais recentes na organização escolar apontam para uma maior flexibilidade, tanto nas estruturas curriculares quanto nos processos de avaliação, corroborando com a ideia de que estamos diante de novos padrões de organização também do trabalho escolar, exigentes de novo perfil de trabalhadores docentes. Esses novos modelos de organização escolar expressam muito mais um discurso sobre a prática do que a própria realidade, melhor dizendo, a distância entre o que é propugnado nos programas de reforma educacional e o que é de fato implementado nas escolas apresenta uma grande defasagem. O que a autora tem observado em suas pesquisas é que os trabalhadores docentes se sentem obrigados a responder às novas exigências pedagógicas (como a pedagogia de projetos, a transversalidade dos currículos e as avaliações formativas) e administrativas, contudo expressam sensação de insegurança e desamparo tanto do ponto de vista objetivo, e faltam-lhes condições de trabalho adequadas, quanto do ponto de vista subjetivo.

Souza (2011) afirma que o motivo da diminuição do aumento do quadro de professores/as efetivos é devido ao fato de que os docentes estatutários recebem em média salários mais altos que os seus pares não estáveis na carreira. Os/as professores/as contratados/as por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) apresentam, na média, salários um pouco menores que os estatutários, e os docentes temporários ainda um pouco menos. Os docentes que não são estatutários não estão dispostos em um plano de carreira, em particular os com contratos temporários, pois usualmente são recontratados todos os anos, impedindo qualquer ascensão profissional.

Outro aspecto relevante na relação com o trabalho tem a ver com a jornada semanal e com o número de escolas nas quais o docente tem compromissos profissionais. Tal informação

é importante porque uma condição de qualidade para o trabalho docente é justamente a possibilidade de se envolver mais com o trabalho, e isso é potencializado quando o professor não precisa ter de se deslocar para outras escolas. Quanto mais escolas um professor tem que atender, maior também é sua jornada de trabalho semanal. Isso quer dizer que aqueles docentes que se deslocam mais para trabalhar também trabalham mais tempo. Porém segundo Souza, Gouveia e Damaso (2009), quanto maior é a jornada semanal menor é o pagamento por hora trabalhada. Ou seja, os docentes que atuam em mais escolas trabalham mais tempo e recebem menos por isso.

Para Oliveira (2004), a precarização do trabalho docente está clara:

O trabalho pedagógico foi reestruturado, dando lugar a uma nova organização escolar, e tais transformações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. (OLIVEIRA, 2004, p. 1140)

O trabalho docente dentro do modo de produção capitalista apresenta particularidades que são inerentes à profissão. O Estado enquanto instituição histórica assume função central, dado que, além de intentar garantir a reprodução total da força de trabalho por meio da política social, é também o grande empregador da força de trabalho docente. Todavia, a intensificação e a precarização do trabalho docente é claramente expressa na lógica do capital, tendo em vista o achatamento da carreira e as atuais políticas de desvalorização da categoria.

2.3 A educação básica no Brasil

Segundo Campioni (2018) o Art. 2º da LDB afirma que a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, cuja finalidade é desenvolver pessoas para exercerem a cidadania e qualificá-las para o trabalho. Além disso, a LDB define que existem duas categorias de ensino: a educação básica e a educação superior. A Educação básica tem caráter obrigatório, ou seja, é dever dos pais ou responsáveis que as crianças e adolescentes concluam a educação básica, assim como é dever do Estado oferecer essa

educação. Ela é constituída pelas seguintes modalidades:

- Educação Infantil: duração de 4 anos, com alunos de 0 a 3 anos;
- Pré-escola: duração de 3 anos, com alunos de 4 a 6 anos;
- Ensino Fundamental: duração de 9 anos, com alunos de 6 a 14 anos;
- Ensino Médio: duração de 3 anos, com alunos de 15 a 17 anos;
- Ensino Médio Técnico: escolas podem oferecer cursos técnicos em períodos contratuais – que são os períodos extraclasse – para seus alunos. A duração é variável, podendo ser de 1 a 3 anos.

Outras modalidades, que também são consideradas da Educação Básica:

- Educação de Jovens e Adultos (EJA): atende a indivíduos que não tiveram a oportunidade de cursar o Ensino Fundamental ou Médio na idade prevista.
- Educação no Campo: a oferta de educação continua sendo um dever do Estado e um direito dos indivíduos que moram longe de centros urbanos, nas chamadas zonas rurais. Desse modo, existem escolas adaptadas às peculiaridades da vida rural e de cada região, contendo seus próprios currículos, métodos didáticos e calendário escolar.
- Educação Especial: segundo a LDB, essa é a modalidade “para educandos portadores de necessidades especiais”. Ou seja, são escolas que possuem adaptações físicas e de matérias escolares que facilitem o ensino a indivíduos com algum tipo de deficiência, seja ela física ou mental.

Souza (2003), em pesquisa sobre a os docentes da Educação Básica no Brasil, apresenta:

Os docentes da educação básica no Brasil em sua maioria são pessoas com experiência de trabalho. Isso quer dizer que, mesmo com a renovação de quadros, com a ampliação na contratação, os docentes estão permanecendo mais tempo na profissão. Isso parece se articular com as consequências geradas pela reforma previdenciária, na qual a introdução de uma idade mínima associada ao tempo de contribuição para que o trabalhador pudesse se aposentar e, além disso, o estabelecimento de valores máximos a serem pagos aos aposentados podem estar gerando essa condição de permanência dos docentes na ativa, seja demorando mais para se aposentar, seja regressando ao trabalho, com novos contratos, após a aposentadoria. (SOUZA, 2003, p. 57)

Na mesma pesquisa o autor relata que a partir dos anos 2000, as condições salariais dos docentes parecem ter se revertido na média, possivelmente pela influência da política nacional de fundos (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF e, depois e mais recentemente, o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB), porém está ocorrendo um processo de “homogeneização da carreira docente” (SOUZA; GOUVEIA, 2011), ou seja, a experiência profissional parece comprometer a faixa de crescimento salarial, pois encontra-se um pequeno achatamento salarial no topo da carreira, pois os profissionais mais experientes são os que, com o passar da década, menos tiveram seus ganhos atualizados. Essa mudança no perfil salarial relacionado ao tempo de serviço pode ser resultado das reformas previdenciárias que levaram os docentes a permanecerem mais tempo na ativa. Com o acúmulo de profissionais no final da carreira, e com o incremento do piso salarial dos docentes, os custos para o pagamento de pessoal tendem a se intensificar; com isso a administração pública busca mecanismos para diminuir os impactos financeiros dessa mudança de perfil e, assim, concede aumentos/reajustes salariais menores aos profissionais mais experientes. A escola, enquanto uma instituição organizada e sistematizada, na sociedade atual pode contribuir para a formação da consciência dos alunos. O professor, nesse caso, colabora para esse processo, uma vez que cabe a ele, por meio da transmissão dos conhecimentos científicos, fornecer subsídios para que o aluno compreenda a realidade para além da aparência (FACCI, CUNHA, 2017).

Segundo Gatti (2013), os professores são os mobilizadores da educação escolar e a escola é hoje a instituição social basilar na instrução e formação para a vida civil, portando para outras formações e para a construção continuada da democracia e a luta pelos direitos humanos. Sua atuação coloca-se, assim, entre a exclusão social e a transformação. Então, a formação inicial dos professores é crucial, sem deixar de lado o papel relevante da formação continuada em suas vidas profissionais. A referida autora citando Silva Junior:

Formar professores para a educação básica significa, antes de mais nada, tomar a própria educação básica como objeto preferencial de estudo. Ao fazê-lo, teremos que considerar os valores que explicitem o sentido da vida humana, ou seja, os direitos de inserção nos bens sociais e culturais (GATTI, 2013 apud SILVA JÚNIOR, 2010, p. 34).

No próximo capítulo será apresentada a história do Município de Uberlândia, sua formação administrativa, os dados gerais sobre população, trabalho e renda, economia e saúde. A explicação sobre o Código Internacional de Doenças, segundo o qual foram analisados alguns dados da pesquisa. Também será explicitado dados IBGE e Inep sobre a Educação básica em Uberlândia (inclusive dados sobre a rede estadual, federal e privada) e sobre a Educação básica da Rede Municipal de Uberlândia. Finalizando o capítulo, serão apresentados os dados

referentes aos afastamentos e conseqüente adoecimento dos/as professore/as contratados/as da rede municipal básica de ensino.

CAPÍTULO III – O ADOECIMENTO DOS/AS PROFESSORES/AS CONTRATADOS/AS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM UBERLÂNDIA

3.1 Um pouco da história de Uberlândia

O Município de Uberlândia está localizado na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais.

De acordo com a autora Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes (2017), no texto Uberabinha: a semiologia de um passado, da cartilha Nossas Histórias, a história de Uberlândia iniciou na fazenda São Francisco foi a sede da Sesmaria de João Pereira da Rocha, o primeiro entrante (entradas e bandeiras) a fixar residência nesta região no início do século XIX, aproximadamente em 1818. Naqueles anos, este sertão era um espaço ermo que os tropeiros denominaram de “O Sertão da Farinha Podre”.

Por volta de 1835, vieram os irmãos Luiz, Francisco, Antônio e Felisberto Carrejo, que compraram de João Pereira, parte de suas terras para formar as respectivas propriedades de Olhos D'Água, Lage, Marimbondo e Tenda; ainda hoje elas permanecem na zona rural do Município. Felisberto Alves Carrejo tornou-se proprietário da Fazenda da Tenda e lá abrigou as suas atividades profissionais, todavia Felisberto transferiu sua residência para 10 alqueires de terra de cultura, nas imediações do Córrego Das Galinhas (Avenida Getúlio Vargas), adquiridos de D. Francisca Alves Rabelo, então viúva de João Pereira da Rocha, este local, atualmente, corresponde ao Bairro Tabajaras.

Em 1846 foi idealizada, após permissão do Bispo, a construção de uma Capela Curada, a ser dedicada a Nossa Senhora do Carmo atualmente, corresponde à parte central da cidade de Uberlândia. O Arraial recebeu, então, o nome de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha.

No ano de 1852, o povoado foi elevado a arraial de São Pedro de Uberabinha, subordinado ao município de Uberaba. Em 1857, o arraial passou a ser freguesia e foi emancipado politicamente. Por volta de 1861, a capelinha foi ampliada e transformou-se na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, abrigando até 1941 as principais atividades religiosas da cidade.

Em 1895 foi a Estrada de Ferro Mogiana alcançou a cidade, o espaço urbano passou por grandes transformações. Uma “cidade nova” foi desenhada em 1898 pelo engenheiro da Mogiana, o inglês James John Mellor. Foram traçadas seis largas e simétricas avenidas,

avançando o cerrado e indo ao encontro da estação. Estas avenidas foram abertas a partir do ponto onde terminavam as construções da “cidade velha”, sendo que os terrenos da Praça Clarimundo Carneiro delimitavam este espaço.

O Largo do Comércio, hoje denominado praça Dr. Duarte, era um ponto estratégico para as trocas comerciais. No Largo das Cavalhadas, hoje praça Coronel Carneiro, também existiram casas comerciais que abasteciam a cidade e a região com artigos locais ou vindos de outras paragens.

Uberabinha passou a se chamar Uberlândia em 1929 e as raízes da cidade estão no bairro conhecido hoje como Fundinho.

3.2 A formação administrativa da cidade Uberlândia

Distrito criado com a denominação de São Pedro de Uberabinha, pela Lei Provincial n.º 831, de 11/07/1857, e Lei Estadual n.º 2, de 14/09/1891, subordinado ao município de Uberaba. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Pedro de Uberabinha, pela Lei Provincial n.º 3.643, de 31/08/1888, desmembrada de Uberaba. Sede no antigo distrito de São Pedro de Uberabinha. Constituído de dois distritos: São Pedro de Uberabinha e Santa Maria, o segundo desmembrado de Monte Alegre. Elevado à condição de município com a denominação de Uberabinha pela Lei Estadual n.º 23, de 14/03/1891. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de dois distritos: Uberabinha e Santa Maria. Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01/09/1920. Pela Lei Estadual n.º 843, de 07/09/1923, é criado o distrito de Martinópolis com terras desmembradas do distrito sede Uberabinha e anexado ao município de Uberabinha. Pela Lei Estadual n.º 1.128, de 19/10/1929, o município de Uberabinha tomou o nome de Uberlândia. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de três distritos: Uberlândia (ex-Uberabinha), Martinópolis e Santa Maria. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.058, de 31/12/1943, foram criados distritos de Tapuírama e Cruzeiro dos Peixotos e anexados ao município de Uberlândia. Sob o mesmo Decreto-lei Estadual, o distrito de Santa Maria passou a denominar-se Miraporanga e Martinópolis a chamar-se Martinésia. Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o município é constituído de cinco distritos: Uberlândia, Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia (ex-Martinópolis), Miraporanga (ex-Santa Maria) e Tapuírama (IBGE, 2018).

3.3 Dados gerais do panorama da cidade de Uberlândia

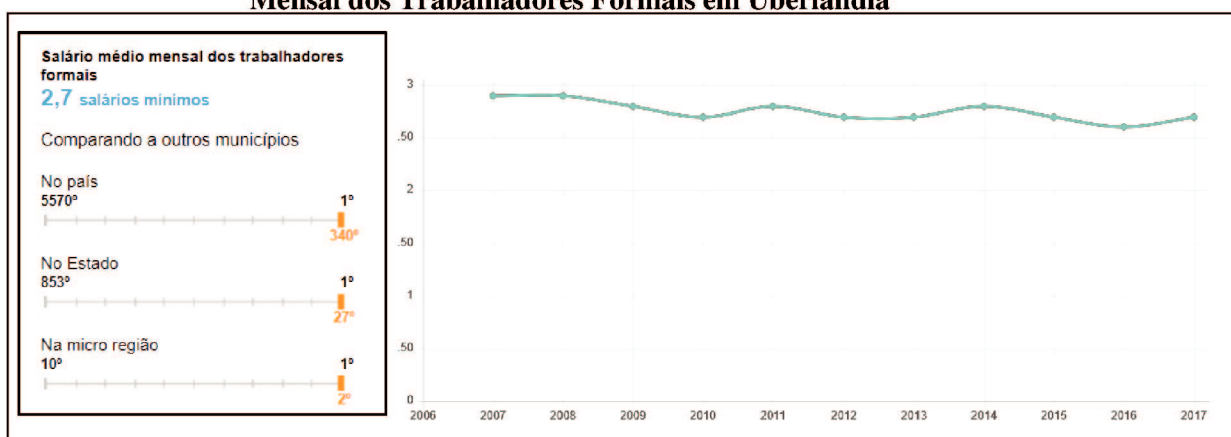
3.3.1 A população de Uberlândia

De acordo com dados do IBGE, no site sobre as cidades, a população estimada para a cidade de Uberlândia, no ano de 2019 será de aproximadamente 691.305 pessoas. No último censo populacional realizado em 2010, a população constava de 604.013 pessoas. Com esses dados a densidade demográfica, de acordo com o censo de 2010, apresentava o valor de 146,78 hab/km². Por essa densidade demográfica, comparada a outras cidades, Uberlândia ocupa o 480º lugar no país de 5570 cidades, o 46º lugar no Estado de 853 cidades e na micro região, Triângulo Mineiro, ocupa o 1º lugar de 10 cidades (IBGE, 2019).

3.3.2 O trabalho e os rendimentos da população em Uberlândia

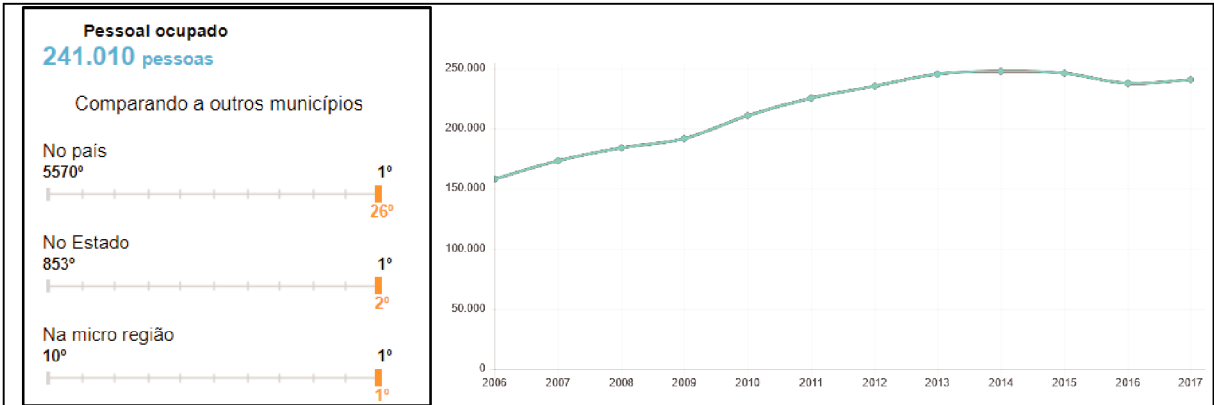
De acordo com dados do IBGE (2019) a população de Uberlândia que estava trabalhando em 2017, era de 241.010 pessoas, e a população ocupada assalariada era de 35,6% do total da população. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em Uberlândia, também em 2017, era de 2,7 salários mínimos e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo em 2010 era de 27,2%. Nos quadros abaixo podemos verificar algumas curiosidades sobre o trabalho e os rendimentos da população de Uberlândia.

Gráfico 1 - Ranking (2017) e Série Histórica do Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formais em Uberlândia



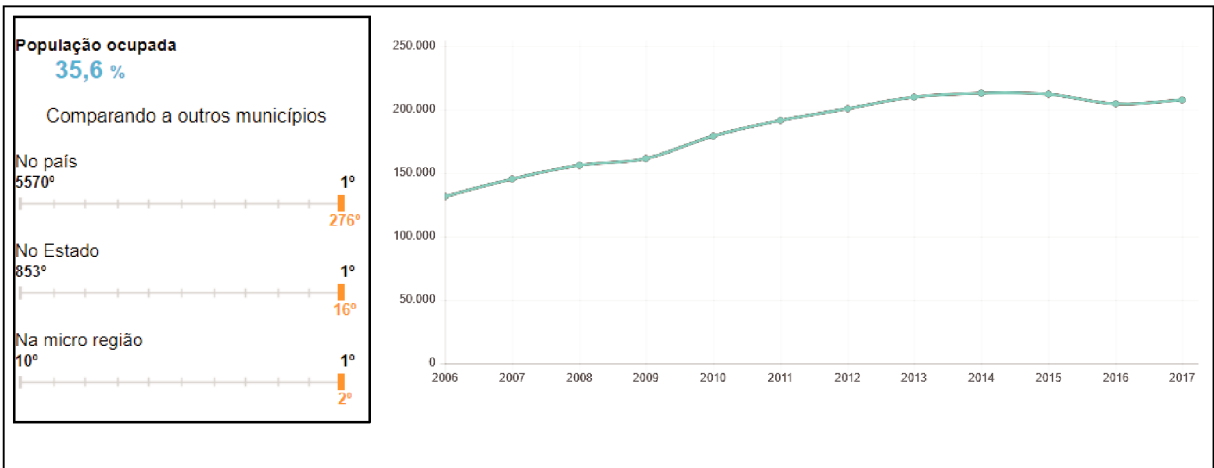
Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora.

Gráfico 2 - Ranking (2017) e Série Histórica do Pessoal Ocupado em Uberlândia



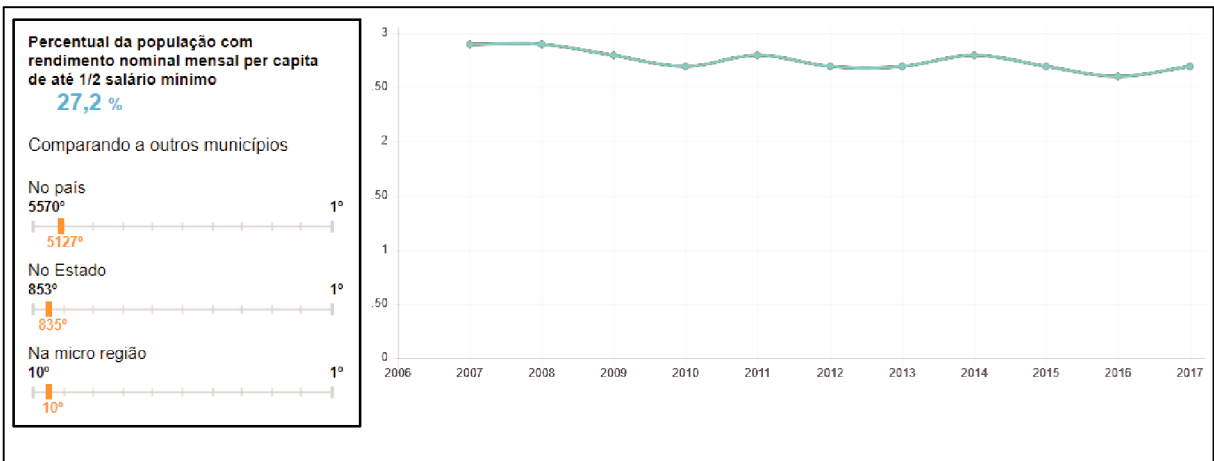
Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora.

Gráfico 3 - Ranking (2017) e Série Histórica da População ocupada (Assalariada) em Uberlândia



Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora.

Gráfico 4 - Ranking (2017) e Série Histórica da População com rendimento até 1/2 salário mínimo em Uberlândia

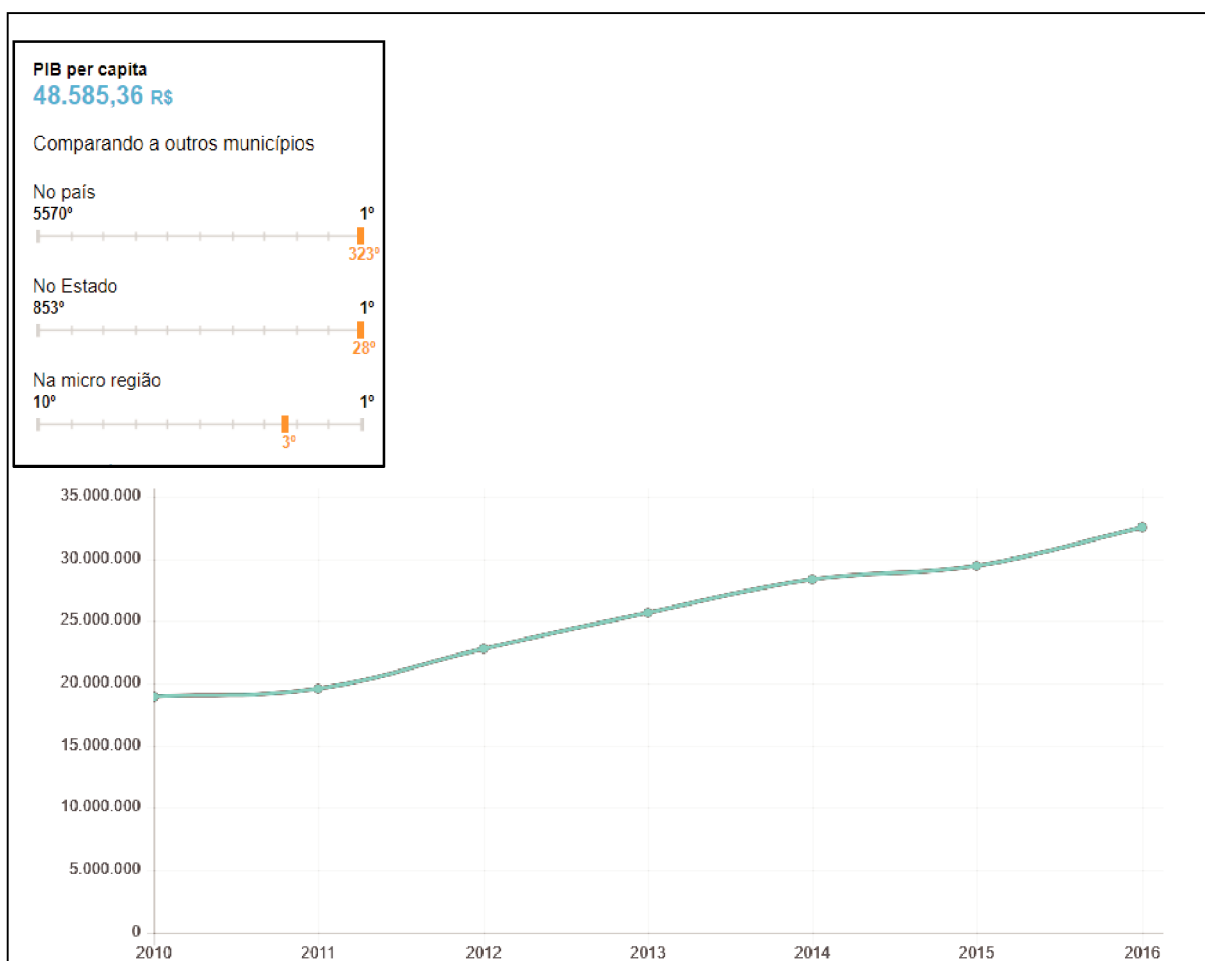


Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora.

3.3.3 A economia

A economia de Uberlândia apresentou um PIB per capita em 2016 de R\$ 48.585,36, e o índice de desenvolvimento humano municipal em 2010 era de 0,789 (IBGE, 2019).

Gráfico 5 - Ranking (2016) e Série Histórica do PIB per capita em Uberlândia

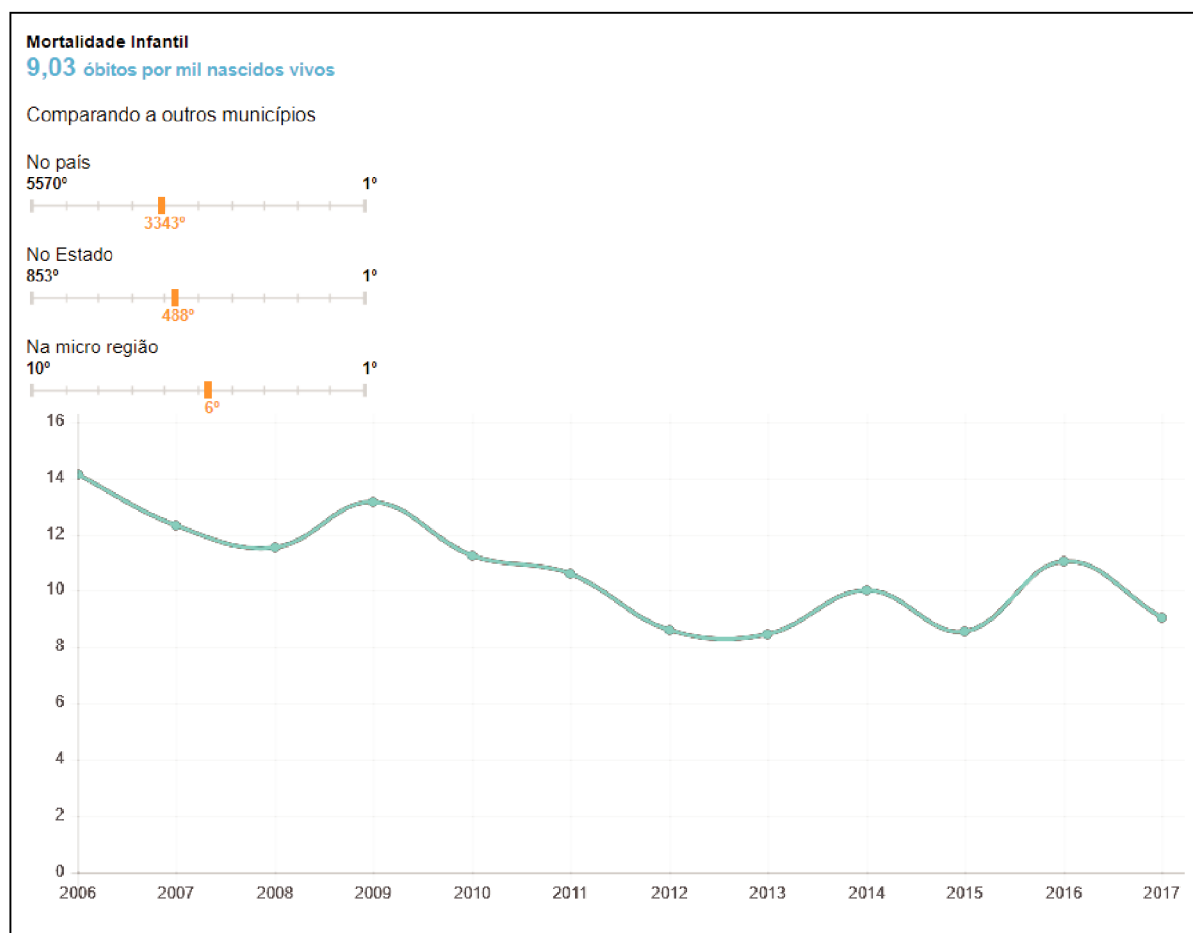


Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora.

3.3.4 A saúde

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9,03 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 488 de 853 e 421 de 853, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3343 de 5570 e 3606 de 5570, respectivamente. Em 2008, a cidade contava com 108 estabelecimentos do SUS (Sistema Único de Saúde).

Gráfico 6 - Ranking (2017) e Série Histórica sobre a Mortalidade Infantil em Uberlândia



Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora.

3.4 Código Internacional de doenças - CID 10

A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) é uma lista publicada pela OMS e revisada periodicamente, com o objetivo de sempre otimizar e entregar mais inovações. Seu principal objetivo é criar uma codificação padrão para as doenças. Por estar em sua décima versão, publicada em 1992, atualmente os médicos utilizam a sigla CID seguida do número dez (CID 10) para se referir a essa classificação (MAYUMI, 2016).

A CID 10 é formada por uma letra, seguida por três números. O código desenvolvido permite a identificação de todas as doenças conhecidas, bem como de sintomas, queixas de pacientes, aspectos fisiológicos anormais, entre outros (MAYUMI, 2016).

3.4.1 Objetivos da CID

A CID possibilita a padronização na nomenclatura das enfermidades, permitindo uma comunicação efetiva entre profissionais de saúde. Essa padronização permite uma comunicação mais clara e eficiente com órgãos governamentais, como a Previdência Social, que concede benefícios como o auxílio doença em função de algumas enfermidades. O médico também pode usar a CID 10 para encobrir o nome específico da doença a pedido do paciente, por exemplo, com o objetivo de evitar situações desconfortáveis ou até mesmo discriminação. Além disso, o nome de uma doença pode mudar de um país para outro, de acordo com o idioma, o que pode causar confusão na hora da tradução (MAYUMI, 2016).

3.4.2 Onde usar o CID 10

De acordo com a resolução 1658/2002 do Conselho Federal de Medicina (CFM), a CID só deve estar no documento caso o paciente tenha autorizado, e essa autorização deve estar contida expressamente no atestado. Portanto, em atestados médicos não é obrigatório que o código da CID 10 esteja presente. Desde 2007 a resolução nº 1.819 do CFM determina que a CID não deve ser utilizada em guias para procedimentos médicos, assim como não é permitida a identificação do diagnóstico no atestado. A resolução estabelece que, devido ao direito inalienável ao sigilo da relação médico e paciente, o convênio médico não pode exigir que a CID seja especificada em guias médicas e procedimentos de reembolso (MAYUMI, 2016).

Por facilitar a identificação de doenças, o uso da CID torna mais fácil a realização de pesquisas sobre a incidência de determinado problema de saúde em um local, ou em um grupo específico de pessoas. Por meio dela é possível ser mais preciso em calcular a taxa de morbidade – quantidade proporcional de pessoas que desenvolvem uma enfermidade em uma determinada população – ou mesmo a taxa de mortalidade referente a uma doença. O levantamento estatístico é importante, tanto para identificar fatores externos que contribuem para o surgimento de epidemias e endemias, quanto para orientar governos e entidades a tomarem medidas educativas, preventivas e de combate, direcionadas a determinadas doenças com maior incidência (MAYUMI, 2016).

3.4.3 Os códigos da CID 10 e suas classificações

Cada capítulo da CID 10 descreve um grupo de doenças semelhantes, ou causadas pelo mesmo fator. Dessa forma, os códigos podem ser usados de forma mais eficiente e intuitiva, por conta da lógica usada para desenvolver e classificar as enfermidades (MAYUMI, 2016).

Quadro 3 - Classificações da CID-10

Classificações da Cid	Código da Cid por Letra
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	A00 – B99
Neoplasias [tumores]	C00 – D48
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	D50 – D89
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	E00 – E90
Transtornos mentais e comportamentais	F00 – F99
Doenças do sistema nervoso	G00 – G99
Doenças do olho e anexos	H00 – H59
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	H60 – H95
Doenças do aparelho circulatório	I00 – I99
Doenças do aparelho respiratório	J00 – J99
Doenças do aparelho digestivo	K00 – K93
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	L00 – L99
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	M00 – M99
Doenças do aparelho geniturinário	N00 – N99
Gravidez, parto e puerpério	O00 – O99
Algumas afecções originadas no período perinatal	P00 – P96
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	Q00 – Q99
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	R00 – R99
Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	S00 – T98
Causas externas de morbidade e de mortalidade	V01 – Y98
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	Z00 – Z99
Códigos para propósitos especiais	U04 – U99

Fonte: MAYUMI, 2016 – Tabela elaborada pela autora de acordo com a fonte.

3.5 A educação básica em Uberlândia

Segundo dados do IBGE do ano de 2019, a educação básica em Uberlândia apresenta os seguintes índices:

Tabela 1 - Índices da Educação Básica em Uberlândia

Índice	Ano de referência	Percentual (%)/Valor Bruto
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	2010	98 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)	2017	6,1
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)	2017	4,7
Matrículas no ensino fundamental	2018	83.861
Matrículas no ensino médio	2018	22.921 matrículas
Docentes no ensino fundamental	2018	4.455 docentes
Docentes no ensino médio	2018	1.379 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental	2018	185 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio	2018	52 escolas

Fonte: Dados do IBGE, 2019 – elaborado pela autora.

A educação básica em Uberlândia é composta por escolas federais, estaduais, municipais e privadas.

De acordo com dados do censo do INEP no ano de 2018, as escolas que compõem as redes Federal, Estadual e Privada são apresentadas nos quadros que constam dos apêndices.

As escolas que compõem a rede Federal de Educação básica, oferecem todas as modalidades de ensino, inclusive algumas atuam com educação em período integral.

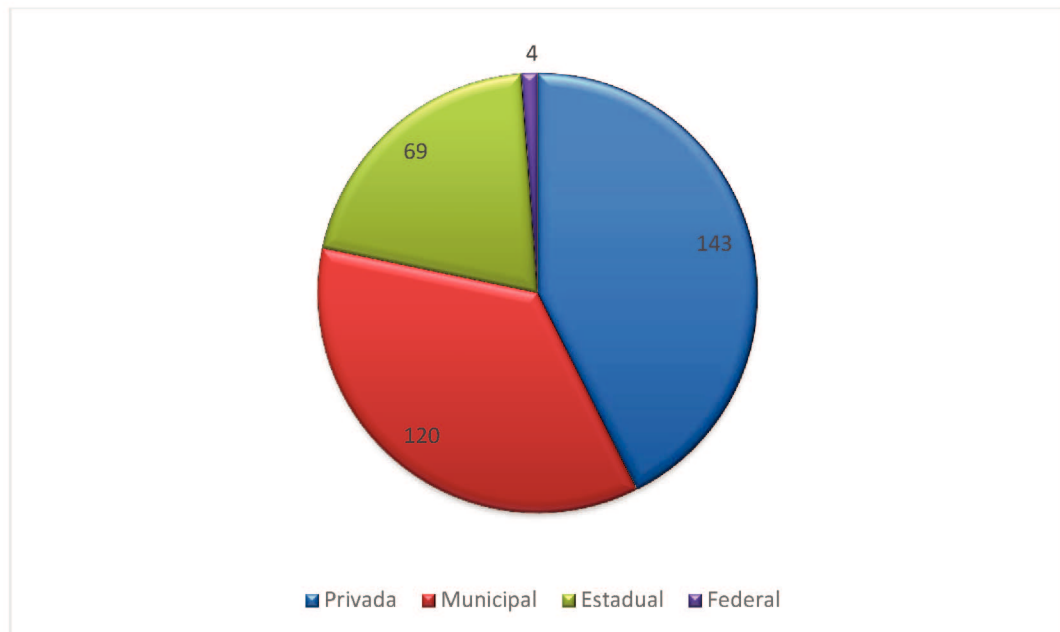
As escolas que compõem a rede Estadual de Educação básica não oferecem a modalidade de ensino de educação infantil.

As escolas da rede privada de Educação básica em Uberlândia, oferecem todas as modalidades do ensino básico. Porém a maior atuação é na modalidade Educação Infantil.

Após relacionar as escolas que formam a rede de Educação Básica em Uberlândia, o número de estabelecimentos da educação básica agrupados por dependência administrativa (Privada, Municipal, Estadual e Federal), em Uberlândia, de acordo com censo do INEP no ano de 2018, é apresentado no gráfico abaixo, para uma visão mais ampla da rede. O que pode ser observado é que a rede Estadual possui um quantitativo menor que a Rede Municipal. (Gráfico 7). No gráfico 8, é possível observar que a rede Estadual atua em menor quantidade de estabelecimentos de ensino na tanto na Zona Urbana quanto na Zona Rural em relação a rede

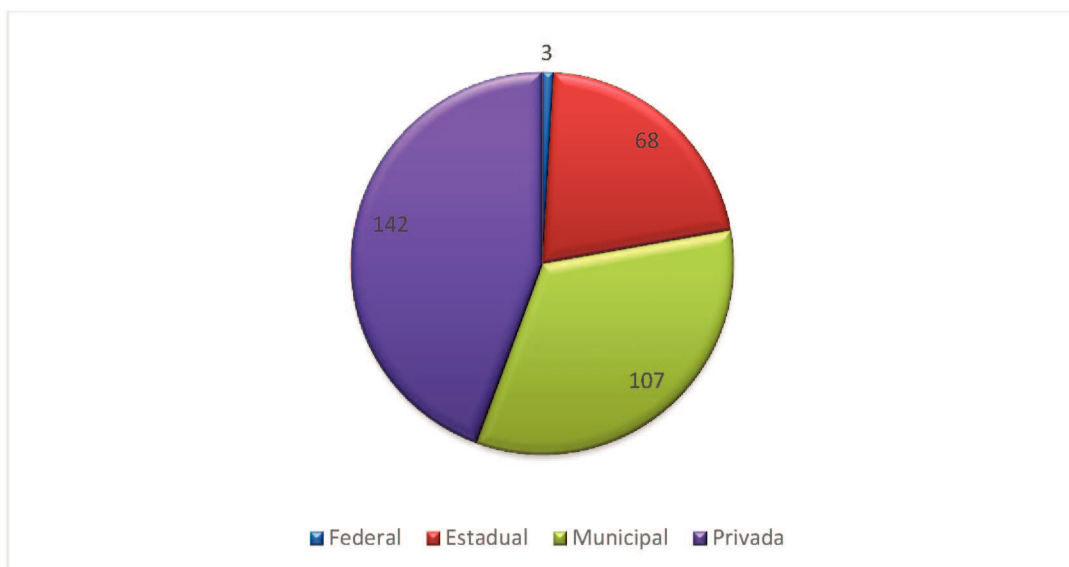
Municipal de Ensino. Com relação a rede Privada, podemos considerar sua abrangência ampla pois a rede publica possui apenas 25% a mais, no quantitativo de estabelecimentos, que os estabelecimentos da rede privada.

Gráfico 7 - Estabelecimentos de Educação Básica por dependência administrativa



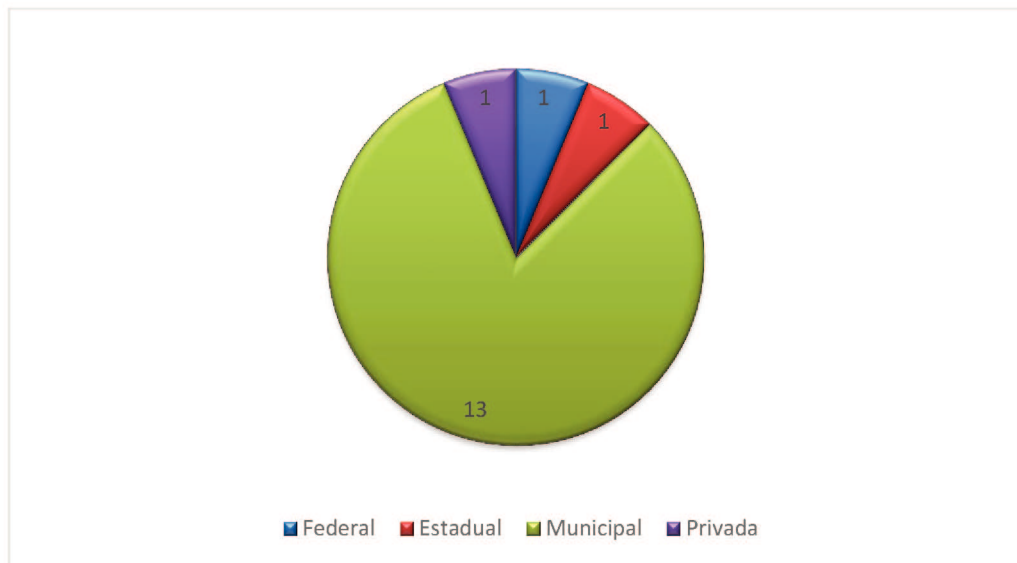
Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Gráfico 8 - Estabelecimentos de Educação Básica, por dependência administrativa e localização geográfica (Zona Urbana)



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

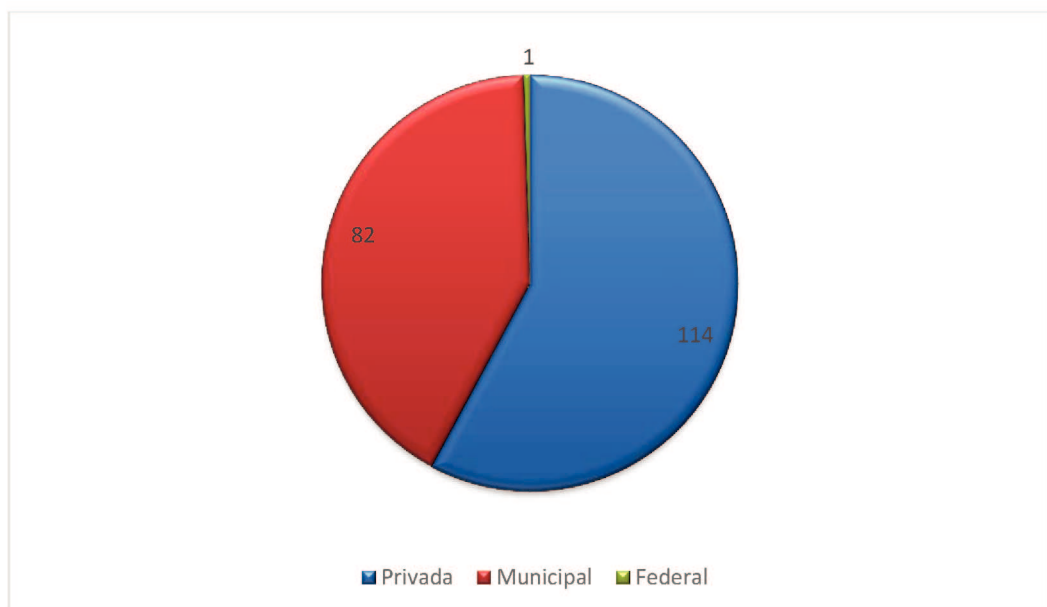
Gráfico 9 - Estabelecimentos de Educação Básica, por dependência administrativa e localização geográfica (Zona Rural)



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

O número de estabelecimentos da rede de Educação Infantil, localizados no perímetro urbano, de acordo com a dependência administrativa (Privada, Municipal, Federal), em Uberlândia, de acordo com o censo do Inep no ano de 2018, é apresentado no gráfico abaixo. Na etapa Educação Infantil, a rede Municipal de ensino é superior à rede privada. Ressalta-se também que a rede Estadual não atende a esta etapa de ensino.

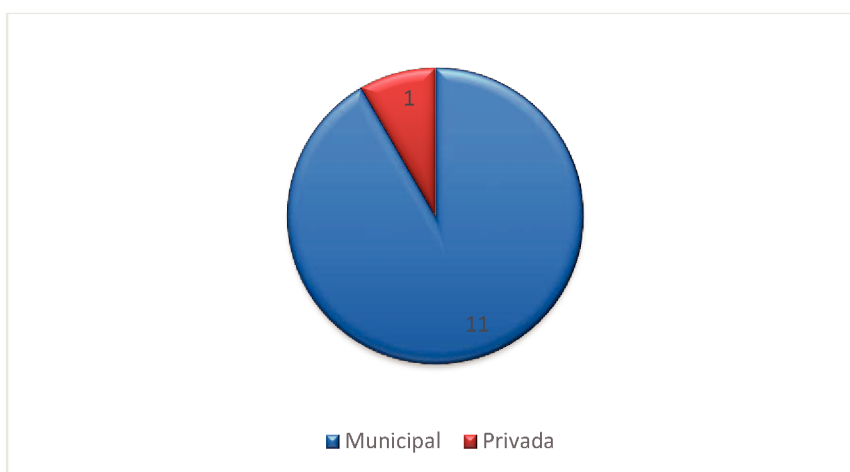
Gráfico 10 - Estabelecimentos da Educação Infantil, no perímetro urbano, por dependência administrativa



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

O número de estabelecimentos de Educação Infantil, localizados na zona rural, por dependência administrativa (Municipal e Privada), de acordo com o Censo do Inep do ano de 2018 em Uberlândia, está apresentado no gráfico abaixo. Claramente, observa-se que a zona rural é praticamente atendida pela rede Municipal de ensino, na etapa Educação Infantil. Ressalta-se que rede estadual e federal não atende esta etapa na zona rural.

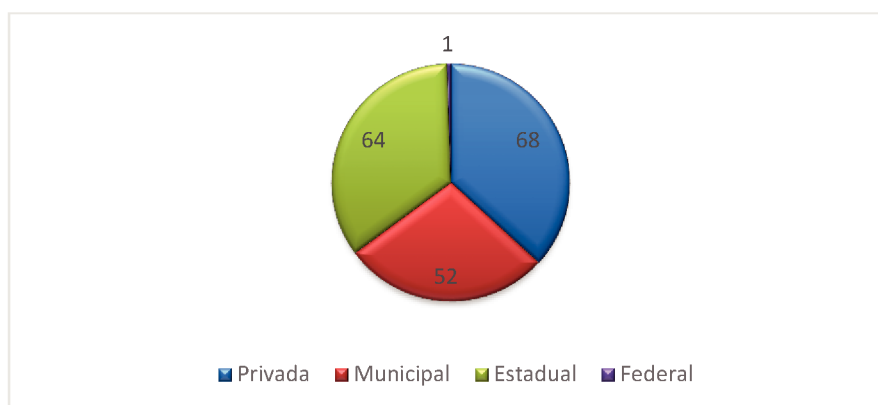
Gráfico 11 - Estabelecimentos da educação infantil, na zona rural, por dependência administrativa



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Na etapa Ensino Fundamental, a rede privada e a rede Estadual estão bem próximas na quantidade de estabelecimentos de ensino, de acordo com o censo do Inep no ano de 2018, porém a rede municipal também tem um quantitativo a rede municipal, fica somente a 20% da rede estadual e 30% da rede estadual. Destaca-se que a rede privada é a que mais atende esta etapa da Educação Básica em Uberlândia.

Gráfico 12 - Estabelecimentos de ensino fundamental, por dependência administrativa



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Sobre as matrículas na Educação Básica, por localização geográfica (Zona Urbana e Zona Rural), Uberlândia é uma cidade em que prevalece o atendimento a rede urbana, pois a Prefeitura Municipal oferece transporte para os alunos das áreas de zona rural próximas para se deslocarem às escolas na rede urbana, considerando essas matrículas como na Zona Urbana. Com relação à modalidade administrativa, pode-se notar que a diferença da porcentagem de matrículas entre a rede Municipal e rede Estadual é mínima, ou seja, a atuação em ambas as localidades é bem próxima.

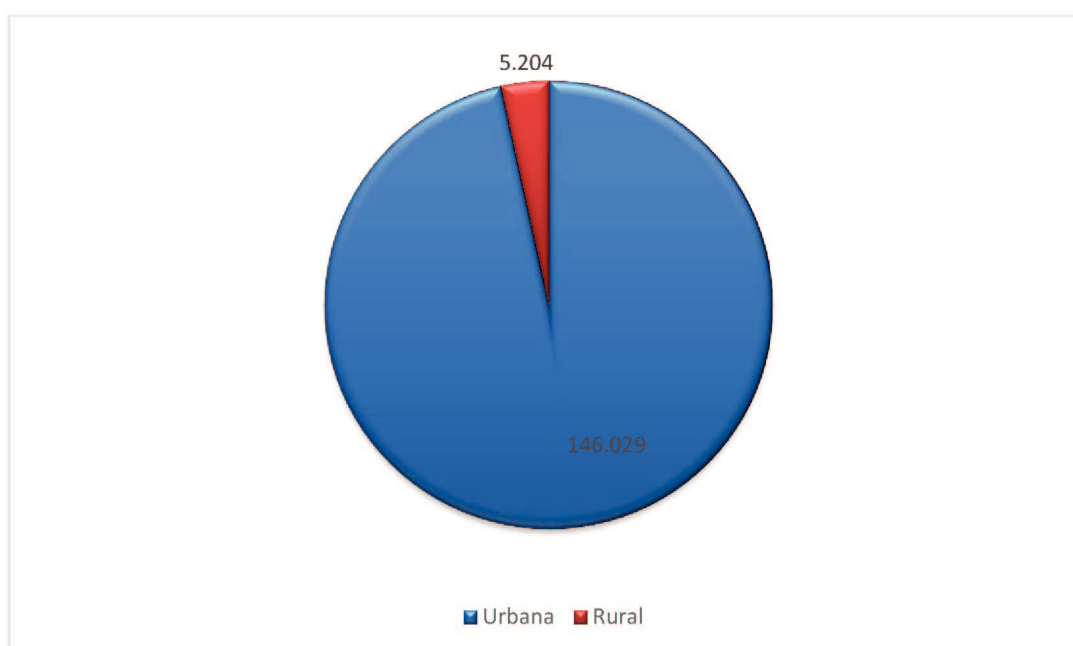
Tabela 2 - Frequência relativa de matrículas da Educação Básica por localidade e dependência administrativa

Tipo de escola	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Urbana	0,9%	38,6%	35,7%	21,2%	96,6%
Rural	0,4%	0,1%	2,7%	0,2%	3,4%
Total	1,4%	38,7%	38,4%	21,5%	100,0%

Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

A Educação básica em Uberlândia, de acordo com o Censo do Inep do ano de 2018, atende a um quantitativo de 151.233 alunos, sendo que a maior concentração está localizada na área Urbana.

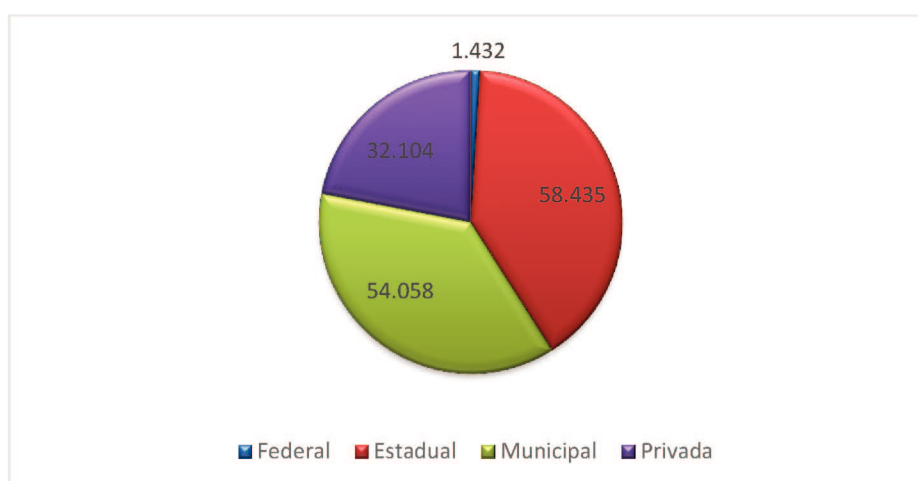
Gráfico 13 - Número de matrículas da educação básica, por localização



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

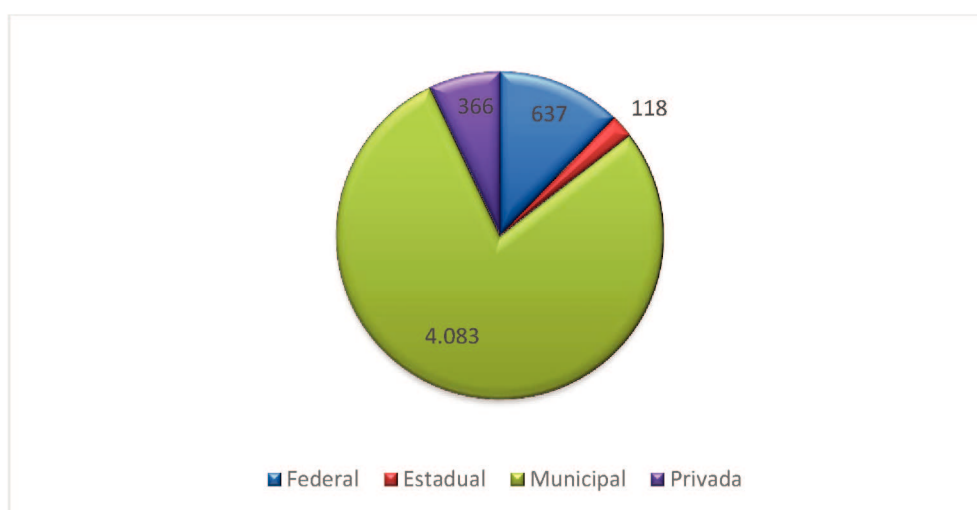
Os números de matrículas por dependência administrativa (Federal, Estadual, Municipal e Privada), na zona urbana, demonstram que no total geral, a rede privada atende 20% da demanda da cidade de Uberlândia, mas se compararmos ao atendimento da rede estadual, esse percentual passa para 44%. Quando olhamos para o número de matrículas na zona rural, o que se destaca é que somente uma escola da rede Federal, atende a um número 100% maior que a escola privada. O que se pode observar é que os alunos que estão nesta Instituição se deslocam da Zona Urbana para a Zona rural, em busca de um ensino diferenciado, tendo em vista que esta escola oferece ensino medio e profissional concomitantemente.

Gráfico 14 - Matrículas da educação básica no perímetro urbano, por dependência administrativa



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Gráfico 15 - Matrículas da educação básica na zona rural em Uberlândia, por dependência administrativa

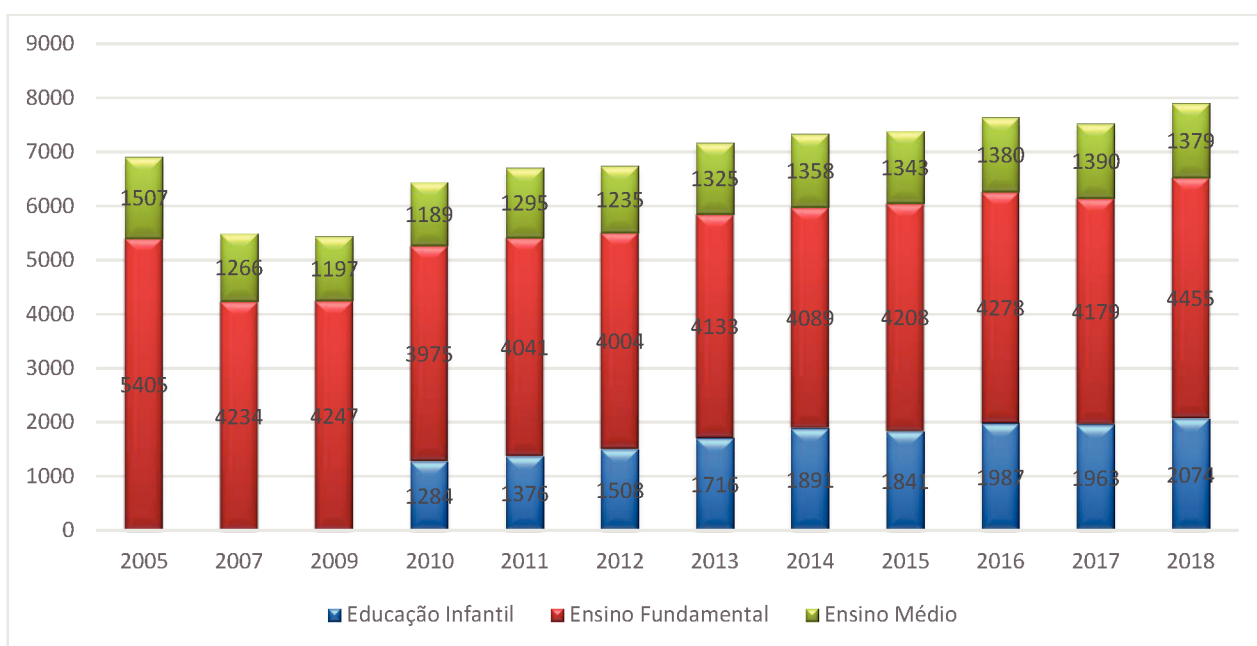


Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

3.6 Os/as professores da Educação Básica em Uberlândia

De acordo com dados do Inep (2018) o quantitativo de professores/as, no período de 2005-2018, que atuavam na Educação Básica em Uberlândia, é apresentado no gráfico abaixo, de acordo com as modalidades de ensino, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Gráfico 16 - Número de Professores/as da Educação Básica em Uberlândia



Fonte: Dados do IBGE (2019) – elaborado pela autora.

De acordo com os dados do Censo do Inep do ano de 2018, dentre os/as professores/as da Educação Básica em Uberlândia, a maioria é do sexo feminino, sendo que estes/as estão na faixa etária entre 30-39 anos. Ressalta-se que os/as professores/as do sexo masculino, que são maioria, também pertencem a esta faixa etária.

Tabela 3 - Frequência dos/as professores/as da Educação Básica em Uberlândia, por sexo e idade

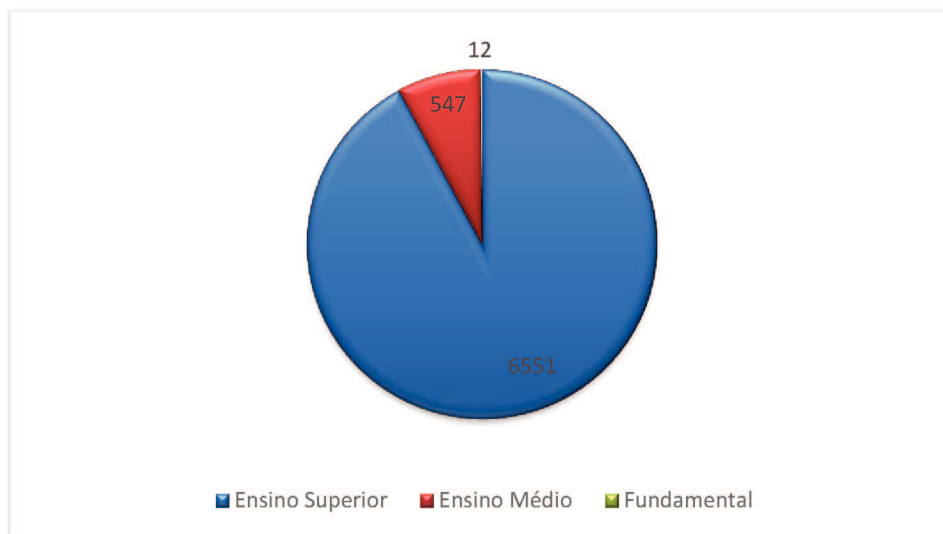
Sexo	Até 24 anos	25-29	30-39	40-49	50-54	55-59	60 ou mais	Total
Feminino	2,1%	8,3%	28,6%	25,8%	10,3%	6,2%	3,3%	84,7%
Masculino	0,3%	1,8%	6,0%	4,7%	1,3%	0,8%	0,5%	15,3%
Total	2,4%	10,1%	34,6%	30,5%	11,5%	7,0%	3,8%	100,0%

Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Ao analisar os dados sobre a escolaridade e formação acadêmica dos professores/as da Educação básica em Uberlândia, o gráfico apresenta que ainda existem professores que atuam tendo como formação o ensino fundamental e médio. Porém, a grande maioria tem formação superior.

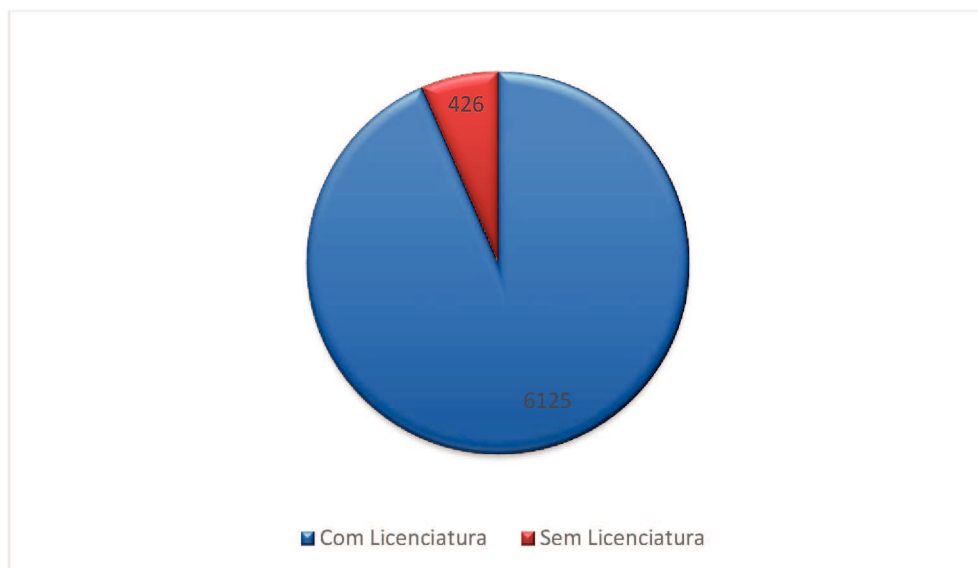
Os gráficos mostram os dados referentes aos/as professores/as que possuem formação superior, nota-se que a grande maioria possui Licenciatura e Especialização.

Gráfico 17 - Escolaridade e formação acadêmica dos/as professores/as da Educação básica de Uberlândia



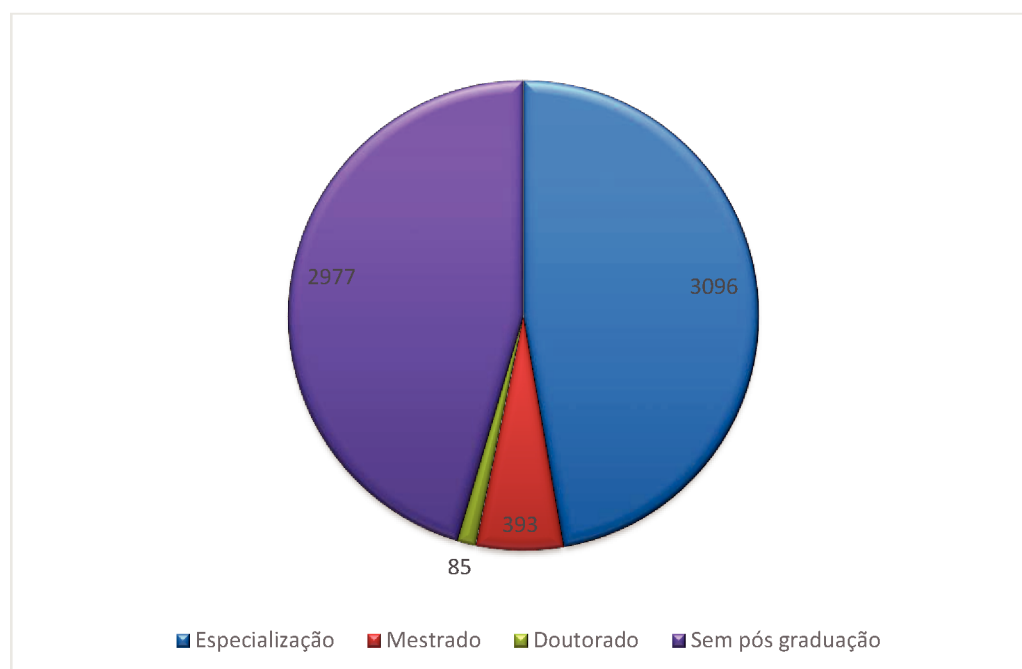
Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Gráfico 18 - Professores/as da educação básica de Uberlândia com Ensino Superior (Licenciatura e Sem Licenciatura)



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Gráfico 19 - Professores/as da educação básica de Uberlândia com Especialização, Mestrado, Doutorado e Sem Pós-Graduação



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

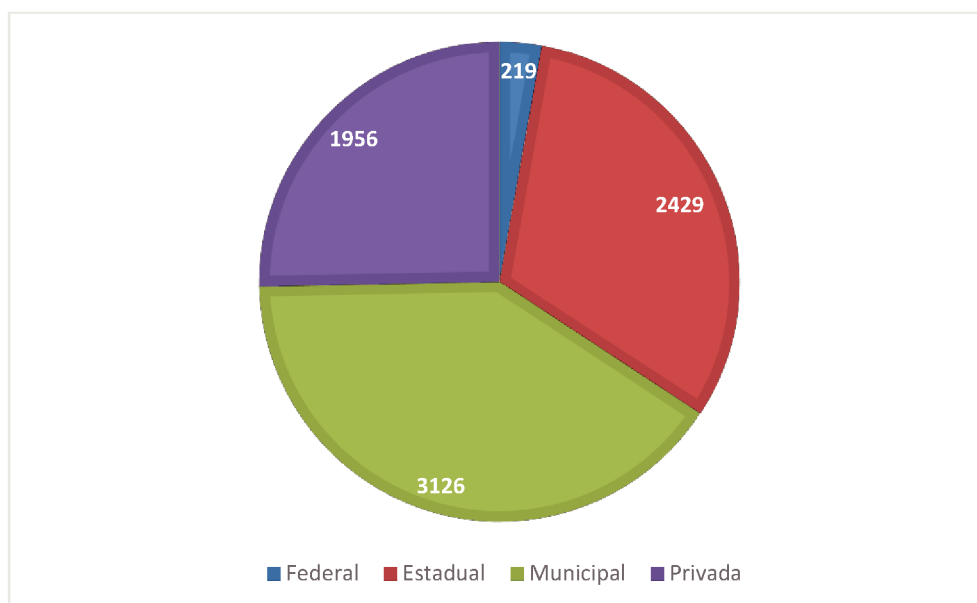
Analisando os dados referentes aos professores/as da Educação básica, por dependência administrativa, apresentado pelo Censo da Educação Básica do Inep no ano de 2018, observou-se duas inconsistências.

Primeiramente, o total de professores/as informados pelos dados é de 5357, porém a soma dos quadrantes Federal, Estadual e Municipal totaliza 5774, gerando 417 duplas contagens. Considerando a nota 5 onde diz “No total do Município, os docentes são contados uma única vez em cada município, portanto o total não representa a soma dos 5.570 municípios ou das localizações/dependências administrativas, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação”, pode-se concluir que esses professores atuam mais de uma Unidade Administrativa, ou seja, em mais de um lugar do setor público.

A segunda inconsistência é que a soma dos dados dos/as professores/as do setor público e setor privado totalizam 7313 professores/as. Porém, os dados informam que são 7110 professores/as que atuam na Educação Básica em Uberlândia. Analisando encontra-se uma diferença de 203 duplas contagens, levando a crer que esta diferença representa professores que trabalham tanto no setor público, quanto no setor privado.

Lembrando que estes dados se referem somente aos/as professores/as que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica, no ano de 2018.

Gráfico 20 - Professores/as da educação básica, por dependência administrativa



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

De acordo com os dados do censo do Inep do ano de 2018, os/as professores da Educação Básica em Uberlândia são contratados sob quatro regimes:

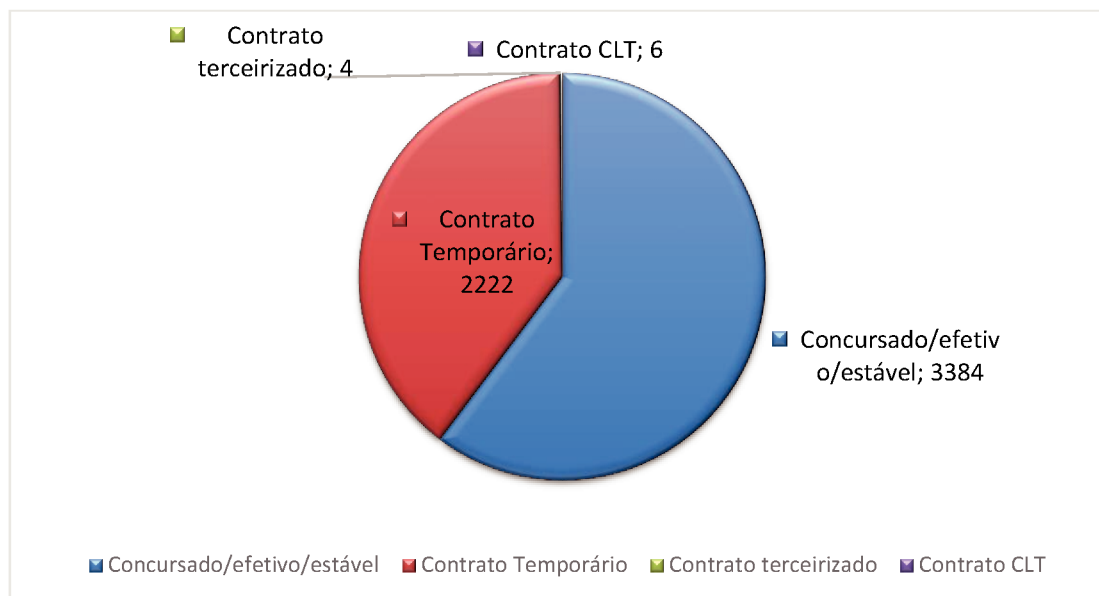
- Concursados/efetivos/estável – Regime Estatutário
- Contrato Temporário – Regime Celetista, porém passam por processo seletivo, e tem um tempo estipulado no contrato. (Contratados)
- Contrato CLT – Regime celetista, porém sem tempo de contrato determinado.
- Contrato Terceirizado. Regime celetista, contratado por empresa terceira para prestar o serviço.

Os dados do INEP mostram que somente na Rede Municipal de ensino, apresenta o contrato por CLT e terceirizado.

Quanto aos quantitativos estarem divergentes dos dados que foram informados DAP/Núcleo de Registro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (serão apresentados posteriormente na pesquisa), ressalta-se que os dados do Censo do Inep, apresentam em nota, que são o quantitativo dos/as professores/as em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica. A Prefeitura forneceu os dados dos professores que estavam atuando no respectivo ano de acordo com o regime funcional, inclusive professores em afastamento e não forneceu nenhum dado com relação ao regime de contrato CLT ou terceirizado. Na contagem do censo da Educação Básica, de acordo com os dados disponibilizados pelo Inep, em nota é informado que não são contabilizados os/as professores/as

que atuam em Classe especial ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o que causa divergência também com relação aos dados fornecidos pela PMU.

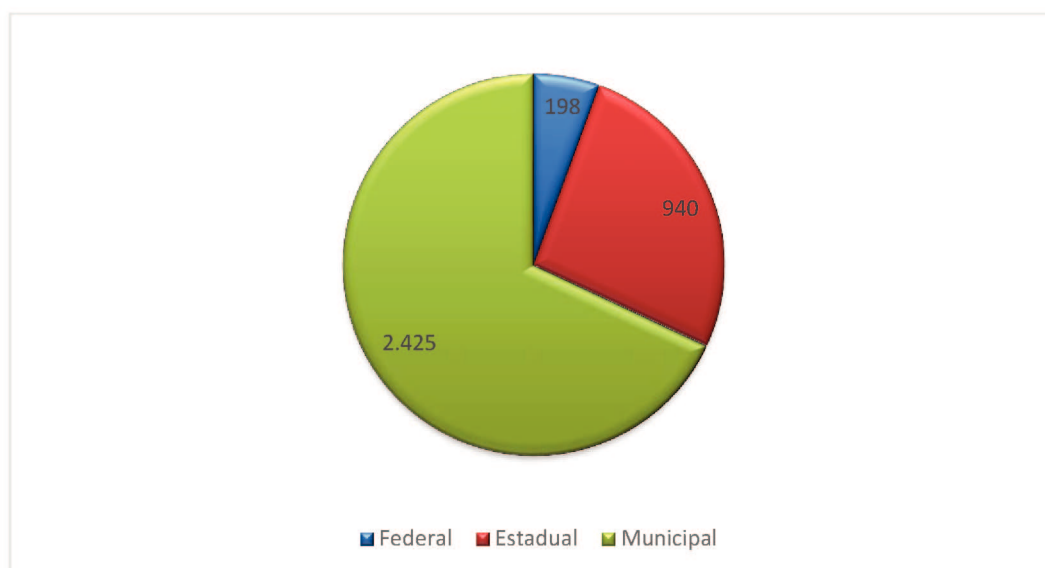
Gráfico 21 - Professores/as da Educação básica Pública, por regime de contratação em Uberlândia



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Os/as professores/as em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica, concursados/efetivo/estável, apresentaram de acordo com os dados do Censo do Inep de 2018, uma divergência na soma com relação aos dados, o total dos dados da planilha do Inep é de 3563 professores/as. Ao somar os dados por registro em dependência administrativa totaliza-se 3384 professores/as, o que gera 179 duplas contagens de professores/as. Em nota o Inep informa que o/a professor/a é contado somente uma vez, portanto o total não representa a soma dos vínculos funcionais/dependências administrativas, pois o mesmo professor/a pode atuar em mais de uma unidade de agregação. Considerando a nota do Inep, podemos constatar que essa dupla contagem se deve ao número de professores que atuam em duas dependências administrativas ao mesmo tempo.

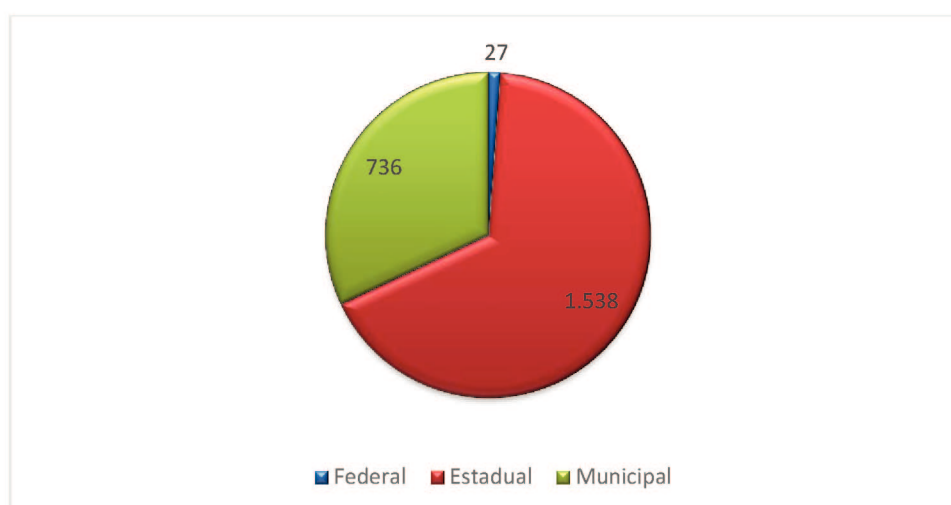
Gráfico 22 - Professores/as da Educação básica pública, concursado/efetivo/estável, por dependência administrativa



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

Os/as professores/as, em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica, por contrato temporário, também apresentaram de acordo com os dados do Censo do Inep de 2018, uma divergência de contagem com relação aos dados. O total da soma dos dados informado é de 2222, porém ao somar por dependência administrativa o total é de 2301, o que gera uma dupla contagem de 79 professores/as. Considerando a nota do Inep, podemos constatar que essa dupla contagem se deve ao número de professores que atuam em duas dependências administrativas ao mesmo tempo.

Gráfico 23 - Professores na Educação Básica pública, com contrato temporário, por dependência administrativa



Fonte: Dados do Inep (2018) – elaborado pela autora.

3.7 A educação básica da rede municipal em Uberlândia

De acordo com dados do censo do INEP do ano de 2018, a rede municipal de Educação Básica em Uberlândia tem atualmente 121 escolas, sendo 17 na área rural, atuando desde a educação infantil à educação de Jovens e Adultos. Não oferece a modalidade de ensino médio e ensino médio técnico, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 - Escolas da Rede Municipal de Ensino por localização e modalidades de ensino oferecidas

Escola	Localização	Modalidades de Ensino Oferecidas
E M CARLOS TUCCI	Rural	Ensino Fundamental
E M DO MORENO	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M EMILIO RIBAS	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M FREITAS AZEVEDO	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
E M OLHOS D AGUA	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M PROF ^a MARIA REGINA ARANTES LEMES	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M JOSE MARRA DA FONSECA	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M ANTONINO MARTINS DA SILVA	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M DOMINGAS CAMIN	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M SEBASTIAO RANGEL	Rural	Ensino Fundamental
E M DOM BOSCO	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M LEANDRO JOSE DE OLIVEIRA	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M DE SOBRADINHO	Rural	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M AFRANIO RODRIGUES DA CUNHA	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
EMEI DO CONJUNTO ALVORADA	Urbana	Educação Infantil
E M PROF ^a GLAUCIA SANTOS MONTEIRO	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M PROF ^a MARIA LEONOR DE FREITAS BARBOSA	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental

EMEI PROFª CARMELITA VIEIRA DOS SANTOS	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO CONJUNTO SANTA LUZIA	Urbana	Educação Infantil
E M BOA VISTA	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
EMEI PROFª STELA MARIA DE PAIVA CARRIJO	Urbana	Educação Infantil
E M GUARDA ANTONIO RODRIGUES NASCIMENTO	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF OSWALDO VIEIRA GONCALVES	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
EMEI IRMA MARIA APPARECIDA MONTEIRO	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO SANTA MONICA	Urbana	Educação Infantil
EMEI CECILIA MEIRELES	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO LUIZOTE DE FREITAS	Urbana	Educação Infantil
E M PROFª BENEDITA PIMENTEL DE ULHOA ROCHA	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M PROFª IRACY ANDRADE JUNQUEIRA	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF EURICO SILVA	Urbana	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
E M PROF SERGIO DE OLIVEIRA MARQUEZ	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF LEONCIO DO CARMO CHAVES	Urbana	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
EMEI PROFª MARIA CLARO	Urbana	Educação Infantil
E M PROF VALDEMAR FIRMINO DE OLIVEIRA	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROFª MARIA JOSE MAMEDE MOREIRA	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF LUIS ROCHA E SILVA	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M PROFª CECY CARDOSO PORFIRIO	Urbana	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
E M PROF MARIO GODOY CASTANHO	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
E M PROF OTAVIO BATISTA COELHO FILHO	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF DOMINGOS PIMENTEL DE ULHOA	Urbana	Ensino Fundamental
E M DR JOEL CUPERTINO RODRIGUES	Urbana	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
E M HILDA LEO CARNEIRO	Urbana	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos

E M PROF LADARIO TEIXEIRA	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
E M PROF ^a OLGA DEL FAVERO	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M PROF ^a STELLA SARAIVA PEANO	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
EMEI MARIA BEATRIZ VILELA DE OLIVEIRA	Urbana	Educação Infantil
E M SEBASTIANA SILVEIRA PINTO	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
EMEI PROF ^a EDNA APARECIDA DE OLIVEIRA	Urbana	Educação Infantil
EMEI MARIA PACHECO REZENDE	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF THALES DE ASSIS MARTINS	Urbana	Educação Infantil
E M EUGENIO PIMENTEL ARANTES	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
EMEI DO BAIRRO JARDIM BRASILIA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF ^a MARIA LUIZA BARBOSA DE SOUZA	Urbana	Educação Infantil
E M PROF JACY DE ASSIS	Urbana	Ensino Fundamental
E M DR GLADSEN GUERRA DE REZENDE	Urbana	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
EMEI PROF SAINT CLAIR NETTO	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF HORLANDI VIOLATTI	Urbana	Educação Infantil
E M AMANDA CARNEIRO TEIXEIRA	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF MILTON DE MAGALHAES PORTO	Urbana	Ensino Fundamental
E M MARIO ALVES ARAUJO SILVA	Urbana	Ensino Fundamental
E M DO BAIRRO SHOPPING PARK	Urbana	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
E M ODILON CUSTODIO PEREIRA	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF ^a ORLANDA NEVES STRACK	Urbana	Ensino Fundamental
EMEI RAIMUNDO VIEIRA DA CUNHA	Urbana	Educação Infantil
EMEI CORA CORALINA	Urbana	Educação Infantil
EMEI GRANDE OTELO	Urbana	Educação Infantil
EMEI ROOSEVELT	Urbana	Educação Infantil
EMEI MONTEIRO LOBATO	Urbana	Educação Infantil
EMEI ZACARIAS PEREIRA DA SILVA	Urbana	Educação Infantil
EMEI HIPOLITA TERESA ERANCI	Urbana	Educação Infantil
EMEI SAO FRANCISCO DE ASSIS	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF ^a OLIVIA CALABRIA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PAMPULHA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PAULO FREIRE	Urbana	Educação Infantil
EMEI PLANALTO	Urbana	Educação Infantil

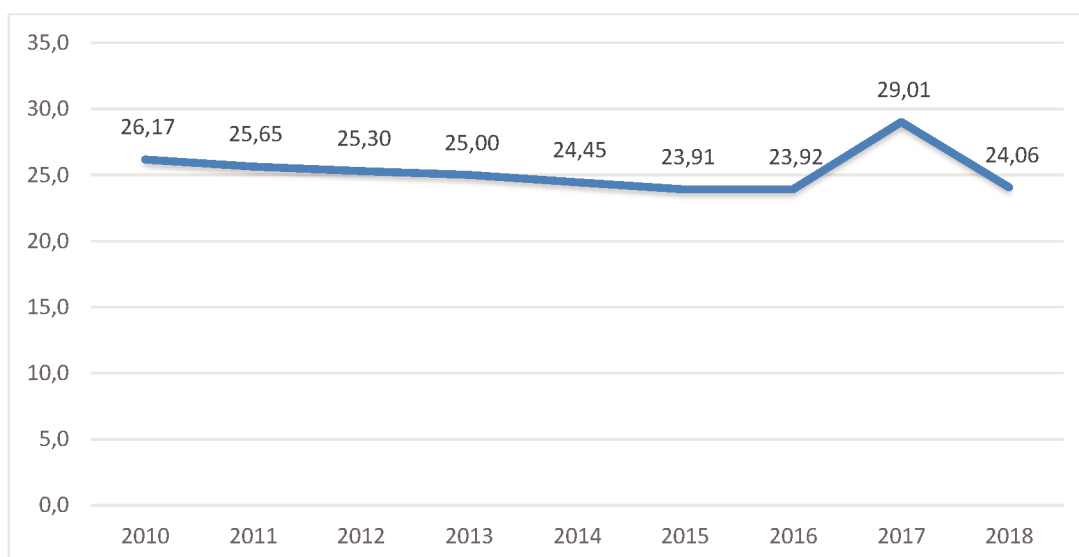
EMEI PROF ^a IZILDINHA MARIA MACEDO DO AMARAL	Urbana	Educação Infantil
EMEI MARIA APARECIDA DA SILVA	Urbana	Educação Infantil
E M PROF ^a JOSIANY FRANCA	Urbana	Ensino Fundamental
E M PROF ^a IRENE MONTEIRO JORGE	Urbana	Ensino Fundamental
EMEI LIRIA EMILIA SARAIVA	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO GUARANI	Urbana	Educação Infantil
EMEI ANISIO SPINOLA TEIXEIRA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF ^a GESIMEIRE FATIMA ARAUJO	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO MANSOUR	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO DOM ALMIR	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO APARECIDA	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO ESPERANCA	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO MARTA HELENA	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRACAS	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO PATRIMONIO I	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO SANTA LUZIA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF ^a CORNELIA YARA CASTANHEIRA	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO TIBERY	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO TOCANTINS	Urbana	Educação Infantil
EMEI FRANCISCO BUENO MONTEIRO	Urbana	Educação Infantil
EMEI MARIA TEREZINHA CUNHA SILVA	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO MARTINS	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO TUBALINA	Urbana	Educação Infantil
EMEI VERA ANITA NASCIMENTO DE SOUZA	Urbana	Educação Infantil
EMEI JEAN PIAGET	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO CUSTODIO PEREIRA	Urbana	Educação Infantil
EMEI AUGUSTA MARIA DE FREITAS	Urbana	Educação Infantil
E M IRMA ODELICIA LEO CARNEIRO	Urbana	Educação Infantil, Ensino Fundamental
E M INSPETORA FRANCE ABADIA MACHADO SANTANA	Urbana	Ensino Fundamental
EMEI JORNALISTA LUIZ FERNANDO QUIRINO	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF ^a ELOAH MARISA DE MENEZES	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF ^a SONIA APARECIDA ALVARES DE OLIVEIRA	Urbana	Educação Infantil
EMEI DO BAIRRO SHOPPING PARK	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF ^a ROSANGELA BORGES CUNHA	Urbana	Educação Infantil
E M PROF ^a CARLOTA DE ANDRADE	Urbana	Ensino Fundamental

MARQUEZ		
E M PRESIDENTE ITAMAR FRANCO	Urbana	Ensino Fundamental
CENTRO SOLIDARIO DE EDUCACAO INFANTIL DE UBERLANDIA	Urbana	Educação Infantil
EMEI EURIPEDES ROCHA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROF SERGIO APARECIDO DA SILVA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROFª SHIRLEY LOURDES DE MENEZES VIEIRA	Urbana	Educação Infantil
EMEI MARIA FLORIPES ALVES	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROFª CLESILDA ALVES ROSA	Urbana	Educação Infantil
EMEI PROFª VERIDIANA RODRIGUES CARNEIRO	Urbana	Educação Infantil
EM PROFESSOR VALDIR ARAUJO	Urbana	Educação Infantil

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados do INEP (2018).

Analisando a quantidade de turmas oferecidas pela rede Municipal de Ensino, de acordo com dados do censo do Inep no período de 2010-2018, e a quantidade de matrículas observa-se um quantitativo de alunos em salas de que tem sido diminuído com o passar dos anos. Somente no ano de 2017 observa-se que ocorreu uma elevação, da quantidade de alunos em salas de aula por turma.

Gráfico 24 - Alunos matriculados por turma na Rede Municipal de ensino (2010-2018)



Fonte: Dados do INEP (2010-2018) - Elaborado pela autora.

3.8 Os/as professores/as contratados/as da rede municipal de ensino em Uberlândia

Os/as professores/as que atuam como substitutos em casos de afastamentos dos/as professores/as efetivos/as e ou contratados/as da Educação Básica da rede municipal de ensino em Uberlândia, são contratados por tempo determinado e no regime celetista.

Os/as professores/as contratados/as da Educação Básica da rede municipal de ensino em Uberlândia, obedecem os princípios da legislação municipal (Lei nº 9626, de 22 de outubro de 2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do município de Uberlândia e revoga o arti. 11 da Lei complementar nº 03 de 11 de janeiro de 1991).

Segundo Antunes, Praun (2015, p. 421) “no Brasil constata-se, então, uma verdadeira epidemia nas últimas duas décadas, que contaminou a indústria, os serviços, a agricultura, o serviço público, generalizando-se também não só para as atividades-meio, mas também para as atividades-fim, revelando a distinção ou a condição de inferioridade e desigualdade. O formato de contratação dos/as professores/as contratados/as da rede municipal de ensino de Uberlândia pode ser considerado uma terceirização do trabalho destes profissionais. Antunes, Praun (2015), afirmam sobre a terceirização:

As diferenças acentuam-se também nas jornadas mais prolongadas, nos ritmos e intensidade do trabalho, nos níveis mais altos de rotatividade (turn over), nos salários reduzidos, nas condições de insegurança, insalubridade, entre tantas outras. Assim, a terceirização aumenta ainda mais a fragmentação, a heterogeneização e a divisão intraclasse trabalhadora, ampliando a concorrência entre os que trabalham no mesmo espaço produtivo. Impõe, dessa forma, uma pulverização dos sindicatos, fazendo com que não raro, em uma mesma empresa, os trabalhadores dos diferentes setores terceirizados (como limpeza, vigilância, alimentação, manutenção, etc.) tenham representação sindical diferenciada, fragmentando ainda mais suas possibilidades de organização, união, solidariedade e resistência de classe. (ANTUNES, PRAUN, 2015, p. 421)

A contratação é feita mediante processo seletivo simplificado, com ampla divulgação. Os contratos são por tempo determinado e observados prazos máximos, no caso dos professores até vinte e quatro meses.

Nos artigos 11 e 12, sobre os contratos, estabelece que o contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, **sem direito a indenizações**:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado, com comunicação prévia de vinte dias;

III - pela extinção ou conclusão dos projetos e dos programas.

O contrato firmado de acordo com esta Lei poderá ser rescindido, independente de aviso prévio ou quaisquer indenizações, antes do prazo previsto, nos casos de:

I - interesse do contratante;

II - falta do contratado, por mais de duas vezes, injustificadamente, em cada período de vigência do contrato;

III - ausência de pagamentos devidos por parte da contratante;

IV - falta de cumprimento de qualquer das obrigações elencadas no contrato;

V - transferência ou cessão do contrato a terceiros, no todo ou em parte;

VI - convocação de servidor aprovado em concurso público;

VII - inaptidão física ou mental para o exercício das atribuições, por parte do contratado.

Segundo a Lei nº 11.967, de 29 de setembro de 2014 (dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do quadro de Educação da rede pública municipal de ensino de Uberlândia), em média a jornada de contratação é de 20 horas semanais, porém existem casos específicos de escolas de tempo integral, em que os professores têm uma jornada de 40 horas semanais. As atribuições são as mesmas dos professores efetivos e também seguem a Lei nº 11.967, as quais são:

- Ministras aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os educandos, desde a Educação Infantil ao 5º Ano do Ensino Fundamental;
- Elaborar plano de aula, programas e planos de trabalho, de acordo com a proposta pedagógica da escola e do regimento escolar;
- Seguir as diretrizes político-pedagógicas da Rede Pública Municipal de Ensino, respeitadas as peculiaridades da unidade educativa, integrando-se à ação pedagógica, como copartícipe na elaboração e execução da mesma;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos, registrando frequência e avaliações nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, de acordo com o regimento escolar;
- Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica;
- Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros da mesma natureza, promovidos pelo Município;

- Realizar os planejamentos, registros e relatórios necessários ao processo pedagógico;
- Participar ativamente do processo de integração da escola-família-comunidade;
- Observar e registrar o processo de desenvolvimento dos alunos, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem;
- Elaborar e organizar atividades com desenhos, pintura, de conversação ou canto, entre outras, a fim de auxiliar no desenvolvimento físico, mental e social dos alunos;
- Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes, promovendo concursos, debates, dramatizações ou jogos para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria;
- Participar de eventos e cursos formação continuada;
- Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afeitos ao Município;
- Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional.

De acordo com os dados fornecidos pela PMU, via DAP/Núcleo de Registro de Pessoal, a quantidade de professores efetivos que estavam atuando no período de 2000 a 2018 foi de 9.929 e a quantidade de contratados que estavam atuando por ano no período de 2000 a 2018 foi de 29.833. A quantidade de professores/as contratados supera em até 300% os/as professores/as efetivos.

Porém, é preciso esclarecer que para se ter uma noção entre a variação no número de professores/as efetivos/as e contratados/as, no período de 2001-2018, é necessário analisar a diferença entre o número de contratos de efetivos e contratados realmente estabelecidos ano a ano.

Tabela 4 - Variação da quantidade de professores/as efetivados/as e contratados/as no período de 2001-2018

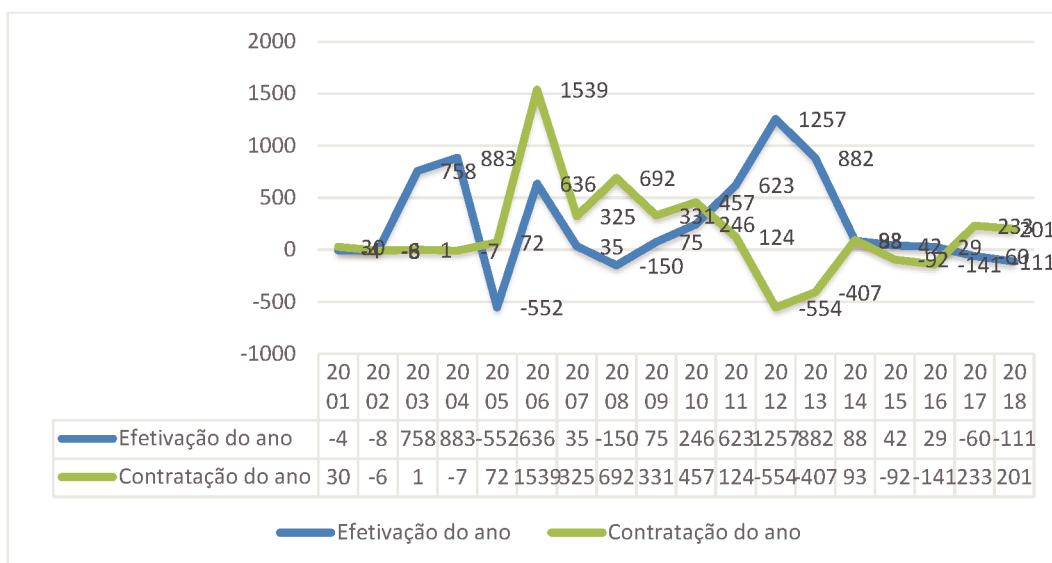
Ano	Efetivações de professores/as efetivos/as no ano⁵	Contratações de professores/as temporário no ano⁶
2001	-4	30
2002	-8	-6
2003	758	1
2004	883	-7
2005	-552	72
2006	636	1539
2007	35	325
2008	-150	692
2009	75	331
2010	246	457
2011	623	124
2012	1257	-554
2013	882	-407
2014	88	93
2015	42	-92
2016	29	-141
2017	-60	233
2018	-111	201

Fonte: Dados fornecidos pela PMU/DAP/Núcleo de Registro de Pessoal – Elaborado pela autora.

Observando o gráfico a seguir, com os dados referentes a variação da quantidade de professores/as efetivados/as e contratados/as no período de 2001-2018, pode-se verificar que é recorrente o aumento no número de contratações em detrimento às efetivações.

⁵ Considerando dados do ano anterior como referência.

⁶ Considerando dados do ano anterior como referência.

Gráfico 25 - Efetivações e Contratações no período de 2001-2018

Fonte: Dados fornecidos pela PMU/DAP/Núcleo de Registro de Pessoal - Elaborado pela autora.

3.9 O adoecimento dos/as professores/as contratados/as da Rede Municipal de Ensino em Uberlândia

De acordo com os dados fornecidos pelo Núcleo de Medicina do Trabalho da PMU, iniciaremos o estudo a sobre as doenças de maior registro de atestados médicos registrados pelos/as professores/as contratados/as, inicialmente foi elaborada a tabela 5, com as 20 maiores incidências por categoria do CID de um total de 8043 registros de atestados no período de 2010-2018. A categoria CID-10, é uma forma de apresentar um conjunto de doenças correlacionadas, de acordo com a letra inicial.

Tabela 5 - As maiores incidências por categoria CID-10 de doenças apresentadas por professores/as contratados/as no período de 2010-2018

Categoria	Frequência Absoluta	%	Descrição
J	1494	18,58%	Doenças do aparelho respiratório
R	896	11,14%	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório
Z	784	9,75%	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde
M	698	8,68%	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
K	585	7,27%	Doenças do aparelho digestivo
A-B	576	7,16%	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
H	546	6,79%	Doenças do olho e anexos
N	480	5,97%	Doenças do aparelho geniturinário
F	450	5,59%	Transtornos mentais e comportamentais
O	402	5,00%	Gravidez, parto e puerpério
S-T	389	4,84%	Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas
I	226	2,81%	Doenças do aparelho circulatório
G	170	2,11%	Doenças do sistema nervoso
E	84	1,04%	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas
L	79	0,98%	Doenças da pele e do tecido subcutâneo
D	57	0,71%	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários
Y	51	0,63%	Causas externas de morbidade e de mortalidade
C	19	0,24%	Neoplastias (tumores)
Subtotal	7986	99,29%	
Outros	57	0,71%	
Total	8043	100,00%	

Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora.

A tabela 6, apresenta as 20 maiores doenças que incidem os/as professores/as contratados/as, em até 33% dos atestados registrados mostram que as doenças relacionadas estão de acordo com estudos relacionados ao tema.

Tabela 6 - As vinte maiores ocorrências de doenças nos/as professores/as contratados no período de 2010-2018

Código CID	Frequência Absoluta	%	Descrição do Código
A09	315	3,92%	Diarréia e gastroenterite de origem infecciosa presumível
R51	204	2,54%	Cefaléia
Z34	204	2,54%	Supervisão de gravidez normal
J00	167	2,08%	Nasofaringite aguda
M545	147	1,83%	Dor lombar baixa
J069	139	1,73%	Infecção aguda das vias aéreas superiores não especificada
R10	130	1,62%	Dor abdominal e pélvica
J019	143	1,78%	Sinusite aguda não especificada
J039	116	1,44%	Amigdalite aguda não especificada
A90	106	1,32%	Dengue
Z000	101	1,26%	Exame geral e investigação de pessoas sem queixas ou diagnóstico relatado
R104	97	1,21%	Outras dores abdominais e as não especificadas
I10	95	1,18%	Hipertensão essencial (primária)
R53	87	1,08%	Mal estar, fadiga
K081	84	1,04%	Perda de dentes devida a acidente, extração ou a doenças periodontais localizadas
M54	79	0,98%	Dorsalgia
J03	78	0,97%	Amigdalite aguda
H10	77	0,96%	Conjuntivite
Z340	74	0,92%	Supervisão de primeira gravidez normal
Subtotal	2443	30,37%	
Outros	5600	69,63%	
Total	8043	100,00%	

Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora.

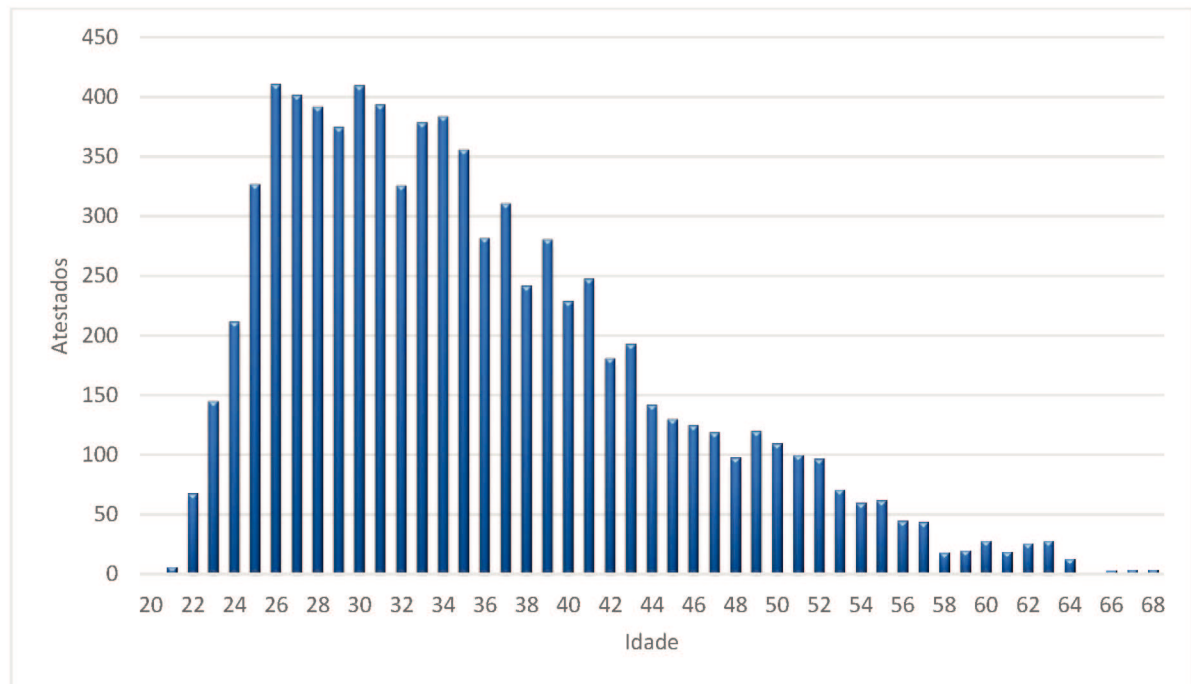
Segundo Barbieri (2014, s/p.), que realizou um levantamento bibliográfico sobre as principais doenças que acometem os professores da Educação Básica, foram elencadas as seguintes doenças:

1) os psíquicos e mentais (depressão, ansiedade, angústia, síndrome do pânico); 2) osteomusculares e articulares (síndrome do túnel do carpo, síndrome do manguito rotatório, epicondilites, bursites do ombro, tendinites, sinovites, tenossinovites, mononeuropatias dos membros superiores) e; 3) respiratórios (rinites, sinusites). Seguidos por problemas: a) vocais; b) de laringe (laringite crônica); c) fadiga crônica; d) aparelho circulatório (hipertensão); e) digestivas; f) sono e; g) faringe (crônica e alérgica). (BARBIERI, 2014, s/p)

Portanto analisando o quadro de doenças que acometem os/as professores/as contratados da rede municipal de ensino, podemos verificar que acompanham as pesquisas já desenvolvidas e de acordo com o Ministério da Saúde (2019), os principais sinais e sintomas que podem indicar a Síndrome de Burnout são cansaço excessivo, físico e mental, dor de cabeça frequente, alterações no apetite, insônia, dificuldades de concentração, sentimentos de fracasso e insegurança, negatividade constante, sentimentos de derrota e desesperança, sentimentos de incompetência, alterações repentinas de humor, isolamento, fadiga, pressão alta, dores musculares, problemas gastrointestinais, alteração nos batimentos cardíacos. Podemos constatar que a proporcionalidade é quase constante entre as vinte maiores ocorrências e as vinte maiores doenças que acometem esses professores, sendo possível concluir que são doenças que podem levar a um quadro de Síndrome de Burnout.

Analisando o quantitativo de atestados registrados em comparação as idades dos professores no momento do registro dos atestados. Verifica-se que as maiores incidências são de professores/as com idade entre 26 e 30 anos, conforme o gráfico 26.

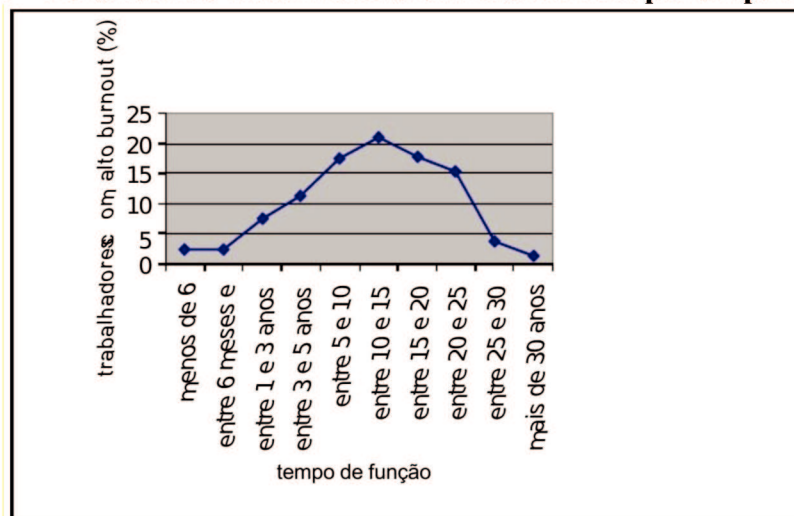
Gráfico 26 - Números de atestados registrados por idades dos/as professores/as no momento do registro dos atestados



Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalho – elaborado pela autora.

Segundo Codo, 1999, os /as professores/as que estão na faixa etária de 26-30 anos, que apresentaram um número maior de atestados, pertencem ao grupo de professores que tem entre 5 e 10 anos de carreira, fase em que se apresenta um maior índice de Burnout, conforme quadro abaixo:

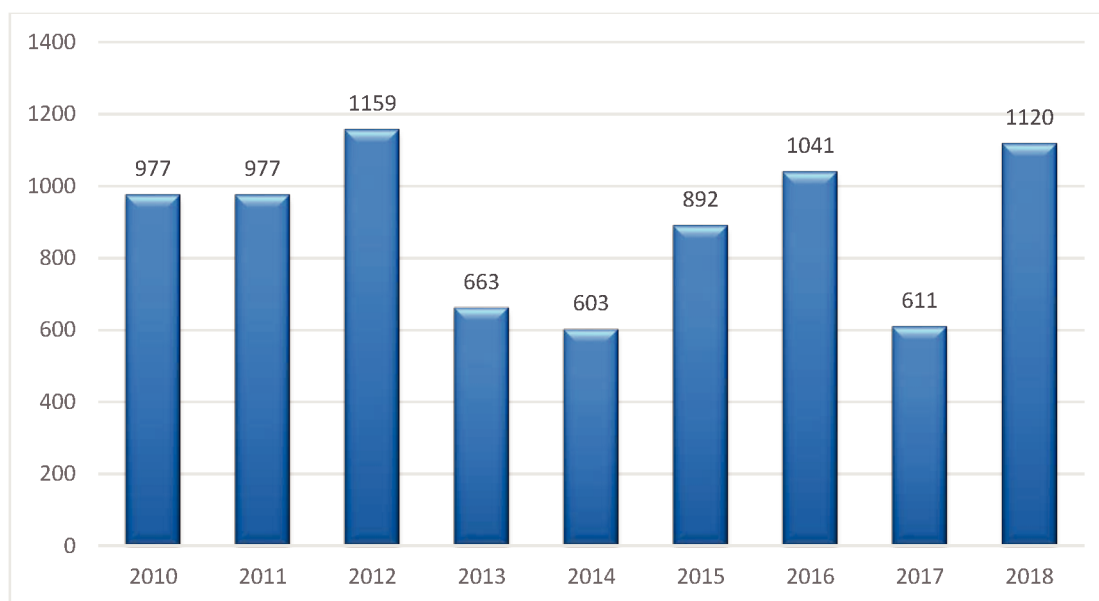
Figura 3 - Percentual de Trabalhadores com alto Burnout por tempo de função



Fonte: Codo, 1999

Observando o número de atestados protocolados por professores/as contratados/as por ano, no período de 2010 a 2018 (gráfico 27), os anos com o quantitativo maior de registros foram 2012, 2016 e 2018.

Gráfico 27 - Número de atestados protocolados por professores/as contratados/as por ano (2010-2018)

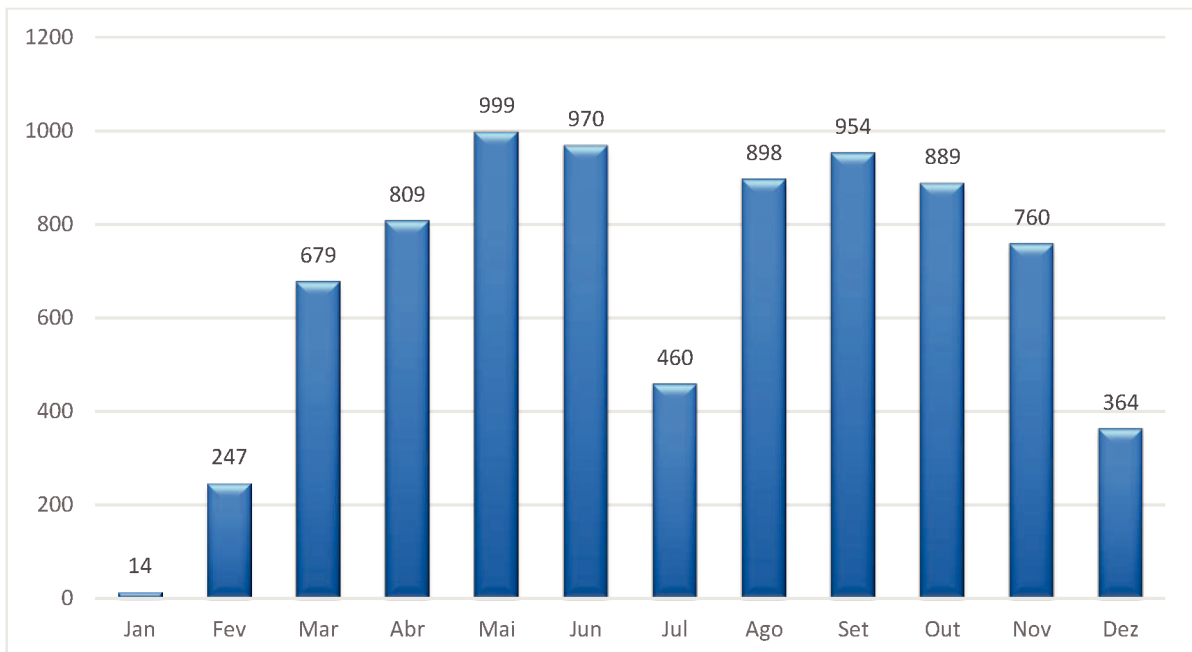


Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora.

Analisando tanto a frequência absoluta (gráfico 28), quanto a frequência relativa (gráfico 29) com que professores/as contratados/as, efetuam os registros de atestados mensalmente, no período de 2010 à 2018, observou-se que no primeiro semestre os meses com maior incidência de registro são maio e junho, e os meses de menores incidência são janeiro e fevereiro. No segundo semestre os meses com maior incidência de registro são agosto, setembro e outubro e os meses de menor incidência são julho e dezembro. Em ambos os semestres podemos considerar que os meses de menor incidência são os meses que normalmente são considerados período de férias letivo, com exceção ao mês de fevereiro que é o primeiro mês letivo.

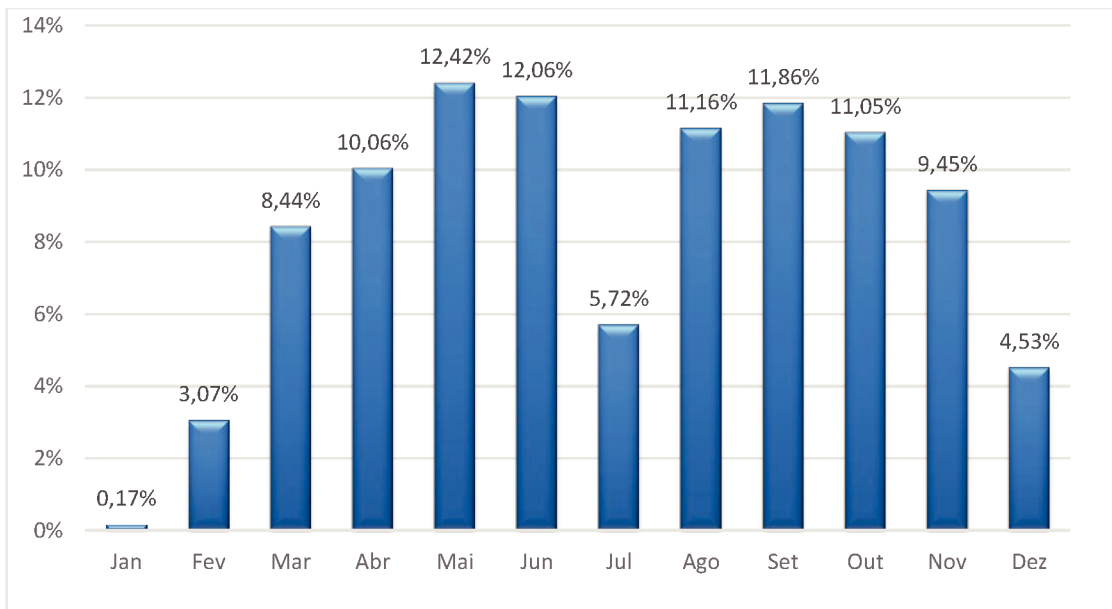
Os meses de maior incidência são os meses que antecedem final de semestres, onde existe uma carga maior de correção de trabalhos, provas, eventos.

Gráfico 28 - Frequência absoluta de atestados protocolados por professores/as contratados/as por mês (2010-2018)



Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora.

Gráfico 29 - Frequência relativa de atestados protocolados por professores/as contratados/as por mês (2010-2018)



Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora

Os dados referentes à frequência relativa (tabela 7), e frequência absoluta (tabela 8) de doenças que acometem os/as professores/as contratados/as nos períodos de maior incidência,

novamente remete-se às doenças relacionadas em estudos anteriores, relatadas em diversas regiões do país.

Tabela 7 - Frequência relativa de doenças apresentadas pelos/as professores/as contratados/as durante os períodos de maior incidência de entrega de atestados (2010-2018)

CID CAT	Mar-Jun	Ago-Nov	Outros meses	Descrição da categoria
A-B	8,82%	5,63%	7,74%	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
C	0,14%	0,37%	0,09%	Neoplastias (tumores)
D	0,72%	0,77%	0,46%	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários
E	0,78%	1,29%	1,11%	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas
F	4,98%	6,46%	4,79%	Transtornos mentais e comportamentais
G	1,82%	2,17%	2,86%	Doenças do sistema nervoso
H	6,31%	7,31%	6,64%	Doenças do olho e anexos
I	1,79%	3,74%	3,04%	Doenças do aparelho circulatório
J	22,77%	15,88%	13,92%	Doenças do aparelho respiratório
K	6,62%	7,65%	8,11%	Doenças do aparelho digestivo
L	0,81%	1,17%	0,92%	Doenças da pele e do tecido subcutâneo
M	8,39%	9,00%	8,57%	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	5,29%	6,54%	6,27%	Doenças do aparelho geniturinário
O	4,66%	4,83%	6,64%	Gravidez, parto e puerpério
R	11,28%	11,40%	9,86%	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório
S-T	4,77%	4,57%	5,90%	Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas
Y	0,55%	0,74%	0,55%	Causas externas de morbidade e de mortalidade
Z	8,82%	9,83%	12,44%	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde
Outros	0,67%	0,66%	1,01%	

Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora.

Tabela 8 - Frequência absoluta de atestados apresentados por servidores contratados, nos meses de maior incidência de registros de atestados (2010-2018)

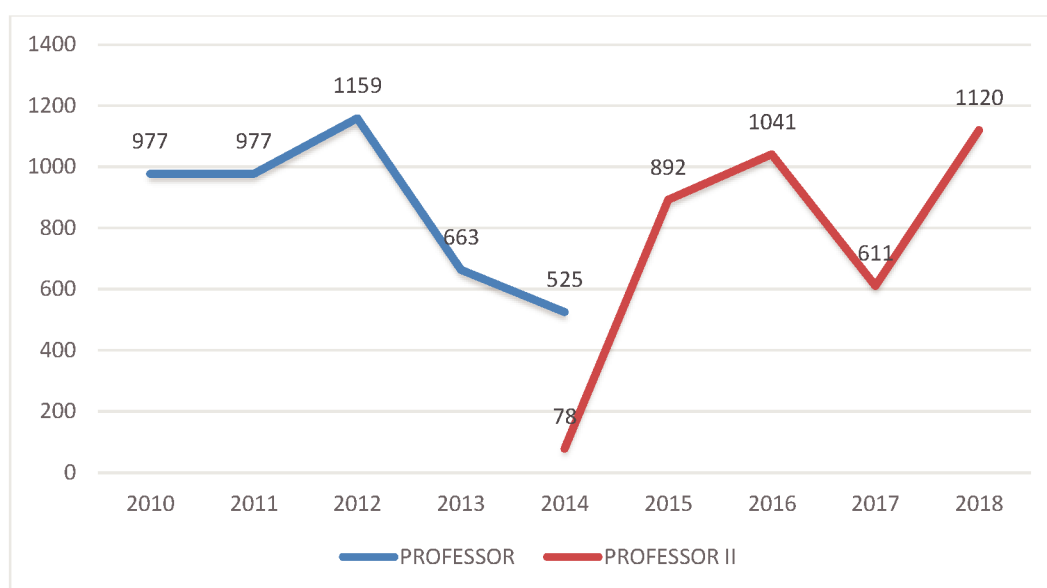
CID CAT	Maio	Junho	Setembro	Descrição da categoria
J	251	247	186	Doenças do aparelho respiratório
R	111	109	110	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório
M	84	93	80	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
Z	82	86	81	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde
A-B	74	55	54	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
K	67	58	79	Doenças do aparelho digestivo
H	66	58	75	Doenças do olho e anexos
F	59	46	58	Transtornos mentais e comportamentais
N	47	50	45	Doenças do aparelho geniturinário
S-T	45	53	44	Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas
O	40	41	53	Gravidez, parto e puerpério
I	18	21	35	Doenças do aparelho circulatório
G	14	19	13	Doenças do sistema nervoso
D	12	7	4	Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários
L	9	6	12	Doenças da pele e do tecido subcutâneo
E	8	5	12	Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas
V-Y	3	12	5	Causas externas de morbidade e de mortalidade
C	3	1	4	Neoplastias (tumores)
Q	1	1	0	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas
Outros	5	2	4	
Total	999	970	954	

Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora.

Existe uma diferença na especificação entre professores de nível médio técnico em Normal e Magistério, que são qualificados somente como Professor, enquanto os professores com formação em Licenciatura na sua respectiva área são qualificados como Professor II.

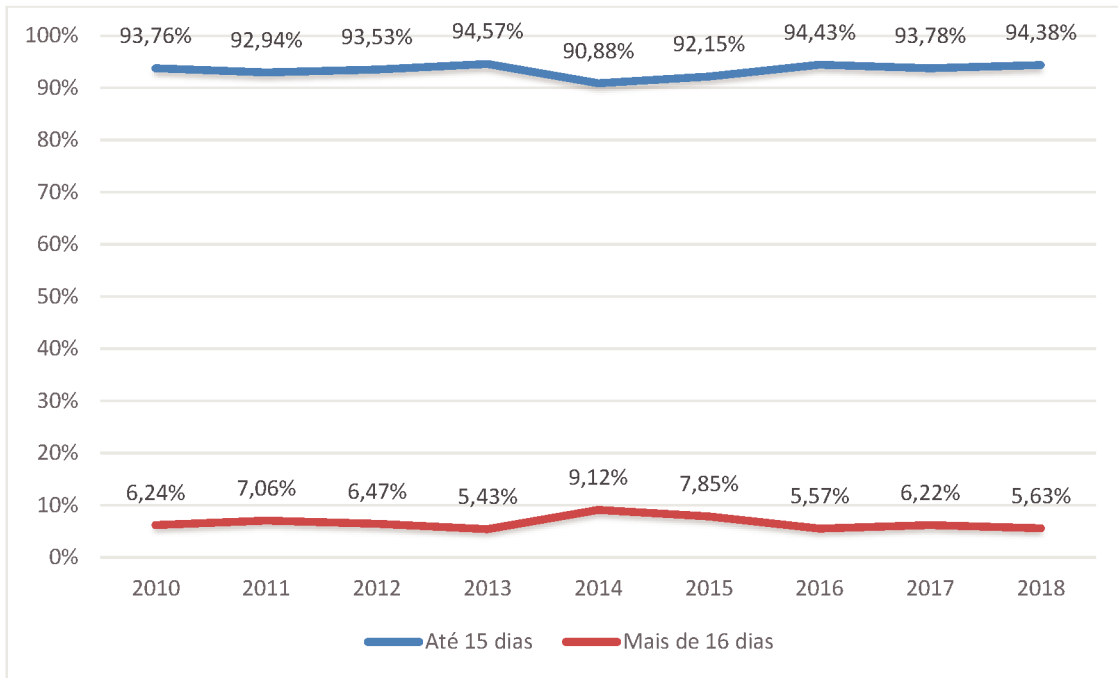
O que podemos observar que a partir de 2015, os registros constam somente de Professor II, portanto, a conclusão é de que os/as professores/as que são contratados a partir de 2015 tem a exigência de possuir a formação de ensino superior.

Gráfico 30 - Frequência absoluta de atestados apresentados por categoria de servidor contratado por ano



Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora.

Com relação ao tempo de duração dos atestados, a pesquisa apontou que nos anos de 2010 a 2018, prevalecem o registro de atestados com menos de 15 dias. Os atestados com tempo de duração até 15 dias são responsabilidade da Prefeitura o pagamento dos dias de afastamento. Os atestados superiores a 15 dias são direcionados ao INSS, e neste caso o município não tem o ônus de pagamento pelos dias do afastamento do/a professor/a. O gráfico 31, demonstra a frequência relativa.

Gráfico 31 – Frequência relativa de dias de duração dos atestados entre os anos de 2010-2018

Fonte: Dados fornecidos pela PMU/Núcleo de Medicina do Trabalhador – elaborado pela autora

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou de modo geral que a reestruturação produtiva, apresentada pelo modo de produção capitalista, resulta em aumento de lucro para os detentores do capital e baseia-se em exploração, precarização e instabilidade do trabalho afetando diretamente os trabalhadores, causando o adoecimento destes. A crescente terceirização de serviços, tanto no setor privado, quanto no setor público, é um exemplo claro de precarização do trabalho.

Em particular na Educação, o Estado transformou a gestão para o modelo gerencialista, voltado a atender o sistema de produção capitalista, além das demandas da universalização da Educação apresentadas por esse sistema.

A Educação Básica em Uberlândia, é formada por uma rede de escolas com dependências administrativas de âmbito público (Federal, Estadual, Municipal), além das escolas da rede Privada. Analisando os dados do INEP, a pesquisa mostrou que a rede Estadual em quantitativo de estabelecimentos é maior que rede Municipal, porém com relação ao atendimento geográfico, a rede Municipal praticamente atende, quase de forma total, a Zona Rural, principalmente na Educação Infantil, onde não há oferecimento desta etapa pelas redes Federal e Estadual. Os dados apresentaram também que a rede privada está somente com 25% a menos na quantidade de estabelecimentos em relação a rede pública. Todavia o número de alunos matriculados na Rede Privada corresponde a 1/3 dos alunos matriculados na Rede pública.

Com relação aos professores da Educação básica em Uberlândia, o maior número de professores estão na Educação Fundamental. Existe ainda a feminização da profissão, pois 84,7% são do sexo feminino, estão na faixa etária entre 30-39 anos, sobre a feminização da profissão, os dados confirmam diversas pesquisas já apresentadas inclusive no contexto nacional. Sobre a formação acadêmica, a maioria dos professores da Educação básica tem formação superior, em sua grande maioria Licenciatura. Somente 50% desses professores possuem Especialização, uma pequena parcela possui Mestrado e Doutorado.

Analisando a atuação dos professores da Educação Pública que atuam na Educação Básica em Uberlândia, por dependência administrativa (Federal, Estadual e Municipal) a pesquisa mostrou que existem professores/as que atuam em mais de uma dependência administrativa. Referente a Educação Básica (Pública e Privada), existem professores que atuam tanto na rede pública, como na rede privada ao mesmo tempo. Sobre os regimes de contratação, na Educação Pública, a pesquisa demonstrou que o número de professores/as efetivos/as supera somente em 34% o número de professores/as contratados/as. Tanto entre

os/as professores/as efetivos/as e contratados/as existem professores que atuam em dois setores públicos concomitantemente. Estes dados confirmam, pesquisas que existe uma precarização do trabalho docente, pois devido as condições salariais os professores para manter padrão de vida sustentável tem que atuar em diversas escolas e atender demandas por vezes opostas.

A educação básica da rede municipal em Uberlândia, atua desde a educação infantil à educação de Jovens e Adultos, porém não oferece a modalidade de ensino médio e ensino médio técnico. Existe uma média de 24 alunos por turma, analisando dados entre os anos de 2010 a 2018 e atende tanto a zona urbana quanto a zona rural da cidade.

Os/as professores/as da rede municipal em Uberlândia, que atuam enquanto substitutos dos/as professores/as efetivos/as são considerados professores/as contratados, pois passam por um processo seletivo, porém tem direitos trabalhistas de um contrato regido pela CLT (Consolidação de Leis Trabalhistas), com tempo determinado. A pesquisa demonstrou que as normas que regem o contrato destes/as professores/as, se apresentam com cláusulas que indicam a precarização do trabalho destes/as professores/as, tendo em vista que os contratos podem ser reincididos a qualquer tempo, sem aviso prévio, o que causa uma grande instabilidade para o trabalhador. Além de que a responsabilidade, as funções desempenhadas pelos/as professores/as contratados/as é equivalente as funções atribuídas aos professores/as efetivos.

Considerando o número de contratos em relação ao número de professores efetivos que estavam atuando no período de 2000 a 2018, na rede pública municipal temos um número de contratos que supera em 300% o número de professores efetivos. O Município tem por vezes um custo superior com o/a professor/a contratado/a, pois em casos de afastamento do professor/a contratado/a, considerando as leis trabalhistas, é necessário contratar outro/a professor/a para substituí-lo. Analisando, ainda as diferenças em relação ao ano anterior das contratações e efetivações no período de 2001 a 2018, existe uma tendência em que as contratações superam as efetivações. Sobre o tempo de duração dos atestados, os atestados com duração de até 15 dias representam em média 93% dos atestados registrados, outro indicativo que a contratação é mais onerosa para o órgão público.

Ao analisarmos os dados sobre os adoecimentos dos/as professores/as contratados da rede municipal de ensino constatamos que as doenças que mais acometem os/as professores/as contratados são doenças do aparelho respiratório, do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, do sistema digestivo, transtornos mentais e comportamentais, todas doenças que são apresentadas em estudos durante a pesquisa.

Ainda segundo os dados, os/as professores/as contratados/as com idades entre 26 e 30 anos, são os que tem maior índice de registro de atestados, estes profissionais normalmente estão entre 5 e 10 anos na profissão, sugerindo assim que, além de já estarem sobrecarregados com o trabalho que é instável, não percebem que terão perspectivas de uma mudança da situação em que estão.

Com relação aos anos que tiveram maior índice de registros de atestados, os anos de 2012 e 2016 nos remeteram a anos de eleições municipais, onde a mudança no governo e na equipe gestora, por se tratar de contratos, é uma causa maior de sentimento de instabilidade nos/as professores/as, a pressão causada por esse sentimento, é motivo para maior adoecimento desses profissionais. O ano de 2018, está sendo um ano, onde a situação política e educacional tem sofrido grandes pressões, altos índices de inflação, polarização política, além de perseguição intensa aos servidores públicos, todos esses fatores aliados a pressão sofrida pelos profissionais da educação, é considerado um ano onde o adoecimento docente realmente foi aumentado.

Todavia, os meses em que há maior incidência de registro de atestados são os meses que antecedem final de semestres, onde existe uma carga maior de correção de trabalhos, provas, eventos. Em ambos os semestres podemos considerar que os meses de menor incidência são os meses que normalmente são considerados período de férias letivo, com exceção ao mês de fevereiro que é o primeiro mês letivo. Consequentemente as doenças relacionadas a esses meses, com maior incidência não apresentaram diferenças entre as doenças de maior incidência já citadas anteriormente.

A pesquisa analisando os dados verificou pelos registros que existe uma diferença na especificação entre professores de nível médio técnico em Normal e Magistério que são qualificados somente como Professor, enquanto os professores com formação em Licenciatura na sua respectiva área são qualificados como Professor II. a partir de 2015, os registros de lançamentos de atestados constam somente de Professor II, e a pesquisa concluiu que os/as professores/as que são contratados a partir de 2015 tem a exigência de possuir a formação de ensino superior.

Portanto, a pesquisa fez uma análise sistemática dos dados do IBGE, INEP, dados fornecidos pela Prefeitura Municipal e apresentou os resultados relacionando com pesquisas sobre adoecimento docente. O que nos levou a considerar que as doenças que são desencadeadas e registradas pelos/as professores/as contratados da rede municipal de ensino, são causadas pela precariedade e instabilidade dos contratos, e os sintomas podem ser

correlacionados a Síndrome de Burnout, que tem sido apontada como um processo de adoecimento muito crescente nessa categoria profissional.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando L; SIMIELLI, Lara. Contextualizando a educação brasileira: trajetória recente, situação atual e perspectivas sociopolíticas. In: Instituto Reos. **Relatório final**: cenários transformadores para a educação básica no Brasil. Jun. 2015. Disponível em: http://cenarioseducacao2032.org.br/wp-content/uploads/Educacao_Contexto.pdf. Acesso em: 05 mar. 2018.
- ALBUQUERQUE, R. C. Educação e modernidade no Brasil. In: Fórum Nacional As Bases do Desenvolvimento Moderno, 5., 1993, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Nobel, 1993.
- ALMEIDA, R. **Histórias de trabalho**: Relações de acidentes e a expressão do proso de trabalho em uma empresa pública [dissertação]. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez-UNICAMP, 1998.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>. Acesso em 20 nov 2019.
- ANTUNES, Ricardo C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. 8 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ Soc.** 2009, n. 30, v. 107, p. 349-72. PMID: 01017330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>.
- BARBIERI, Aline Fabiane. Doenças e distúrbios de saúde entre professores da educação básica no Brasil: um levantamento bibliográfico. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 19, Nº 191, Abril de 2014. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd191/doencas-entre-professores-da-educacao-basica.htm>. Acesso em: 28 out. 2019.
- BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. **A saúde mental de profissionais de saúde mental**: uma investigação da personalidade de psicólogos. Maringá, Eduem, 2001.
- BERNARDO, João. **Estado**: a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Escrituras, 1998.
- BORGES, Gilberto André. **Trajectoria da educação no Brasil**. Florianópolis: E-book, 2005. Disponível em: http://www.musicaeducacao.mus.br/artigos/BORGES_GilbertoAndre_trajetoriadaeducacaonobrasil.pdf. Acesso em 19 Abr. 2012.
- BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, n. 15, v. 1, p. 81-100. 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v15i1p81-100>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2105**. Brasília: MEC, 2014. 105 p.

_____. Ministério da Educação, 2019. **Piso salarial do magistério é reajustado a partir de janeiro**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/72571-piso-salarial-do-magisterio-sobe-4-17-a-partir-de-janeiro-valor-sera-de-r-2-557-74>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. Ministério da Saúde, 2019. **Síndrome de Burnout: o que é, quais as causas, sintomas e como tratar**. Disponível em: saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout. Acesso em 22 mar 2019.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BURTON J.; BUTCHER F.; WHATMAN R.; MCLEALD A. **Evaluating the social and economic consequences of workplace injury and illness**. New Zeland: workplace Safety and health. 2002.

CAMPIONI, Paula. **Sistema educacional brasileiro: entenda a divisão da nossa educação**. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-educacional-brasileiro-divisao/>. Acesso em 19 abr. 2012.

CANTOS, G. A.; SILVA, M. R.; NUNES, S. R. L. Estresse e seu reflexo na saúde do professor. **Saúde em revista**, Piracicaba, v. 7, n. 15, p. 15-20, 2005. Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2012/02/saude15art02.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DELCOR, N. S.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J. F. B.; PORTO, L. A.; CARVALHO, F. M.; SILVA, M. O. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cad Saúde Pública**. 2004, n. 20, p. 187-96. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000100035>

DUARTE, Newt. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 55).

ELSTER, Jon. **Marx Hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

EMEDIATO, Carlos A. **Educação e Transformação Social**. *Análise Social*, vol. XIV (54), 1978-2º, 207-217 – Published by: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ENGELS, Friedrinch. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, set./dez. 2007, p. 531-541. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000300010>

FACCI, Marilda G. D.; CUNHA, Sônia da. **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Terezina, EDUFPI, 2017.

FAGIANI, Cílon César; PREVITALI, Fabiane Santana. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 3, p. 53-67, 2014.

FIRMINO, Fabiana. **Alterações da LDB**. Disponível em: <https://pedagogiapaconcurso.com.br/alteracoes-ldb-2019/>. Acesso em: 25 abr. 2017.

FORATTINI, C. D.; LUCENA, Carlos A. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 2, mai.- ago. 2015, p. 32-47. <https://doi.org/10.24115/S2446-622020151219p.32-47>

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, p. 67-82, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000400004>

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>

GATTI, B. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. UFPR. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000400005>

GOMIDE, D. C. **O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais**. 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

HACKMAN, J. R.; OLDHAN, G. R. Motivation through the design of work: test of a theory. **Organizational Behavior and Human Performance**, v. 16, p. 250-279, 1976. [https://doi.org/10.1016/0030-5073\(76\)90016-7](https://doi.org/10.1016/0030-5073(76)90016-7)

HELOANI, José Roberto Montes. Histórico das relações de trabalho e seu reflexo na organização e gestão laboral. In: MACÊDO, Kátia Barbosa *et al* (orgs). **Organização do trabalho e adoecimento** – uma visão interdisciplinar. Goiânia: PUC Goiás, 2016.

HYPOLITO, A. M. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991.

_____. Processo de trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga (Org.). **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uberlândia**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 22 mar. 2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2010**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2011**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_Estatísticas/sinopses_Estatísticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_Estatística_da_educacao_basica_2012.zip. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2013**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2014**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-Estatísticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Censo da Educação Básica**. Catálogo de Escolas. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard>. Acesso em: 22 mar. 2019.

JEFFREY, Debora Cristina. A constituição do gerencialismo brasileiro: implicações na valorização dos profissionais da educação. **Revista Êxitus**, v. 2, n. 2, p.51-60, jul./dez. 2012.

_____. A trajetória da qualidade de ensino no Brasil: evidências de um modelo de política educacional. **EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação**. 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21754_10671.pdf. Acesso em: 05 mar. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMOS, J. C. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários**. Tese de Doutorado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOMBARDI, J. C. (Coord.). **Textos sobre educação e ensino - Marx e Engels**. Campinas: Navegando, 2011.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberabinnha: a semiologia de um passado, da cartilhas Nossas Histórias**. 2017. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha-nossas-historias.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

LOURENÇO, Edvania Angêla de Sousa. O mundo do trabalho adocece. Estudos do Trabalho. Ano II – Número 3 – 2008. **Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/ArtigoEdvaniaAngela.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

MACIEL, R. M.; PREVITALI, F. S. Impacto das políticas públicas do trabalhador da educação na rede estadual de ensino de patos de Minas-MG em 2011. **Revista Labor**. 2011. n. 6. p. 326-343.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAFFI, Bruno. Introdução à edição italiana. In: MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de o Capital**. Tradução: Klaus Von Puchen. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas: 2003.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MÁRKUS, György. **A teoria do conhecimento no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. Tradução: Klaus Von Puchen. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004a.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004b.

_____. **O Capital, Vol.1/1. 22.** ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004c.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Coleção a Obra-Prima de cada autor).

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYUMI, Yasmim. **O que é CID 10?** Saiba mais sobre seus principais códigos. Disponível em: <https://blog.iclinic.com.br/o-que-e-cid-10/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOGUEIRA, E. S. **Políticas de formação de professores: a formação cindida (1995 – 2002)**. Tese de doutorado. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRJ, 2003, 198 p.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Porto, Portugal: Porto, 1992.

NÓVOA, António (org) et all - **Profissão Professor**. Porto, Portugal: Porto, 1999

_____. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antonio. (Org.) **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto, 1996.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc., Campinas**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf> . Acesso em 24 de abr. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio**, v. 12, n. 45, p. 945-958, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362004000400003>

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. 164 p.: il. (Coleção Educadores).

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 2, n. 03, 2010.

PAPARELLI, R. **Saúde mental relacionada ao trabalho: o caso de educadores da rede pública de ensino paulistana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAPPENHEIM, Fritz. **A alienação do homem moderno: uma interpretação baseada em Marx e Tönnies**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PEDROSO, S. G.; PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. S. Prática pedagógica docente no contexto da interdisciplinaridade: dificuldades e desafios no processo ensino aprendizagem. In: MORAIS, Sérgio Paulo. **Educação e trabalho: contextos e processo históricos**. São Paulo: Verona, 2016.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 135-153, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019180304>

PEREIRA, L. D. S; PREVITALI, F. S. Impactos da nova gestão pública no cenário educacional brasileiro. In: *Pedagogia Histórico Crítica, Educação e Revolução: 100 Anos da Revolução Russa*, XIV., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: HISTEDBR, 2017.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, out./dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/1679-395115088>

_____. Trabalho e educação na nova ordem capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 15, n. 65, p. 58-72, 2015. <https://doi.org/10.20396/rho.v15i65.8642696>

_____. Trabalho Precário e Precarização Docente na Educação Básica no Brasil na Atual Fase da Acumulação do Capital. **DiversaPrática**. v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica/article/view/51352>. Acesso em: 25 abr. 2017.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 3a. Edição. São Paulo: Moraes, 1981.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, p. 15-30, 1993. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1993000100003>

ROCHA, V. M. da; FERNANDES, M. H. Qualidade de vida de professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a promoção da saúde do trabalhador. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, n. 57, v.1, p. 23-27, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S004720852008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 mar. 2017. <https://doi.org/10.1590/S0047-20852008000100005>

RODRIGUES, Priscila Françoise Vitaca; BELLINI, Maria Isabel Barros. A Organização do Trabalho e as Repercussões na Saúde do Trabalhador e de sua Família. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 345-357, ago./dez. 2010.

SANTOS, Kionna; MELO, Bruna. Estimativas de lesões por esforço repetitivo/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e indicadores de vigilância em saúde do trabalhador: um desafio para os serviços de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v.39, n.3. Salvador. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287986466_Estimativas_de_lesoes_por_esforco_repetitivodisturbios_osteomusculares_relacionados_ao_trabalho_e_indicadores_de_vigilancia_em_saude_do_trabalhador_um_desafio_para_os_servicos_de_saude. DOI: 10.5327/Z0100-0233-2015390300008.

SANTOS, Nara Telânie Tavares dos. Trabalho e alienação. **V Seminário Cetros Imperialismo, Dependência e Lutas sociais**, 19 a 21 de agosto de 2015 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. Disponível em http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/204-17290-19082016-015600.pdf. Acesso em: 09 mar. 2017.

SAVIANI, Dermeval et al. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, 2007.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2008a.

_____. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008b. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>

_____. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Em aberto**, v. 3, n. 22, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago, 2018. <https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8093>

SOUZA, A. R. de. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 53-74, abr./jun. 2013. UFPR. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000200005>

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; DAMASO, A. F. **O trabalhador docente da educação básica no Brasil: panorama a partir de fontes secundárias**. Relatório de meta da Pesquisa Trabalho docente na educação básica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 19, n. 35, dez. 2011.

Souza, Jane Rose Silva. A relação entre as condições de trabalho e o adoecimento do trabalhador docente brasileiro. [dissertação]Rio de Janeiro: Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

UBERLÂNDIA. Lei nº 9626, de 22 de outubro de 2007. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do município de Uberlândia e revoga o arti. 11 da Lei complementar nº 03 de 11 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hqite>. Acesso em 20 set 2019.

_____. Lei nº 11.967, de 29 de setembro de 2014. Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do quadro da Educação da rede pública Municipal de ensino de Uberlândia e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/vgqon>. Acesso em 20 set 2019.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **As idéias estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

APÊNDICES

Apêndice A – Rede Federal de Educação Básica em Uberlândia

Rede Federal de Educação Básica	Modalidade de Ensino Oferecidas
IFTM - CAMPUS UBERLÂNDIA CENTRO	Ensino Médio, Educação Profissional
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UFU	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
IFTM - CAMPUS UBERLÂNDIA	Ensino Médio, Educação Profissional

Fonte: INEP, 2018 - elaborado pela autora.

Apêndice B - Rede Estadual de Educação Básica em Uberlândia

Rede Estadual de Ensino	Etapas e Modalidade de Ensino Oferecidas
EE ENEIAS VASCONCELOS	Ensino Fundamental
EE CUSTODIO DA COSTA PEREIRA	Ensino Fundamental
EE FELISBERTO ALVES CARREJO	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos
EE AFONSO ARINOS	Ensino Fundamental
EE GUIOMAR DE FREITAS COSTA	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos
EE HORTENCIO DINIZ	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE HONORIO GUIMARAES	Ensino Fundamental
EE ALDA MOTA BATISTA	Ensino Fundamental, Ensino Médio
EE IGNACIO PAES LEME	Ensino Fundamental, Ensino Médio
EE PROFESSORA JUVENILIA FERREIRA DOS SANTOS	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos
EE JOAQUIM SARAIVA	Ensino Fundamental, Ensino Médio
EE AMERICO RENE GIANNETTI	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional
EE PROFESSOR JOSE IGNACIO DE SOUSA	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos

EE NO CONJUNTO HABITACIONAL CRUZEIRO DO SUL	Ensino Fundamental
EE JOSE ZACHARIAS JUNQUEIRA	Ensino Fundamental
EE AMADOR NAVES	Ensino Fundamental
EE MARECHAL CASTELO BRANCO	Ensino Fundamental
EE PROFESSOR LEONIDAS DE CASTRO SERRA	Ensino Fundamental
EE MARIO PORTO	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE ANGELA TEIXEIRA DA SILVA	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE MARIA DA CONCEICAO BARBOSA DE SOUZA	Ensino Fundamental
EE PROFESSOR NELSON CUPERTINO	Ensino Fundamental
EE MESSIAS PEDREIRO	Ensino Médio
EE ENEAS DE OLIVEIRA GUIMARAES	Ensino Fundamental
EE ANGELINO PAVAN	Ensino Fundamental, Ensino Médio
EE OSVALDO RESENDE	Ensino Fundamental
EE ANTONIO LUIS BASTOS	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE PADRE MARIO FORESTAN	Ensino Fundamental
EE LOURDES DE CARVALHO	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE PROFESSORA ALICE PAES	Ensino Fundamental
EE BOM JESUS	Ensino Fundamental
EE RIO DAS PEDRAS	Ensino Fundamental
EE PROFESSOR INACIO CASTILHO	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE ROTARY	Ensino Fundamental
EE BUENO BRANDAO	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos
EE SEIS DE JUNHO	Ensino Fundamental
EE FREI EGIDIO PARISI	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE SERGIO DE FREITAS PACHECO	Ensino Fundamental, Ensino Médio
EE JERONIMO ARANTES	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE SEGISMUNDO PEREIRA	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE JOAO REZENDE	Ensino Fundamental, Ensino Médio,

	Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos
EE SETE DE SETEMBRO	Ensino Fundamental
EE DA CIDADE INDUSTRIAL	Ensino Fundamental, Ensino Médio
EE 13 DE MAIO	Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos
EE DO BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE TUBAL VILELA DA SILVA	Ensino Fundamental
EE CLARIMUNDO CARNEIRO	Ensino Fundamental
EE DE UBERLANDIA	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE HERCILIA MARTINS REZENDE	Ensino Fundamental
EE PRESIDENTE TANCREDO NEVES	Ensino Fundamental
EE CORONEL JOSE TEOFILIO CARNEIRO	Ensino Fundamental
EE TEOTONIO VILELA	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE NEUZA REZENDE	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos
EE PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE	Ensino Fundamental
EE ANTONIO THOMAZ FERREIRA DE REZENDE	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos
EE DO BAIRRO MARAVILHA	Ensino Fundamental
EE DO PARQUE SAO JORGE	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional
EE DONA ALEXANDRA PEDREIRO	Ensino Fundamental
EE DR DUARTE PIMENTEL DE ULHOA	Ensino Fundamental
CESEC DE UBERLANDIA	Educação de Jovens Adultos
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação de Jovens Adultos
EE JARDIM IPANEMA	Ensino Fundamental
EE JOSE GOMES JUNQUEIRA	Ensino Fundamental
EE PROFESSOR PAULO FREIRE	Educação de Jovens Adultos
EE MARIO QUINTANA	Educação de Jovens Adultos
EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO	Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO TIRADENTES PMMG	Ensino Fundamental
EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MEDIO	Ensino Fundamental, Ensino Médio

Fonte: INEP, 2018. Elaborado pela autora.

Apêndice C - Rede Privada de Educação Básica em Uberlândia

Rede Privada de Ensino	Etapas e Modalidade de Ensino Oferecidas
JD DE INF PEQUENO PRINCIPE	Educação Infantil
ARTE DE BRINCAR H ESC INFANTIL	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL SERGIO HENRIQUE MARTINELLI	Educação Infantil
LUA MAGICA ESCOLA DINAMICA	Educação Infantil
CEIA - CENTRO EVANGELICO DE INTEGRACAO E APRENDIZADO - UNID II	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL MARIA TAVARES	Educação Infantil
C EDUC ALFREDO JULIO	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL MARIA DE NAZARE	Educação Infantil
CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL TIA LIA	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL IRMA PALMIRA GARCIA	Educação Infantil
C EDUC DO NUCLEO SERVOS MARIA DE NAZARE	Educação Infantil
C EDUC DO NUCLEO SERVOS MARIA DE NAZARE UNIDADE II	Educação Infantil
CRECHE COMUNITARIA SANTINO	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL CARLOS CESAR DA SILVEIRA NUNES	Educação Infantil
ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL ESPACO DA CRIANCA-UNIDADE SAO GABRIEL	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL CLAUDIO JOSE BIZINOTO	Educação Infantil
MISSAO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL JARDIM CANAA	Educação Infantil
MISSAO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL PARQUE SAO JORGE II	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL BERSEBA	Educação Infantil
ESPACO SOCIAL GRACA TIMOTHY HUGH FARNER	Educação Infantil
C EDUC CRESCER	Educação Infantil
ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL ESPACO DA CRIANCA-UNIDADE VIGILATO	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL DE TAPUIRAMA	Educação Infantil
ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL ESPACO DA CRIANCA - UNIDADE PALMEIRAS	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL CANTINHO DO AMOR	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL DONA NEUZA REZENDE	Educação Infantil
CRECHE COMUNITARIA ESPERANCA	Educação Infantil
CRECHE RENASCER DA CRIANCA	Educação Infantil
CRECHES COM ASSOCIADAS DE UBERLANDIA	Educação Infantil
CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL MARTINS	Educação Infantil
MISSAO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL MORUMBI	Educação Infantil
MISSAO SAL DA TERRA CENTRO EDUCACIONAL JARDIM DAS PALMEIRAS	Educação Infantil
HOTEL ESC AQUARELA	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL REI LEOZINHO	Educação Infantil

CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL IRMA ODELICIA LEAO CARNEIRO	Educação Infantil
HOTEL ESCOLA OFICINA DO SABER	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL ANJINHOS DO SABER	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL LUZ DO MUNDO	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL SONHO DE CRIANCA	Educação Infantil
HOTEL ESCOLA RAIO DE LUZ	Educação Infantil
CEIA - CENTRO EVANGELICO DE INTEGRACAO E APRENDIZADO - UNID III	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL CRIANCA FELIZ	Educação Infantil
HOTEL ESCOLA SONHO AZUL	Educação Infantil
ESPACO CRESCER	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL AS MINHAS DESCOBERTAS	Educação Infantil
ESCOLA CIRCO DAS LETRAS	Educação Infantil
INSTITUTO DE EDUCACAO SONHARTE	Educação Infantil
INSTITUTO EDUCACIONAL FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL ESTRELA DE DAVI	Educação Infantil
HOTEL ESCOLA ESTACAO DA INFANCIA	Educação Infantil
BABY NAP	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL MAE DO CAMINHO	Educação Infantil
ESCOLA INFANTIL PINGUINHOS DE LETRAS	Educação Infantil
SNOOPY HOTEL ESCOLA - UNIDADE DE EDUCACAO INFANTIL	Educação Infantil
COLEGIO PIRLIMPIMPIM BABY	Educação Infantil
ACONCHEGO HOTEL ESCOLA INFANTIL	Educação Infantil
ESCOLA ACONCHEGO DA CRIANCA	Educação Infantil
ESCOLA BABY INN	Educação Infantil
CEIA - MARIA DIRCE GONCALVES MIRANDA	Educação Infantil
CENTRO EDUCACIONAL CRESCER - UNIDADE II	Educação Infantil
COLEGIO RESSURREICAO NOSSA SENHORA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COL CASA BRANCA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COL INTEGRACAO PEQUENINO MUNDO	Educação Infantil, Ensino Fundamental
INST EDUC STA MONICA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COLEGIO EXPANSAO FAVINHO DE MEL	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL EVANGELICO JOHN WESLEY	Educação Infantil, Ensino Fundamental
C EDUC MUNDO DO SABER	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESCOLA DA CRIANCA ESPACO ADOLESCER	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL CUCA LEGAL	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL BEM ME QUER	Educação Infantil,

	Ensino Fundamental
COLEGIO PIRLIMPIMPIM - SAO PASCHOALL - UNIDADE II	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COL PETRUS DE UBERLANDIA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL CAMINHO DO SABER	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESC DA CIDADE	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COLEGIO NACIONAL - UNIDADE III	Educação Infantil, Ensino Fundamental
DOMINO ESCOLA INFANTIL	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL MERCES LOPES	Educação Infantil, Ensino Fundamental
SISTEMA DE ENSINO ROCHA FERREIRA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESCOLA GATO DE BOTAS-DRUMMOND	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COLEGIO COPACABANA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
C EDUC COLIBRI	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO INTEGRADO DE ENSINO ESTRELA GUIA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESC OFICINA DO SABER	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL EVOLUIR	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COLEGIO MUNDO MAGICO	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL EURIPEDES BARSANULFO	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL MONTEIRO LOBATO	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COL MARIA DE NAZARE	Educação Infantil, Ensino Fundamental
INSTITUTO PENIEL DE ENSINO	Educação Infantil, Ensino Fundamental
C EDUC PALACIO DO SABER	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COLEGIO SOMA IDEAL	Educação Infantil, Ensino Fundamental
C EDUC CAMINHO SUAVE	Educação Infantil, Ensino Fundamental
C EDUC CONVIVER	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL BATISTA BETEL	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESC INF BRINCAR E APRENDER	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESPACO LETRADO	Educação Infantil, Ensino Fundamental

COL LOGOSOFICO GONZALEZ PECOTCHE - UNID UBERLANDIA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
HOTEL ESC INF ESPACO DE SE CRIAR	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESCOLA NAVEGANTES	Educação Infantil, Ensino Fundamental
COLEGIO NACIONAL - UNIDADE II	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESCOLA MAPLE BEAR UBERLANDIA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESCOLA INFANTIL MEU PRIMEIRO MUNDO	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO EDUCACIONAL JARDIM COLORIDO	Educação Infantil, Ensino Fundamental
CENTRO PEDAGOGICO METTA	Educação Infantil, Ensino Fundamental
ESCOLA SESI GUIOMAR DE FREITAS COSTA	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO ADVENTISTA DE UBERLANDIA	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
COL MARISTA CHAMPAGNAT	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO PIRLIMPIMPIM SAO PASCHOALL	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
INSTITUTO TERESA VALSE	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
INSTITUTO EDUCACIONAL SHALOM	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO BATISTA MINEIRO	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
AMEDUCA COMPLEXO EDUCACIONAL	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
ESCOLA ATHENAS	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
ASSOC EDUC JOHANN KEPLER	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO MAIS POSITIVO	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO CECON UBERLANDIA	Educação Jovens Adultos
SNOOPY HOTEL ESCOLA	Ensino Fundamental
C EDUC CANTINHO DO SABER	Ensino Fundamental

CELCCO - CENTRO EDUCACIONAL LUIZ CARLOS COLETTI	Ensino Fundamental
CEIA- CENTRO EVANGELICO DE INTEGRACAO E APRENDIZADO ESCOLA PROFESSOR LUIZMAR ANONIO DOS SANTOS	Ensino Fundamental
COLEGIO GABARITO - UNIDADE TIRADENTES	Ensino Fundamental
CEIA- ESCOLA PROFESSORA ROSA MARIA MELO	Ensino Fundamental
COL NACIONAL	Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO OLIMPO	Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO DOM BOSCO	Ensino Fundamental, Ensino Médio
CENTRO EDUCACIONAL PROMOVE	Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO GABARITO	Ensino Fundamental, Ensino Médio
COLEGIO NACIONAL - UNIDADE IV	Ensino Fundamental, Ensino Médio
COL APOGEU	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos

Fonte: INEP, 2018. Elaborado pela autora.

Apêndice D – Ofício 1/2018 enviado a PMU

Ofício 01/2018

A Secretaria Municipal de Administração/Núcleo de Medicina do Trabalho

Prezada Sra Marly Mellazo
Secretária Municipal de Administração

Meu nome é Jacqueline de Andrade, aluna regularmente matriculada na Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de Pesquisa – Trabalho, Sociedade e Educação, tenho como orientadora a Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali.

Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o adoecimento dos professores da Educação Básica, no período de 2000 à 2018.

Os objetivos do projeto são de fazer um levantamento nos prontuários clínicos registradas pelos professores da Educação Básica, sem identificação nominal, referente aos CIDs registrados nestes prontuários, idade dos professores, mês de registro da perícia, casos de reincidência de registro e tempo de total dos referidos afastamentos.

De posse desses dados será realizado um levantamento estatístico dos dados e análise qualitativa.

Para tanto, peço a Secretaria Municipal de Administração, por meio do Núcleo de Medicina do Trabalho, a liberação para que eu possa ter acesso a todos esses dados.

Esclareço ainda, a pesquisa tem o interesse de também colaborar com a Secretaria Municipal de Educação, no sentido de apresentar um estudo organizado com dados que podem direcionar políticas para resolução de problemas quanto aos índices de absenteísmos que o adoecimento impõe aos profissionais.

Desde já, agradeço a atenção dispensada, e me disponho a qualquer esclarecimento que seja necessário.

Aguardo retorno,

Atenciosamente,
Jacqueline de Andrade
Mestranda

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali

Uberlândia, 24 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Núcleo de Protocolo
Processo: 24710 / 2018
Data: 06/11/18
Hora: 15:12
Atendente: *Pinak*
Anexo: *Está*

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Apêndice E – Ofício 1/2019 enviado a PMU

Ofício 01/2019

Data: 27 / 02 / 19
 Hora: 13 : 08
 Atendimento: 1
 Anexo: Folha(s):

A Secretaria Municipal de Administração/Núcleo de Medicina do Trabalho

Prezada Sra Marly Mellazo

Secretária Municipal de Administração

Meu nome é Jacqueline de Andrade, aluna regularmente matriculada na Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de Pesquisa – Trabalho, Sociedade e Educação, tenho como orientadora a Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali.

Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o adoecimento dos professores da Educação Básica, no período de 2000 à 2018.

Os objetivos do projeto são de fazer um levantamento nos prontuários clínicos registradas pelos professores da Educação Básica, sem identificação nominal, referente aos CIDs registrados nestes prontuários, idade dos professores, mês de registro da perícia, casos de reincidência de registro e tempo de total dos referidos afastamentos.

Em 24 de outubro de 2018, entrei com o Ofício 01/2018 solicitando esses dados e recebi em dezembro passado uma planilha contendo as informações acima solicitadas. Porém percebi que alguns outros dados que serão necessários para que seja realizado um levantamento estatístico dos dados e análise qualitativa.


Para tanto, peço a Secretaria Municipal de Administração, por meio do Núcleo de Medicina do Trabalho, ou de outra Secretaria e/ou Setor que me encaminhe os seguintes dados:

- Quantidade total de professores efetivos no período de 2000 a 2018.
- Quantidade total de professores contratados no período de 2000 a 2018.
- Quantidade de professores efetivos que estavam atuando por ano no período de 2000 a 2018.
- Quantidade de professores contratados que estavam atuando por ano no período de 2000 a 2018.
- Favor esclarecer se nestas contagens os professores que estão afastados entram nesta contagem.
- Qualificação dos professores efetivos e contratados.

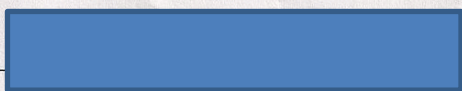
Desde já, agradeço a atenção dispensada, e me disponho a qualquer esclarecimento que seja necessário.

Aguardo retorno,

Atenciosamente,


 Jacqueline de Andrade

Mestranda


 De acordo, a orientadora

Prof. Dra. Fabiane Santana Previtali

Uberlândia, 21 de fevereiro de 2019.